

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MESTRADO EM DIREITO

LEILA KARENINA FERREIRA FARIAS

**DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM
PAIS PRIVADOS DE LIBERDADE: A PRISÃO DOMICILIAR COMO
ALTERNATIVA À PROTEÇÃO INTEGRAL**

CRICIÚMA

2021

LEILA KARENINA FERREIRA FARIAS

**DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM
PAIS PRIVADOS DE LIBERDADE: A PRISÃO DOMICILIAR COMO
ALTERNATIVA À PROTEÇÃO INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado em Direito, Área de Concentração em Direitos Humanos e Sociedade, Linha de Pesquisa em Direito, Sociedade e Estado, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Francisco de Souza

CRICIÚMA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F224d Farias, Leila Karenina Ferreira.

Direito à convivência familiar de crianças e adolescentes com pais privados de liberdade : a prisão domiciliar como alternativa à proteção integral / Leila Karenina Ferreira Farias. - 2021. 130 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, 2021.

Orientação: Ismael Francisco de Souza.

1. Direito à convivência familiar. 2. Direito da criança e do adolescente. 3. Princípio da proteção integral à criança e ao adolescente. 4. Sistema prisional. 5. Prisão domiciliar. I. Título.

CDD. 22. ed. 342.1637

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

LEILA KARENINA FERREIRA FARIAS

**“DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM
PAIS PRIVADOS DE LIBERDADE: A PRISÃO DOMICILIAR COMO
ALTERNATIVA À PROTEÇÃO INTEGRAL”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 24 de fevereiro de 2021

BANCA EXAMINADORA



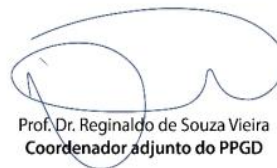
Prof. Dr. Ismael Francisco de Souza
(Presidente e Orientador - PPGD/UNESC)



Prof. Dr. André Viana Custódio
(Membro Externo – UNISC)



Profª. Dra. Fernanda da Silva Lima
(Membro PPGD/UNESC)



Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira
Coordenador adjunto do PPGD

Aos meus pais, Claudio e Leila.

AGRADECIMENTOS

À minha grande família, meu porto seguro, agradeço pelo apoio incondicional em todos os meus projetos de vida.

Aos meus filhos Ian e Luisa por suportarem minha ausência, e por tornarem nosso lar um local de amor e aconchego.

Aos servidores do sistema penitenciário de Santa Catarina que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense pelos valiosos encontros em sala de aula, e aos colegas de Mestrado pelos momentos de reflexão e descontração, em especial à Grazi, Julian e Rosiane que tornaram a permanência em Criciúma um divertimento, e ao colega Werner pela companhia nas viagens.

Agradeço, especialmente, ao meu professor orientador Ismael Francisco de Souza pela disposição e paciência nos encontros entre orientador e orientanda, pelo incentivo nos momentos difíceis e pelo seu sensível acolhimento, seu apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho. Muito obrigada!

“...antes de querer modificar os excluídos, é preciso modificar a sociedade excludente, atingindo, assim, a raiz do mecanismo de exclusão”.

Alessandro Baratta

RESUMO

A manutenção do vínculo familiar entre pais presos e seus filhos é parte importante na reintegração social e estruturante no desenvolvimento das crianças e adolescentes envolvidos, porém, a atual situação das unidades prisionais brasileiras coloca em debate a influência deletéria que o sistema prisional pode ter na formação das crianças e adolescentes que diariamente adentram aos presídios e penitenciárias para realizar visitação, além disso, deve-se dar visibilidade às mulheres encarceradas gestantes e mães, visando respeitar os direitos e dignidade dessas mulheres e crianças. O objetivo geral da presente dissertação é contextualizar as circunstâncias crianças e adolescentes entram em contato direto com o sistema penal catarinense, bem como a permanência de gestantes e crianças recém-nascidas dentro das unidades prisionais, perfazendo uma interlocução com a concessão do benefício de prisão domiciliar e seu alcance para garantia da proteção integral. A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo contextualiza a teoria da proteção integral e garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes com familiares privados de liberdade, o segundo capítulo versa sobre o contexto das visitas no sistema penal catarinense, onde se traz considerações acerca do cárcere em Santa Catarina, como ocorre a execução da pena privativa de liberdade tornando efetiva a pretensão punitiva do Estado. No terceiro capítulo é abordado o nascimento na prisão e no quarto e último capítulo traz a prisão domiciliar como alternativa e caminho ao alcance da proteção integral de crianças no sistema prisional. Como conclusão da dissertação percebe-se que no sentido de preservar a convivência familiar entre genitores presos e seus filhos não há aspectos negativos quando o ambiente envolvido é de cuidado, harmonia e amor entre todos os seus membros. O problema surge quando as crianças e adolescentes são levados aos estabelecimentos prisionais para a manutenção desse vínculo familiar, visto que prisões são lugares conhecidos por seus ambientes violentos, insalubres, incapazes de observar a dignidade humana daqueles lá segregados. Demonstrou-se que apenas metade dos estabelecimentos prisionais do Estado possuem local destinado à visitação, ou seja, não existem espaços para a visita, sendo assim elas ocorrem dentro de suas estruturas, nos pátios utilizados para banho de sol. Este cenário demonstra um total descompasso com a proteção integral das crianças e adolescentes visitantes. Fazendo uma análise das decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, constatou-se que a grande maioria não concede a substituição da prisão restritiva de liberdade pela prisão domiciliar, o encarceramento tem predominado em detrimento de outras alternativas que não a prisão.

Palavras-chave: Convivência familiar; Proteção Integral; Sistema Prisional; Prisão Domiciliar.

ABSTRACT

The maintenance of the family bond between imprisoned parents and their children is an important part of the social and structural reintegration in the development of the children and adolescents involved, however, the current situation of the Brazilian prison units raises into debate the deleterious influence that the prison system can have in the formation of children and adolescents who daily enter prisons and penitentiaries to visit. Furthermore, it is necessary to give visibility to pregnant women and mothers in prisons, in order to respect the rights and dignity of these women and children. The general objective of this dissertation is to contextualize the circumstances in which children and adolescents come into direct contact with the criminal justice system in Santa Catarina, as well as the permanence of pregnant women and newborn children inside prison units, making an interlocution with the concession of the benefit of home detention and its reach to guarantee the Integral Protection. The dissertation is structured in four chapters. The first chapter contextualizes the Integral Protection Theory and the guarantee of the right to family coexistence for children and adolescents with family members arrested. The second chapter deals with the context of visits in the Santa Catarina penitentiary system, where considerations are brought up about the imprisonment in Santa Catarina, how the execution of the liberty penalty occurs, making the State's punitive pretension effective. The third chapter deals with birth in prison and the fourth and last chapter brings home detention as an alternative and way to achieve the full protection of children in the prison system. As a conclusion of the dissertation it can be noticed that in the sense of preserving the family coexistence between incarcerated parents and their children there are no negative aspects when the environment involved is one of care, harmony and love among all its members. The problem arises when children and adolescents are taken to prisons to maintain this family bond, since prisons are places known for their violent, unhealthy environments, unable to observe the human dignity of those segregated there. It was shown that only half of the prisons in the state have a place destined for visitation, that is, there are no spaces for visits, so they take place inside their structures, in the courtyards used for sunbathing. This scenario demonstrates a total disagreement with the integral protection of the visiting children and adolescents. Analyzing the decisions of the Santa Catarina Court of Justice, it was found that the great majority does not grant the substitution of liberty restrictive imprisonment by home detention, imprisonment has predominated in detriment of alternatives other than prison.

Keywords: Family Coexistence; Integral Protection; Prison System; Home Prison.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil

Gráfico 2 - Raça das pessoas privadas de liberdade no Brasil e da população em geral

Gráfico 3 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil e da população brasileira em geral

Gráfico 4 - Número total de filhos das pessoas privadas de liberdade no Brasil

Gráfico 5 - Distribuição por gênero dos crimes registrados por pessoas privadas de liberdade no Brasil

Foto 1 - Espaço onde ocorre a visitação no Centro de Triagem da Trindade - Penitenciária de Florianópolis (Masculino)

Foto 2 - Espaço para visitação da Ala Interna da Penitenciária de Florianópolis (Masculino)

Foto 3 - Sala de visitas no Presídio Feminino de Florianópolis

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Visitantes atuais do sistema prisional de Santa Catarina divididos por sexo e parentesco com o encarcerado

Tabela 2 - Crianças visitantes do sistema prisional de Santa Catarina divididos por sexo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART - Artigo

CF - Constituição Federal

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente

CP - Código Penal

CPP - Código de Processo Penal

DEAP - Departamento de Administração Prisional

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

GO - Goiás

IPEN - Informações Penitenciárias

LEP - Lei de Execuções Penais

MJ - Ministério da Justiça

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

SAP - Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa

SC - Santa Catarina

TJ - Tribunal de Justiça

STF - Superior Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TEORIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM FAMILIARES PRIVADOS DE LIBERDADE	20
2.1 A TEORIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E O RECONHECIMENTO DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	21
2.2 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: PARA ALÉM DE UMA ANÁLISE JURÍDICA.....	29
2.3 O AFETO COMO VALOR JURÍDICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	36
3 O CONTEXTO DAS VISITAS NO SISTEMA PENAL CATARINENSE	44
3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CÁRCERE CATARINENSE	45
3.1.1 A Execução Penal	50
3.2 O DIREITO À VISITA E A PROTEÇÃO INTEGRAL.....	57
3.2.1 Perfil dos visitantes do sistema prisional catarinense.....	60
3.2.1.1 Crianças e adolescentes visitantes	63
3.3 O LOCAL DE VISITAÇÃO.....	65
4 O NASCIMENTO NA PRISÃO: ENTRE A CASA E OS MUROS	69
4.1 REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENCARCERADAS: UM DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS	70
4.2 GESTAÇÃO, NASCIMENTO, PARTO E PÓS-PARTO NA PRISÃO.....	77
4.3 A PERMANÊNCIA DO FILHO COM A MÃE ENCARCERADA	83
5 A PRISÃO DOMICILIAR COMO ALTERNATIVA À PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SISTEMA PRISIONAL	89
5.1 A PRISÃO DOMICILIAR: CAMINHOS PARA A GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	90
5.2 AS REGRAS DE BANGKOK.....	97
5.3 A APLICAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR PARA MULHERES, GESTANTES E RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS: UMA ANÁLISE NO ESTADO DE SANTA CATARINA	103
5.4 PARA ALÉM DA PRISÃO DOMICILIAR: ALTERNATIVAS PARA CRIANÇAS COM MÃES ENCARCERADAS	108

CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

Buscando-se manter o vínculo afetivo e familiar diariamente crianças e adolescentes realizam visitas a seus pais ou responsáveis privados de liberdade nos estabelecimentos prisionais de todo o Brasil. Sabendo-se que não há na maioria dos presídios e penitenciárias local adequado às visitas, que sem alternativa acabam por ocorrer em celas e pátios insalubres, se torna urgente dar visibilidade às mulheres encarceradas, gestantes e filhos de mães aprisionadas. A convivência familiar com os filhos é drasticamente abalada no momento da prisão de uma mãe ou de um pai.

As prisões não possuem local ideal para a visitação dos filhos aos seus genitores ou local adequado destinado às crianças que nascem e permanecem em seu interior. Nessas situações em que os filhos permanecem com as mães nos estabelecimentos prisionais ou quando realizam visitas aos seus genitores dentro das prisões, a manutenção dos laços afetivos entre genitores presos e seus filhos passam a ser supervisionados pelo Estado, assim apesar do caráter punitivo da prisão para o delito cometido a pena não pode ultrapassar o limite de punir apenas e exclusivamente a pessoa encarcerada, devendo observar em todas circunstâncias a proteção integral e os direitos das crianças e adolescentes envolvidos.

Acreditando-se que a manutenção dos laços familiares do preso com os seus é parte importante da reintegração social, a visitação realizada por crianças e adolescentes deve ocorrer para atender a todos os direitos envolvidos, e principalmente a proteção daqueles que estão em peculiar fase de desenvolvimento físico e psíquico, tendo em vista que o direito da pessoa presa em receber a visita está de fato ocorrendo.

Torna-se imperioso dar visibilidade à questão do aprisionamento de mulheres tendo em vista que fazem parte de um grupo vulnerável da sociedade e as unidades prisionais não possuem adequação para as particularidades femininas, muito menos para recepcionar as gestantes e crianças nascidas das mulheres privadas de liberdade. As Regras de Bangkok buscam uma alternativa mais digna para o encarceramento feminino quando apontam alguns padrões que devem ser seguidos na organização dos estabelecimentos prisionais pelos Estados signatários. No HC 143641/SP de 20 de fevereiro de 2018 do Supremo Tribunal Federal procura-se a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar para as mulheres gestantes ou

com filhos de até 12 anos, visando a proteção integral e oportunizando outras medidas que não a prisão.

Diante da realidade do sistema prisional brasileiro a prisão domiciliar surge como uma alternativa ao encarceramento, já que ao mesmo tempo em que cerceia a liberdade daquele que está em débito com a justiça, permite que seus filhos não fiquem prejudicados pela sua ausência, mantendo a convivência familiar e os laços afetivos entre genitor preso e filho.

Assim, a presente dissertação se refere ao direito à convivência familiar de crianças e adolescentes com pais privados de liberdade, sendo a prisão domiciliar uma alternativa considerando os pressupostos da proteção integral. Assim levanta-se o questionamento de quais os procedimentos adotados pelo sistema prisional catarinense no contexto da prisão de pessoas com filhos ou responsáveis por crianças e adolescentes e como estão sendo observados a possibilidade de prisão domiciliar para gestantes, mulheres, pais ou responsáveis de crianças e seu alcance para a proteção integral?

As hipóteses são que muitas crianças e adolescentes diariamente entram nas unidades prisionais para a visita de seus genitores ou responsáveis, os padrões mínimos de adequação para a visita não estão sendo observados, devendo a criança e adolescente passar por revista pessoal na entrada do estabelecimento, além da visita ocorrer muitas vezes em pátios e celas das instituições prisionais. Além disso, existem poucas unidades prisionais catarinenses adaptadas para o recebimento de gestantes e recém-nascidos. Em relação às decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina não é pacífico o entendimento para beneficiar as mulheres com a substituição da prisão restritiva de liberdade pela prisão domiciliar, acarretando a permanência dos filhos das mulheres aprisionadas dentro das unidades prisionais.

O objetivo geral é contextualizar em que circunstâncias crianças e adolescentes entram em contato direto com o sistema penal catarinense, bem como a permanência de gestantes e crianças recém-nascidas dentro das unidades prisionais, perfazendo uma interlocução com a concessão do benefício de prisão domiciliar e seu alcance para garantia da proteção integral.

Os objetivos específicos são: estudar o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes que possuem familiares encarcerados; apresentar os contextos de convivência familiar de crianças e adolescentes dentro do sistema prisional em Santa Catarina; verificar como funcionam os procedimentos em relação às mulheres

encarceradas no sistema prisional catarinense durante a gestação, parto e pós-parto; e analisar a concessão da prisão domiciliar como alternativa para a proteção integral de crianças no sistema prisional no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Para elaboração desta dissertação foi usado como marco teórico a teoria da proteção integral, a transformação da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral com a ruptura com a corrente menorista. Na proteção integral a criança e adolescente torna-se sujeito de direitos e têm prioridade em relação aos outros indivíduos na efetivação de seus direitos fundamentais, onde o tripé família, sociedade e Estado devem conjuntamente buscar a garantia das necessidades para um desenvolvimento saudável. Todo ato do sistema jurídico-garantista deve estar em busca do melhor interesse da criança e adolescente e em sintonia com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

No Estatuto da Criança e do Adolescente também se encontra expressamente o princípio da proteção integral, reafirmando que crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, sem prejuízo de sua proteção integral, assegurando-se meios para um crescimento pleno.

Para a concretização da proteção integral são necessárias políticas públicas capazes de efetivar as demandas necessárias para um desenvolvimento saudável, leis positivadas por si só não garantem a observação dos direitos, porém oportunizam que sejam requeridos. Serão as ações cotidianas da família, sociedade e Estado que deverão propiciar a promoção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

O escopo da dissertação apresenta coerência com a proposta do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESC o qual enfatiza os direitos humanos e agrega conhecimento para realização de transformações sociais, pois a pesquisa visa contextualizar as crianças e adolescentes no sistema penal catarinense realizando uma análise a partir do marco da proteção integral, da legislação e julgados existentes sobre o tema. Destarte, a área de concentração em “Direitos Humanos e Sociedade” que busca a investigação científica nas relações jurídicas, políticas e dos direitos humanos, e a linha de pesquisa em “Direito, Sociedade e Estado” que se baseia nos processos de transformação social e na materialização dos direitos e sua efetivação através de políticas públicas, bem se relacionam com a pesquisa que direciona-se para o direitos das crianças e adolescentes que possuem familiares privados de liberdade. Além disso, o professor orientador da pesquisa, Dr. Ismael Francisco de Souza tem voltado suas pesquisas ao Direito da Criança e Adolescente.

A pesquisadora, policial penal feminino desde 2002, teve interesse pelo tema devido às suas vivências no Presídio Regional de Joinville, local que possuía no período em que trabalhou as alas masculina e feminina, além de um berçário para gestantes e seus filhos recém-nascidos. O trabalho cotidiano com as mulheres encarceradas fez com que se deparasse com as mazelas do sistema prisional, onde notou-se a necessidade de um olhar mais atento sobre essas mulheres, principalmente em relação às gestantes e recém-nascidos. No Estado de Santa Catarina são poucas as unidades voltadas para o recebimento de gestantes e recém-nascidos, o que acarreta transferências das mulheres para essas unidades. Neste ponto o Estado garante o cumprimento da legislação voltada para atender as necessidades femininas, porém muitas vezes prejudicando a família que deverá se deslocar para outro município para manutenção dos vínculos familiares com a pessoa presa.

A pesquisa possui, portanto, grande relevância acadêmica, posto que são reduzidos os trabalhos dedicados à temática feminina e das crianças e adolescentes dentro do sistema prisional e porque através destes estudos pode-se realizar políticas públicas voltadas para melhor atender as demandas das mulheres e crianças encarceradas. Além disso, há importância social e familiar na pesquisa, visto que existem medidas que podem ser oportunizadas para a reintegração social da mulher presa, como a prisão domiciliar, e sua família principalmente os filhos crianças e adolescentes serão menos impactados tanto com a adequação do local para visitação, como a possibilidade de aguardar o julgamento e cumprir a pena em seus lares. Porém, a efetividade das políticas públicas deve ir além dos números do encarceramento, deve atingir ao fortalecimento da família, longe do crime, capaz de dar às suas crianças e adolescentes um desenvolvimento saudável. Com as mudanças sociais, das leis e direitos, crianças e adolescentes passaram a fazer parte de um grupo que deveria receber proteção especial considerando a sua condição peculiar em desenvolvimento, devendo o Estado, família e sociedade garantir tal proteção.

O método de procedimento para a pesquisa utilizado foi o monográfico no qual “A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 90). Para o autor deve-se realizar um estudo aprofundado dos indivíduos, instituições, comunidades, entre outros, para realizar uma análise.

Para desenvolver a proposta da dissertação foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A realização do levantamento bibliográfico foi feito nas bibliotecas das universidades brasileiras, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no Portal Scielo, no Portal de Periódicos da CAPES, em revistas científicas com qualificação Qualis, entre outros. Em 2020 no período da pandemia de Covid-19 a pesquisa realizada nas bibliotecas ficou seriamente comprometida, tendo em vista que as normas sanitárias que impediram a entrada nestes estabelecimentos para tentar impedir a proliferação do vírus.

A pesquisa documental foi realizada junto ao Sistema Informações Penitenciárias -IPEN da Secretaria de Administração Prisional e de Segurança Socioeducativa de Santa Catarina - SAP/SC, ao Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, nas recomendações do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, nas resoluções no Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias – CNPCP.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo é intitulado “teoria da proteção integral e garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes com familiares privados de liberdade”, nele discorre-se sobre a Teoria da Proteção Integral e o reconhecimento do direito de crianças e adolescentes, sobre o direito à convivência família e comunitária, além de abordar o tema afeto como valor jurídico e suas implicações no direito à convivência familiar e comunitária.

O segundo capítulo versa sobre o contexto das visitas no sistema penal catarinense, onde se traz considerações acerca do cárcere em Santa Catarina, como ocorre a execução da pena privativa de liberdade tornando efetiva a pretensão punitiva do Estado. Além disso, foi abordado o perfil dos visitantes no sistema prisional do Estado, das crianças e adolescentes visitantes e o local em que acontecem as visitas.

No terceiro capítulo é abordado o nascimento na prisão, inicialmente trazendo a representação das mulheres encarceradas com uma abordagem sobre os direitos humanos. Após essa explanação, o enfoque foi a gestação, nascimento e pós-parto na prisão trazendo a permanência do filho com a mãe encarcerada.

O quarto e último capítulo traz a prisão domiciliar como alternativa e caminho ao alcance da proteção integral de crianças no sistema prisional, discorrendo sobre as Regras de Bangkok. Ao final se faz uma pesquisa jurisprudencial para compreender o posicionamento do poder Judiciário de Santa Catarina em relação aos pedidos de substituição da prisão restritiva de liberdade pela prisão domiciliar, e por fim as alternativas que buscam através de projetos trazer um pouco de dignidade para as mulheres aprisionadas e seus filhos, propondo conduzir através de um caminho que priorize a convivência familiar.

O vínculo familiar entre aqueles privados de liberdade e seus filhos têm grande importância e influência na vida e desenvolvimento dos envolvidos, porém deve-se proporcionar um meio para que a manutenção desses laços afetivos vá de encontro com a proposta da proteção integral da criança e adolescente. A prisão domiciliar de gestantes, mães, pais e responsáveis é uma alternativa para minimizar os efeitos negativos que a prisão dos genitores tem no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Priorizar os direitos sob a ótica da proteção integral em qualquer circunstância em que tenha contato com o sistema prisional traz a oportunidade de um crescimento saudável e harmonioso para crianças e adolescentes.

2 TEORIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM FAMILIARES PRIVADOS DE LIBERDADE

Percorreu-se um longo trajeto para o alcance da reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes no mundo. Transformações nas normas internacionais foram grandes influenciadores nas alterações ocorridas na legislação brasileira. No Brasil a Constituição da República de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente contemplam a teoria da proteção integral em seus textos, superando a anterior doutrina da situação irregular, e através da união entre família, sociedade e Estado busca-se priorizar o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes no país.

As unidades prisionais de Santa Catarina recebem diariamente crianças e adolescentes de todas as idades para a realização de visitas a seus familiares privados de liberdade. Esta visita merece especial atenção pois possui o escopo de manter o vínculo afetivo e a convivência familiar entre a criança e adolescente e seu familiar apenado, porém, considerando que ocorrem dentro das prisões sabe-se que o local na maioria das vezes é insalubre e inadequado. Deste modo, pode-se dizer que a convivência familiar está sendo garantida, porém a observância da proteção integral destes visitantes fica em diversos momentos comprometida.

No momento da prisão de uma mãe ou de um pai não é apenas a liberdade que lhe é tirada, mas a convivência familiar com os filhos é fortemente comprometida. A manutenção do vínculo familiar entre os apenados e seus filhos é estruturante para ambos, porém as prisões catarinenses não possuem local ideal para a visita dos filhos aos seus genitores, que dirá local adequado destinado às crianças que nascem e permanecem nestes locais.

Os laços de afeto dentro do seio familiar derivam da convivência entre seus membros e trazem consequências para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Sendo o princípio da afetividade a base do direito de família, as visitas nas unidades prisionais carregam a importância da manutenção da instituição familiar.

2.1 A TEORIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E O RECONHECIMENTO DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Foi através de uma longa história de lutas em torno dos direitos humanos que a transformação dos direitos da criança e do adolescente foi alcançada. Para o desenvolvimento destes direitos foram percorridas diversas fases desde o abandono completo, depois pelo assistencialismo através da dogmática menorista, até por fim crianças e adolescentes serem reconhecidos como sujeitos titulares de direitos. A projeção política internacional voltada aos valores humanos foi consagrada na Constituição Federal brasileira através dos direitos e garantias fundamentais voltados a todos os indivíduos (RAMIDOFF, 2007, p. 244).

Durante muito tempo e por várias gerações a criança não foi reconhecida como digna de um olhar ou atitudes respeitadas pelas civilizações do mundo. “Infelizmente, por anos a fio, gerações pós gerações foram violadas, negadas em suas existências, tratadas como coisas, ou, ainda pior, como coisa alguma” (VERONESE; SILVA, 2019, p. 14).

Em 1924 a Declaração de Genebra foi o primeiro instrumento jurídico que tratou dos direitos das crianças e adolescentes em seu texto, antes as normativas tratavam os direitos da criança e do adolescente de forma ampla e generalizada juntamente com os direitos direcionados a todas as pessoas. Foram apenas quatro itens estabelecidos na declaração:

1. a criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente;
2. a criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos;
3. a criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração;
4. a criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos (MARCÍLIO, 1998, p. 48).

As Nações Unidas proclamam a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959, na qual a ONU externou a necessidade de se garantir respeito em relação à população infanto-juvenil visando sua sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação, além disso foi a primeira vez onde se mencionou a prioridade absoluta e a criança como sujeito de direito (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

Recorda-se que a Convenção sobre os Direitos da Criança nasce em um contexto em que se reconhece a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial, a qual foi enunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular nos Artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (em particular no Artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança (VERONESE, SILVA, 2019, p. 15).

Em 1989 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança¹, que reafirma a teoria da proteção integral (VERONESE; SILVA, 2019 p. 15). Além disso, fez com que os Estados o qual o ratificaram entregassem relatórios sobre políticas públicas voltados para o desenvolvimento e proteção da população infanto-juvenil, o que o tornou o principal diploma coercitivo em direção ao alcance dos direitos firmados (SOUZA; SERAFIM, 2019, p.23-24).

A Declaração Universal dos Direitos da Criança tem caráter orientador, com sugestões onde os Estados que o ratificaram poderiam utilizar ou não, diferentemente da Convenção de 1989 que tem um caráter coercitivo sobre os Estados (VERONESE, 2013, p.47). Ademais, a Convenção de 1989 inovou em relação às declarações anteriores no sentido que reconheceu aos menores de 18 anos direitos e liberdades contidas na Declaração dos Direitos Humanos, porém até o momento estava expressado aos adultos (ROSEMBERG; MARIANO, 2013, p. 699).

Na Convenção sobre os Direitos da Criança, a percepção da criança como protagonista de seus direitos ligado ao princípio do interesse superior da criança mostra-se como uma norma internacional capaz de influenciar a legislação dos países signatários, gerando uma obrigação às autoridades públicas e privadas dos Estados

¹ [...] Destaca-se que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram alguns direitos direcionados às crianças onde atribui-se à família como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros principalmente das crianças, e por isso deve receber a proteção e a assistência necessárias para poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade; além disso a criança deve crescer no ambiente familiar com felicidade, amor e compreensão. <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>

que o ratificaram no sentido de tornar realidade a proteção dos direitos das crianças e adolescentes (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.101).

O texto original em inglês² da referida Convenção quando ratificada pelo Brasil através do Decreto 99.790 de 1990, surge como “todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança”.

Segundo Pereira (2006, p. 1) com estas duas versões surgem dois conceitos: um da versão original, com critério qualitativo, e o da versão brasileira que seria quantitativo, onde considerando o conteúdo da Convenção como o direcionamento adotado pelo sistema jurídico brasileiro optou-se pelo conceito qualitativo - melhor interesse.

O Brasil incorporou, em caráter definitivo, o princípio do "melhor interesse da criança" em seu sistema jurídico, e sobretudo, tem representado um norteador importante para a modificação das legislações internas no que concerne à proteção da infância em nosso continente (PEREIRA, 2006, p.1).

O princípio do melhor interesse tem por objetivo o que é melhor para a criança e para o adolescente, o interesse dos adultos ficam em segundo plano quando ocorre algum conflito, ou seja, o interesse da criança e adolescente deve prevalecer sobre os interesses dos adultos em situações em que devem ser sopesadas (RENON, 2009, p.59).

Os debates internacionais para o país tiveram grande contribuição ao avanço dos direitos das crianças e adolescentes e os movimentos sociais foram alicerce nas mudanças da legislação voltada à proteção à criança e adolescente (SOUZA; CABRAL; BERTI, 2010, p.127).

A partir da década de 1980 os movimentos sociais assumiram um papel protagonista à procura de uma democratização frente ao Estado autoritário da época, onde este Estado através de uma contribuição crítica se reformulou no espaço público, procurando alternativas para o modelo histórico instituído para a infância (CUSTÓDIO, 2008, p.5). Dessa forma, pode-se dizer que o país recepcionou todos os indicadores normativos internacionais para as crianças e adolescentes, e fez com que a doutrina

² *“In all actions concerning children, whether undertaken by public or private social welfare institutions, courts of law, administrative authorities or legislative bodies, the best interests of the child shall be a primary consideration”*

da proteção integral fosse de toda integrada à Constituição brasileira de 1988 (VERONESE; SILVA, 2019, p. 20).

No Brasil, segundo Leite (2005, p. 11), desde a formação do Estado Imperial brasileiro (1822–1889) até o início da República Velha, as abordagens sobre as crianças passaram inicialmente por questões de saúde, pela responsabilidade penal (Código Criminal de 1830), pela assistência aos “ingênuos” (filhos de mulheres escravizadas) nascidos após o início da vigência da Lei do Ventre Livre, e pela assistência à criança órfã ou abandonada, que acontecia em sua maioria através do acolhimento em instituições mantidas pela Igreja Católica.

Em 1927 a edição do Código de Menores³ organiza as leis existentes sobre a proteção e assistência dos menores, e em 1979 surge um outro Código de Menores onde traz mais explicitamente a doutrina da situação irregular (CUSTÓDIO, 2008, p. 24).

No Código de Menores de 1927 foram estabelecidas regras para o desvio social na família onde o Estado poderia intervir, principalmente na família pobre, em situações que após caracterizado o desvio do padrão da família existia a possibilidade do abrigo como instituição reparatória, ou a família substituta como possibilidade de reenquadramento (CABRAL, 2008, p.68).

O Código de Menores de 1979 tinha como fundamento a doutrina da situação irregular, e era destinado a crianças e adolescentes marcados pela exclusão social. Essa legislação tutelar tinha um caráter discriminador e acabava por ressaltar a inferioridade de certos grupos infanto-juvenis. Desse modo, o Estatuto da criança e adolescente surgiu como verdadeira revolução trazendo a Doutrina da Proteção Integral e evidencia a necessidade de proteção às crianças e adolescentes enquanto seres em desenvolvimento e merecedores de proteção diferenciada, especializada e integral (VERONESE, 2013, p.47-48).

A Constituição de 1988 antecipou-se em relação à Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança quando acabou definitivamente com os paradigmas da Doutrina da Situação Irregular, adotada pelo Código de Menores, e trouxe em sua Constituição a Doutrina da Proteção Integral, regulamentada mais tarde pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (LEITE, 2005, P.11).

³ Também conhecido como Código de Mello Mattos.

A partir de contrapontos entre a doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral formou-se orientações para o surgimento da teoria da proteção integral, com novas perspectivas para o Direito da Criança e Adolescente no Brasil. A compreensão do direito da criança e adolescente em situação irregular já não alcançava mais seus objetivos frente aos problemas apresentados na época e aos novos entraves que não haviam sido previstos (CUSTÓDIO, 2008, p.22).

É preciso advertir que a afirmação do Direito da Criança e Adolescente no Brasil não decorre de um modo de acumulação epistemológica, mas antes de tudo, representa ruptura radical com a própria compreensão histórica relativa ao tema. Surge com força capaz de varrer todos os pressupostos teóricos da doutrina da situação irregular, primeiro contestando sua própria validade científica, e depois formulando um conjunto de conceitos operacionais, regras, sistemas integrados e articulados em rede que tornaram absolutamente incompatível a congruência de um modelo com o outro (CUSTÓDIO, 2008, p.23)

Pode-se dizer que as transformações históricas dos direitos das crianças e adolescentes acompanham as mudanças tanto do país como da sociedade. Através do reconhecimento da proteção integral dos direitos evidencia a preocupação com a infância, deixa-se de lado a velha concepção que por longo período acompanhou as crianças, do “menor” em situação irregular (SOUZA; CABRAL; BERTI, 2010, p. 131).

Deste modo, os direitos direcionados às crianças e adolescentes tanto na Constituição Federal como no Estatuto da Criança e do Adolescente “rompeu-se com o modelo inquisitorial da Doutrina da Situação Irregular e instituiu-se um novo e garantista paradigma: a Doutrina da Proteção Integral” (VERONESE, 2017, p.5). A norma constitucional expressa em seu texto direitos voltados para crianças e adolescentes, e isso faz com que estes direitos passem a ser passíveis de ser exigidos (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 122).

Por contrapor a doutrina da situação irregular, a proteção integral é mais comumente chamada de doutrina (VERONESE, 1999, p.99; RAMIDOFF, 2007, p. 20). Porém, Custódio (2008, p. 22) ensina que a proteção integral também é admitida como “uma teoria jurídica própria resultante do conflito de valores produzidos por doutrinas distintas, mas que acabaram por alcançar um status teórico substantivo orientador da compreensão de valores, princípios e regras próprias”.

Em todas as Constituições que existiram no Brasil, excetuando-se a de 1988, trataram dos direitos das crianças e dos adolescentes de modo insuficiente, segundo Vieira e Veronese (2016):

Os direitos e interesses relativos às crianças e adolescentes foram fixados de forma esparsa, sem adequada sistematização, voltados, principalmente, à fixação de uma idade mínima para a iniciação ao trabalho; a proibição do trabalho noturno para os menores de 16 anos e em atividades insalubres para os menores de 18 anos e mulheres; à assistência à maternidade e à infância e adolescência; à criação de escolas de aprendizagem; ao amparo às famílias numerosas; ao ensino obrigatório; ao acesso de crianças excepcionais à educação. A falta de melhor sistematização dos referidos direitos, no plano constitucional, decorre de não serem as crianças e os adolescentes considerados sujeitos de direito, senão meros objetos de investigação, repressão ou institucionalização (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.120).

Na Constituição brasileira de 1988 estão elencados os direitos fundamentais das crianças e adolescentes além daqueles garantidos a todas as pessoas, porém, ademais destes, trouxe também a proteção integral, garantindo à criança e adolescente prioridade em relação aos demais com o escopo de serem protegidos, visando proporcionar um desenvolvimento saudável nesta importante fase de crescimento e amadurecimento (SILVA, 2009, p.851).

Antes da Constituição Federal de 1988, o modelo voltado para proteção e assistência das crianças e adolescentes via na condição de pobreza a possibilidade de agir através do confinamento infanto-juvenil em instituições, existia o interesse de à proteção da sociedade e exclusão dessas pessoas (BRASIL, 2006, p. 16)

A Constituição da República Federativa do Brasil abrangeu em seu art. 227 a proteção da criança e do adolescente em relação aos demais, expressa que a família, sociedade e Estado devem conjuntamente e com absoluta prioridade assegurar o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além da proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). São as crianças e adolescentes pessoas em desenvolvimento, mais vulneráveis e frágeis, os fez merecedores de tratamento especial na legislação (DIAS, 2005, p. 50).

Crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos e que devem ser cuidados e orientados objetivando um crescimento pleno, conforme Elias (2005, p.2) “Pode-se definir a proteção integral como sendo o fornecimento, à criança e ao adolescente, de toda a assistência necessária ao pleno desenvolvimento de sua personalidade”.

Na doutrina jurídica crianças e adolescentes são considerados sujeitos de direito, o que significa uma percepção como indivíduos autônomos e íntegros, com personalidade e vontades próprias, e dentro da convivência com um adulto não podem ser analisados de forma submissa ou subalterna. Devem participar ativamente de todas as decisões que lhes dizem respeito, valoradas suas opiniões sempre na medida do seu desenvolvimento (BRASIL, 2006, p. 25).

Em de 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente veio como norma regulamentadora dos direitos dispostos como prioridade absoluta constitucional, e teve como norte a proteção integral. A doutrina da proteção integral demonstra que crianças e adolescentes são sujeitos humanos em pleno desenvolvimento, e sendo assim situados como sujeitos deixam de lado o adultocentrismo que por tanto tempo “menorizou” e “coisificou” a infância (VERONESE, 2019, p 21).

Na elaboração do estatuto o legislador viu a oportunidade de manter protegida toda e qualquer criança e adolescente de qualquer forma de negligência, violência e exploração, e ainda assegurar aos adolescentes do país direitos humanos básicos.

O ECA versa sobre a proteção integral da criança e adolescente em seus Artigos 1º, 3º e 4º, quando define que a Lei dispõe sobre esta proteção, além de abordar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes dos seus artigos 7º à 69. A Lei traz como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público a proteção da criança e adolescente, devendo estes assegurar a efetiva proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, os quais são: o direito à vida e à saúde; o direito à liberdade ao respeito e à dignidade; o direito à convivência familiar e comunitária; o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho. Qualquer atentado aos seus direitos fundamentais, por ação ou omissão, será punido na forma da lei (BRASIL, 1990).

Dentre as inovações trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente podemos destacar, justamente, a possibilidade de cobrar do Estado, através, por exemplo, da interposição de uma Ação Civil Pública, o cumprimento de determinados direitos como o acesso à escola, a um sistema de saúde, a um programa especial para portadores de doenças físicas e mentais, etc., previstos na Constituição Federal e regulamentados pela Lei no 8.069/90 (VERONESE, 2013, p. 51).

No momento em que a legislação incorporou a proteção Integral trazendo em tela às crianças e adolescentes como sujeitos de direito, fez com que se tornasse

imprescindível a formulação de políticas públicas voltadas para esta temática, conjugando a família, a sociedade e o Estado, formando um tripé de corresponsabilidade. Segundo Veronese (2006):

A Doutrina da Proteção Integral implica sobretudo: 1 – A infância e a adolescência admitidos como prioridade imediata e absoluta, exigindo uma consideração especial, o que significa que a sua proteção deve sobrepor-se a quaisquer outras medidas, tudo isso objetiva o resguardo de seus direitos fundamentais; 2 – O princípio do melhor interesse da criança, este princípio não deve ser visto de uma forma fantasiosa ou sonhadora, mas como algo concreto, considerando que cabe à família, portanto aos pais ou responsáveis garantir-lhe proteção e cuidados especiais; ressalta-se o papel importante da comunidade na sua efetiva intervenção/responsabilização com os infantes e adolescentes, daí decorre a criação dos Conselhos Tutelares e, ainda, a atuação do Poder Público com a criação de meios e instrumentos que assegurem os direitos proclamados; 3 – Reconhece a família como o grupo social primário e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de seus membros, especialmente das crianças, ressaltando o direito de receber a proteção e a assistência necessárias, a fim de assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade na idade apropriada (VERONESE, 2006, p. 10).

A proteção integral demonstra o valor da criança e adolescente como ser humano, o respeito pela sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e valoriza a infância e juventude como responsáveis pela continuidade da comunidade, tudo isso através de políticas públicas dos Estados com a união da família e sociedade (COSTA, 1992, p.19).

A proteção integral é o alicerce do Direito da Criança e do Adolescente, e orienta a compreensão dos valores, princípios e regras desse ramo do direito, objetivando o atendimento prioritário de todas as crianças e adolescentes através da cooperação entre família, sociedade e Estado, no qual faz-se necessária a criação de políticas públicas voltadas para efetivação dos direitos das crianças e adolescentes observando a sua proteção integral (REIS; CUSTÓDIO, 2017, p. 623).

A necessidade de proteger as crianças e adolescentes mostra que percorrer a infância dentro das unidades prisionais, através da execução penal feminina na pena privativa de liberdade é demasiado importante, é necessário analisar se o princípio da proteção integral é efetivamente abrangido na prisão das mães ou responsáveis por crianças e adolescentes (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.6).

Crianças e adolescentes precisam receber proteção em razão de suas vulnerabilidades estruturais, ou seja, a necessidade do vínculo com seu núcleo familiar e comunitário, e suas vulnerabilidades materiais, ou seja, condição especial

de pessoa em desenvolvimento da personalidade em determinada fase de suas vidas. Quando se fala em ética humanitária antes de mais nada deve-se destacar a importância de fornecer todos os meios possíveis para manutenção da dignidade das crianças e adolescentes pois “são expressões sensíveis da própria humanidade” (RAMIDOFF, 2007, p. 238).

2.2 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: PARA ALÉM DE UMA ANÁLISE JURÍDICA

Cada período da história possui um certo modelo de família que viveu determinados costumes, antes mesmo da existência do próprio Estado, religião ou Direito. Conseguir traçar exatamente como e quando se iniciou a instituição familiar é algo muito complexo visto que não existia a escrita, ou mesmo as histórias podem ter sido perdidas com o passar do tempo. Ainda que diante de tantas incertezas sabe-se que a família tem origem na interface social do ser humano, traçado em sua necessidade de manter vínculos sociais para garantir sua sobrevivência, como proteção, alimentação e satisfação pessoal, como para a manutenção da espécie (AROUCA, 2018, p. 26).

Entende-se como convivência familiar e comunitária a possibilidade da criança e adolescente ser mantida junto à comunidade em que vive, com seus genitores ou outros familiares. Caso não seja possível a permanência com a família natural, que outra família possa realizar a acolhida nos casos em que as crianças necessitam ser afastadas provisoriamente do seu meio, sempre priorizando a reintegração e reinserção familiar ainda que a forma de acolhimento seja a institucional (RIZZINI, 2006, P. 34).

Nessa perspectiva os direitos humanos e a vida familiar se entrecruzam, a família é onde os direitos fundamentais de toda pessoa devem ser reconhecidos, e por isso ela é uma representação dos direitos humanos. Demonstra-se, que família e direitos humanos têm estreita correlação (RENON, 2009, p. 39).

Para um pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes é necessário que uma série de condições sejam observadas do prisma material e humano, o qual dará condições para um correto amadurecimento biológico, psicoafetivo, cognitivo e social. Tendo em vista que a partir do contexto sociocomunitário a família tem papel essencial

no desenvolvimento infanto-juvenil, impossível não reconhecer a importância do direito à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006, p.25-26).

Com a Constituição Federal de 1988 houve mudanças de paradigma em relação à definição de família. A dignidade da pessoa humana torna-se o centro do sistema jurídico brasileiro, e a proteção da família passa a ser reconhecida em diferentes arranjos, ampliando significativamente o significado de família (AROUCA, 2018, p. 47). A dignidade humana é utilizada na Constituição como critério na ponderação das relações afetivas em três dimensões: individual, categorial e difusa. Ela é o critério mais importante para a proteção do afeto, e por isso a justa proporção entre os interesses individuais e deveres sociais (BARROS, 2006, p. 8).

A noção de pertencimento a um determinado núcleo familiar pode ser medida pelo grau de dependência econômica e afetiva que liga o membro ao grupo. Não se pode dizer pertencente a uma determinada família aquela pessoa que dela não depende, nem econômica nem afetivamente, em que pese a eventual proximidade do laço consanguíneo. No entanto, pertence a uma família a pessoa que se mantém ligada ao grupo, estabelecendo trocas afetivas e mantendo relações de interdependência econômica, mesmo que o grau de parentesco consanguíneo seja distante ou ausente (SANTOS, p.147).

A valorização incontestável do ser humano e a busca pela proteção da instituição familiar é demonstrada na Constituição da República de 1988 quando em seu artigo 226 ela diz que a família é a base da sociedade, e tem especial proteção do Estado, além disso traz que o planejamento familiar é de livre decisão do casal, devendo ser fundado nos princípios da dignidade humana, e o estado irá assegurar a assistência a todos os integrantes da família, coibindo a violência em suas relações (BRASIL, 1988).

O casamento não é o único modelo de representação familiar, o constituinte se obrigou a levar em consideração a força social do afeto, considerando outros modelos como a união estável e a família monoparental, porém, o artigo 226 da Constituição Federal não é exaustivo, o que permite que tanto a legislação como a doutrina e a jurisprudência possam identificar instituições familiares em outras representações de união como a homoafetiva e a anaparental, todas elas geradas pelo afeto entre seus membros (BARROS, 2006, p.6).

No parágrafo 4º também do artigo 226 da CF traz que “entende como a entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. O

Estatuto da criança e do Adolescente, em seu artigo 25 define como família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, além disso:

[...] entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (BRASIL, 1990).

Apenas a definição legal de família não é suficiente para a compreensão da multiplicidade e riquezas dos vínculos familiares e comunitários sempre importantes quando se trata de direitos das crianças e adolescentes. Diante disso, a definição mais ampla de família se tornou essencial com base socioantropológica, sendo, portanto, um grupo de pessoas ligadas pelos laços de consanguinidade, união e afinidades. Tais ligações são indicam práticas e relações com obrigações mútuas entre seus membros, que devem ser organizadas de acordo com a idade de cada indivíduo, além do gênero e a posição na geração irão representar seus status dentro da instituição família (BRASIL, 2006, p. 24).

Além disso, quando se trata da definição legal de família deve-se levar em conta os inúmeros vínculos comunitários e sociais em que podem estar inseridos, quando fala-se de família pobre o entendimento não é o mesmo para a família de classe média, muito menos a rica (FURTADO; DE MORAIS; CANINI, 2017, p. 134).

O Estado ao considerar a família como a protetora de seus membros, ainda a culpabiliza quando esta instituição não consegue exercer sua função de proteção aos indivíduos, sem, no entanto, considerar todo o contexto que essa família vivencia e que a levou a se constituir da maneira como se apresenta. Outro fator ignorado pelo Estado é sua ausência na proteção dessas famílias no passado e agora que as situações de desproteção das famílias estão presentes, visa garantir o cuidado. Cuidado ainda frágil e ineficiente, como pode-se perceber, pois a proposta de proteção e atenção integral para ser alcançada precisa não só articulação da rede de serviços a nível municipal, estadual e federal, mas sim, de uma verdadeira postura do Estado e da sociedade de possibilitar o acesso dessas famílias às políticas públicas, ao acesso aos direitos e assim conseguir empoderá-las (ALMEIDA, 2017, p.180).

Frente às desigualdades na sociedade brasileira e sua estreita relação com famílias vulneráveis, demonstra-se oportuno novas estratégias de sobrevivência para lidar com as transformações na seara do trabalho, economia, e também nas questões reprodutivas. Para as famílias que vivem em vulnerabilidade social uma característica estruturante é sua configuração em rede, onde passa a ser compreendida para além da unidade doméstica. Os vínculos existentes entre seus membros se mantém para

além de uma eventual ruptura, já que as relações continuam a existir numa dependência material ou afetiva em uma rede familiar mais ampla. A viabilidade da existência da família se constitui em uma rede com ramificações de parentescos com obrigações morais e econômicas (COSTA, 2010, p.5).

Inconteste o fato de que as políticas sociais compensatórias recaem sobre os efeitos, ou seja, sobre certos “desajustes” sociais como falta de moradia, de emprego, de alimentação, de vestuário e outros, de sorte que as ações por elas realizadas desencadeiam produtos que acabam se diluindo no momento em que são acionados socialmente. Isso não significa que tais programas sociais sejam totalmente ineficazes e desnecessários. Diante da esmagadora realidade socioeconômica em que vive a sociedade brasileira, as ações sociais são necessárias, mas é preciso admitir que tais políticas setoriais são limitadas, pois não conseguem atingir os elementos mais complexos da estrutura social que reproduzem e possibilitam o fluxo da marginalização. Nesta linha de entendimento pode-se afirmar que por maior e melhor que seja o aprimoramento técnico dos programas de orientação assistencialista, não trarão uma mudança qualitativa das ações por eles desenvolvidas. Mesmo que haja um aumento dos recursos materiais e qualificação de recursos humanos, tornando mais sofisticadas as técnicas e o padrão de atendimento, nem por isso tais programas poderão ser considerados promocionais; não é pela mera sofisticação dos meios técnicos que se chegará a interferir na complexa situação da infância e adolescência brasileira, inserida no amplo quadro dos problemas sociais. (VERONESE, 2019, p.22).

As crianças, principalmente aquelas que passaram por dificuldades econômicas ou vivenciaram algumas rupturas, dentro da configuração em rede passam a fazer parte de responsabilidades de todos onde a família está inserida. Pode-se chamar de coletivização de responsabilidades, onde cria-se relações morais e afetivas, onde todos os membros agem em reciprocidade de ações em relação às crianças que vieram da rede. Para estas famílias em vulnerabilidade social, esta coletivização se traduz em uma percepção do mundo social dentro e fora do núcleo familiar, que vai além do apoio mútuo (COSTA, 2010, p.6).

Com as mudanças nos formatos da família, percebe-se que o enfoque deve ser voltado para a convivência entre as pessoas da família e a comunidade em que vivem, por razões afetivas possuem uma união com compartilhamento do cotidiano, atendendo seus idosos e influenciando na formação de crianças e adolescentes (SZYMANSKI, 2002, p.10).

A família não deve ser entendida somente como uma casa onde reside pai, mãe e filhos, e sim compreender que no bojo das transformações sociais, surgem novas concepções de família, que devem ser consideradas principalmente, como um grupo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um período de tempo e que se acham unidas seja por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade (PAIF, 2003).

Deste modo, a convivência familiar se destaca como uma relação afetiva diuturna e duradoura o qual vincula os integrantes do núcleo familiar, independentemente da existência de laços consanguíneos. O lar compartilhado não se torna mais pressuposto para a existência da família, as mudanças na sociedade por vezes resultam em uma separação física entre os membros da família, porém mantendo o ambiente comum (RENON, 2009, p. 60).

O Estatuto da Criança e Adolescente em seu artigo 19 declara que é direito da criança e adolescente ser criado no seio de sua família, excepcionalmente em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária para o seu desenvolvimento integral. O § 4º tratou de inserir o direito à convivência familiar com os genitores privados de liberdade:

Art. 19 É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. § 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. (BRASIL, 1990).

As limitações trazidas pela execução penal feminina à mãe encarcerada não atingem seu poder familiar, onde os direitos desta criança são observados em sua plenitude. As autoras destacam ainda que “ [...] criança não se sujeita aos ditames e limites legais da execução penal de sua mãe. No Brasil, criança não cumpre pena” (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 158-159).

Não importa o crime que tenha cometido, a mãe mesmo que presa terá sempre o direito de estar com seu filho, o filho, por sua vez, não pode em nenhum aspecto ser penalizado devido à prisão de sua genitora, e ambos têm o direito ao convívio familiar e ao mantimento desse laço afetivo (DOMINGUES; SILVA; MARIN, 2019, p.68).

Em 2006 foi criado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, ele foi resultado da ação conjunta de todos os poderes e esferas do governo, da sociedade civil organizada e organismos internacionais. O objetivo do plano é principalmente evitar o rompimento do vínculo familiar, qualificar os serviços de acolhimento, e retorno ao convívio com a família (BRASIL, 2006, p.14).

A família e a comunidade devem garantir a proteção às crianças e adolescentes, oportunizando seu desenvolvimento, trazendo amor e afeto na formação destes sujeitos em crescimento (SOUZA; CABRAL; BERTI, 2010, p. 133). Quando a família não é capaz de promover as responsabilidades que lhe foi incumbida, o Estado deve através de políticas públicas e programas sociais efetivos criar mecanismos de acolhimento familiar, e quando o acolhimento for indispensável ainda sim a convivência familiar deve acontecer (FURTADO; DE MORAIS; CANINI, 2017, p. 134).

Quando os direitos das crianças e adolescentes são violados ou estão sob ameaça torna-se necessário uma atuação do Estado, o que ocorre muitas vezes através do afastamento familiar e consequente ingresso em acolhimento institucional. Sendo o acolhimento uma estratégia que deverá ser provisória, deve-se pontuar meios de reinserção familiar atuando na permanência da convivência familiar e comunitária. As ações de reinserção familiar busca unir filhos afastados de seus genitores, e desse modo atuam como preconiza o Estatuto da Criança do Adolescente garantindo o direito fundamental à convivência familiar e comunitária (SIQUEIRA, 2011, p.265).

Para as crianças e adolescentes, os espaços e as instituições sociais realizam a intermediação para a estruturação das relações afetivas, e identidades individual e coletiva. Por isso, ainda que se torne indispensável a não separação da criança e adolescente do seu vínculo familiar, é oportuna a manutenção do seu convívio no mesmo contexto social, o que contribui para a preservação do vínculo familiar e a reinserção social da família, além de proporcionar um superior desenvolvimento destes indivíduos (BRASIL, 2006, p. 32).

[...]é de fundamental importância para se compreender o investimento no fortalecimento e no resgate dos vínculos familiares em situação de vulnerabilidade, pois cada família, dentro de sua singularidade, é potencialmente capaz de se reorganizar diante de suas dificuldades e desafios, de maximizar as suas capacidades, de transformar suas crenças e práticas para consolidar novas formas de relações. Porém, o fortalecimento da família deve ser apoiado e maximizado por políticas de apoio sociofamiliar, em diferentes dimensões, que visem à reorganização do complexo sistema de relações familiares, especialmente no que se refere ao respeito aos direitos de crianças e adolescentes (FURTADO; DE MORAIS; CANINI, 2017, p. 142).

Diversos são os programas e serviços com diferentes tipos de suporte que atuam dentro do contexto familiar, e auxiliam com que medidas extremas não sejam tomadas quando uma família está passando por dificuldades, o que poderia levar a um afastamento das crianças e adolescentes de seus familiares. Essa política de

preservação familiar são ações que auxiliam na resolução de dificuldades e problemas emocionais pelos quais a família pode estar passando (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2011, p.263).

Desse modo, mostra evidente a necessidade da manutenção do vínculo familiar e comunitário das crianças e adolescentes para proporcionar um pleno desenvolvimento, sempre em um contexto social e familiar de cuidado onde seus direitos permanecem observados. Diversas situações podem acarretar na inobservância dos direitos das crianças e adolescentes comprometendo seu amadurecimento sadio, o que em alguns casos implica na manutenção dos vínculos familiares e comunitários. Por isso, cada caso concreto envolvendo crianças e adolescentes e uma possível violação de seus direitos no contexto familiar devem ser sopesadas e definidas voltadas para a manutenção dos vínculos (BRASIL, 2006, p. 34).

“As visitas frequentes, antes do desligamento institucional, entre cuidadores/pais e filhos afastados da família têm sido consideradas um poderoso fator para a efetivação da reunificação familiar” (Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996; Leathers, 2002; Warsh & Pine, 2000; Wright, 2001, *apud* SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2011, p.266). Durante o período em que crianças e adolescentes estão mantidas em locais substitutos, o plano de visitação é o principal meio de manutenção das relações familiares. Para visitação anteriormente é feito um planejamento, depois o contato direto entre os filhos e familiares é estabelecido independentemente da família ser biológica, de origem, adotiva ou extensiva. Nela, os familiares que desejam obtêm conhecimento para manter um ambiente sadio para seus filhos, o que acaba por diminuir os danos ocasionados pela separação. Os benefícios da visitação são: sentimento de segurança transmitido aos filhos; amadurecimento através da experiência da separação; manutenção dos laços familiares, e oportunidade de aprender novos comportamentos de comunicação e estilo de vida para os familiares. A visita é importante tanto para os familiares como para as crianças e adolescentes, é um modo de enfrentamento do afastamento familiar, relaciona-se com o empoderamento familiar e senso de esperança, aprende-se novos meios de interação mais sadios, o afastamento familiar deixa de ser um pesadelo quando aprendem a lidar com a realidade (WARSH; PINE, 2000; WRIGHT, 2001 *apud* SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2011, p. 267).

A prisão dos genitores é um dos diversos motivos que levaria uma criança ou adolescente passar por mudanças em seu contexto familiar, e muitas vezes a ausência de outros familiares para assumir este papel de cuidador pode acarretar uma institucionalização em serviço de acolhimento. O direito fundamental ao convívio familiar e comunitário dentro das unidades prisionais se materializa através da visita, que é o único momento em que a pessoa presa tem contato com sua família-filhos.

2.3 O AFETO COMO VALOR JURÍDICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Inicialmente a família advém de uma união natural, onde os genitores ou figura correlata são os responsáveis pelo desenvolvimento das crianças e adolescentes até que atinjam a maioridade e estejam aptos a administrar suas próprias vidas. Após esta fase a família passa ser centrada nos laços de afetividade que criou, a obrigatoriedade que recaía sobre os responsáveis deixa de existir, o afeto passa a ser o elo de ligação entre todos os integrantes (RENON, 2009, p.66). Segundo Angeluci (2005, p.411) “[...]o afeto representa importante elemento para a realização da dignidade humana, pois o ser humano necessita dele para estruturar sua vida, sendo primariamente obtido no seio familiar”.

A afetividade pode ser percebida por diversos aspectos, depende sempre do ponto de vista do espectador, pode ser observada como um conjunto de afetos, de emoções, sentimentos e paixões da esfera psíquica da personalidade, pode-se dizer também que faz parte da constituição do próprio ser humano como expressão do ser, que o acompanha por toda sua existência, desde a infância até a idade adulta. Como é importante para o desenvolvimento da personalidade, pode-se dizer que sua má formação ou degeneração pode ocorrer se não existir os cuidados necessários para seu correto desenvolvimento, sendo a afetividade integrante da personalidade e conduta do ser humano, tanto na percepção da ética como no Direito (SANTOS, 2009, p. 166).

A palavra afeto⁴ não é encontrada no texto constitucional como um direito fundamental, porém ainda assim pode-se dizer precede a uma constante valorização da dignidade da pessoa humana (DIAS, 2005, p.66). Para Madaleno houve uma mudança da estrutura da família com o passar dos anos:

A família matrimonializada, patriarcal, hierarquizada, heteroparental, biológica, institucional vista como unidade de produção cedeu lugar para uma família pluralizada, democrática, igualitária, hetero ou homoparental, biológica ou socioafetiva, construída com base na afetividade e de caráter instrumental (MADALENO, 2015, p. 36).

Na história da família sabe-se que a união entre os casais era baseada na religião e nos valores econômicos. Após a Revolução Industrial a família veio a se tornar uma instituição onde os indivíduos passam a se relacionar afetiva, moral, ética, intelectual e materialmente. Importantes avanços que ocorreram na vida das mulheres como a possibilidade do divórcio, a pílula anticoncepcional, entrada no mercado de trabalho, e a conquista da igualdade em relação aos homens na constituição federal, fez com os relacionamentos perdessem um pouco o caráter voltado para a procriação encontrado no modelo patriarcal, e passam a ter uma relação baseada no afeto (CARDIN; FROSI, 2010, p. 6860).

As mudanças naturais que ocorreram na sociedade modificaram o papel masculino dentro dos relacionamentos, o homem deixa de ser a figura central e passa a ter visto como membro participante dentro da organização familiar, sua autoridade patriarcal perde seu predomínio (RENON, 2009, p. 69).

É difícil de se pensar em vida humana sem pensar em família, o próprio direito à vida implica o direito à família, sendo ele o mais fundamental na ordem jurídica da família o direito mais fundamental. Outros direitos fundamentais estão intimamente ligados ao direito de família como o direito à liberdade e à igualdade, à fraternidade e à solidariedade humanas, à segurança social e à felicidade pessoal, entre outros direitos humanos fundamentais, esse conjunto é o alicerce do direito de família e do lar, onde todos estes direitos coabitam intimamente ligados pelo afeto (BARROS, p.3).

Atualmente o Direito se depara com assuntos sobre a própria personalidade do indivíduo, todavia esta personalidade é um tanto complexa visto que se compõe de um físico e um psiquismo, e dessa complexidade surge a afetividade. Ela seria então uma união de afetos que constituem o psiquismo que determina a personalidade. É

⁴ O afeto expressa uma ligação carinhosa em relação a algo ou alguém, é um sentimento como amor, ódio ou amizade (MICHAELIS, WEB, 2020).

um conjunto de relacionamentos que são valorizados pelos seres humanos e devem ser protegidos pela ordem jurídica (SANTOS, 2009, p. 101).

Na Constituição Federal de 1988, a família se coloca como um espaço de proteção da dignidade da pessoa humana além de uma representação de solidariedade social, dessa maneira na temática da família a relação paterno-filial se sobressai. Nota-se que os filhos se tornam verdadeiros sujeitos de direito quando se proíbe a discriminação entre os filhos e quando se abre a possibilidade da paternidade socioafetiva (PEREIRA; SILVA, 2006, p.668).

Com o reconhecimento do contexto da família, baseada no afeto entre os indivíduos, e grande avanço na legislação voltada para a proteção da instituição familiar e principalmente da criança e adolescente, o vínculo afetivo passa a ter grande valor no desenvolvimento humano:

[...]ter acesso à convivência familiar e comunitária significa compreender o protagonismo da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, e, na sua singularidade, perceber que esses sujeitos, em seu processo de desenvolvimento humano, precisam possuir vínculos familiares de afetividade e pertencimento (LIMA; SOUZA; LINO, 2018, p.28).

Através do ponto de vista da sociologia, a família, entidade que se constituiu antes mesmo do Estado, foi considerada uma reunião natural e núcleo social de valor superestimado. De início teve o caráter biológico fundado na procriação, porém no decorrer dos séculos, o modelo patriarcal perdeu sua essencialidade, passando o modelo nuclear baseado no afeto, na igualdade e na dignidade de seus membros demonstrar mais sentido para grande parte da sociedade (CARDIN; FROSI, 2010, p.6859).

É na família que o indivíduo nasce, se desenvolve, molda sua personalidade e se integra ao meio social. É na família que, no curso de sua vida, o indivíduo encontra conforto, amparo e refúgio para sua sobrevivência, formação e estruturação psíquica. A criança mantém uma relação direta de dependência com aqueles que, tendo concebido-a ou não, acolheram-na, se tornaram responsáveis pela continuação de sua existência e formação. A inserção em um núcleo familiar é importante para o desenvolvimento físico, psíquico e afetivo saudável da criança. Em geral, os responsáveis são os genitores, investidos do “poder familiar”, outrora denominado “pátrio poder” (PEREIRA E SILVA, 2006, p. 672).

Veronese (2017, p.137) ensina que “A família se constitui em instituição primeira no cuidado, na administração de todos os componentes indispensáveis ao pleno desenvolvimento de sua prole”. A autora ainda afirma que a sociedade, a comunidade e a família devem assumir seu papel na proteção integral, e cabe ao Estado com

políticas sociais, por meio de ações diretas a promoção de projetos ou programas para crianças e adolescentes usufruírem seus direitos.

É dentro da família que a sensação de pertencimento vai sendo criado, o fortalecimento dos laços afetivos com seus membros vai se concretizando, neste momento a criança e o adolescente compreende o papel da família na comunidade e cria um senso de responsabilidade para o bem comum, passa a ter o sentimento de fazer parte de todo um contexto social (RENON, 2009, p.61).

A afetividade é um princípio implícito na Constituição Federal, no texto constitucional encontra-se fundamentos essenciais e constitutivos desse princípio os quais são: independente da origem todos os filhos são iguais; a adoção baseada no afeto está fundamentada na igualdade de direitos; o grupo familiar e seus descendentes incluídos os adotivos possuem dignidade constitucionalmente protegida; a convivência familiar tem prioridade absoluta; e o suporte à pessoa idosa deve ser exercido por todos os membros da família (LOBO, 2015, p.1749).

Parte da doutrina brasileira já mencionava uma distinção entre genitor e pai, dando enfoque à culturalidade da relação paterno/materno filial, baseada principalmente pela relação de afeto que no sentido biológico. A afetividade se demonstrou imanente das relações familiares e se espalhou por todo o direito de família, demonstradas por diversas situações ancoradas pelo afeto. As relações familiares passaram a ser norteadas pela afetividade, o que exigiu que o Direito absorvesse diversas mudanças (CALDERÓN, 2013, p. 143).

A importância do afeto é evidente, é através do desenvolvimento da personalidade dentro do contexto familiar e dos relacionamentos que ocorrem na interação entre seus membros onde encontra-se a dignidade da pessoa humana (ANGELUCI, 2005, p. 415). A existência do afeto na relação entre pais e filhos traduz na afetividade uma diferença em referência às demais relações jurídicas visto que apenas ela pode ser valorada e caracterizada justamente por haver o afeto (HIRONAKA, 2006, p.12).

O princípio da afetividade, é base do direito de família em suas relações socioafetivas, e precede às questões biológicas ou patrimoniais. Este princípio se relaciona com o direito à convivência familiar onde cônjuges, companheiros e filhos convivem de forma igualitária, sendo uma relação baseada não apenas nas questões biológicas, mas também em sua natureza cultural (LOBO, 2015, p.1748).

[...] os princípios não oferecem solução única (tudo ou nada), segundo o modelo das regras jurídicas. Sua força radica nessa aparente fragilidade, pois, sem mudança ou revogação de normas jurídicas, permitem adaptação do direito à evolução dos valores da sociedade. Com efeito, o mesmo princípio, observando-se o catálogo das decisões nos casos concretos, em cada momento histórico, vai tendo seu conteúdo amoldado, em permanente processo de adaptação e transformação. A estabilidade jurídica não sai comprometida, uma vez que esse processo de adaptação contínua evita a obsolescência tão frequente das regras jurídicas, ante o advento de novos valores sociais (LOBO, 2007, p. 2).

O afeto traz alterações nas relações entre os indivíduos de uma sociedade, é possível a partir dele constituir relações e modificá-las, e isto demonstra o caráter jurídico do afeto:

Trata-se o afeto de um fato jurídico, pois permite o estabelecimento de relações intersubjetivas entre as pessoas. Ele constitui relações jurídicas (famílias monoparentais, homoafetivas, relação de filiação oriunda da adoção), modifica (de namoro para casamento) e extingue (destituição do poder familiar, instituição da filiação afetiva em detrimento da biológica, etc.) (CARDIN; FROSI, 2010, p. 6859).

Segundo Lobo (2015, p. 1750) a afetividade na família difere do vínculo obrigacional, patrimonial ou societário, na relação familiar não existe um fim econômico, tampouco seus membros são sócios ou associados. Para o autor são pressupostos para a socioafetividade: a aproximação no grupo familiar; o acolhimento do papel parental; e a convivência consolidada. Enquanto a parentalidade biológica é disposta pelo direito, a socioafetiva é acolhida pelo direito a partir dos acontecimentos ocorridos no seio familiar.

Em todos os ramos do Direito como o civil, administrativo, previdenciário, criminal, constitucional e tantos outros devem reconhecer sua relação com a afetividade, porém é no Direito de Família é que os direitos relacionados à afetividade se torna mais evidente, já que é no âmbito familiar é onde predominantemente ocorrem as relações de afeto. Demandas judiciais são frequentes para proteger ora os laços de afeto em uma relação jurídica, ora para proteger a estrutura afetiva de algum indivíduo (SANTOS, 2009, p. 167-168).

Aos poucos ao afeto foi garantido seu valor jurídico, sendo encontrado como direitos de personalidade, advindo dos princípios da solidariedade e da dignidade da pessoa humana (CARDIN; FROSI, 2010, p. 6860). Afirma Renon (2009, p. 66) que “As decisões dos tribunais brasileiros vêm cada vez mais se fundamentado no reconhecimento do vínculo afetivo, principalmente quando envolve interesse de crianças e adolescentes”.

De acordo com o prisma em que é abordada a afetividade possui diversos aspectos, sendo ao mesmo tempo um fenômeno jurídico e psíquico, é considerada psíquica pois é inerente a todas as pessoas, e portanto traz consequências jurídicas (SANTOS, 2009, p.47). O autor ainda explica que “A ausência de afeto impede o desenvolvimento do ego, que é a consciência de si mesmo; e do superego, que é a consciência moral” quando explica sobre o primado da afetividade (SANTOS, 2009, p.55).

Afinal o afeto se perpetua na sociedade como um fator de solidariedade, nessa dimensão difusa o afeto gera responsabilidade solidária, A solidariedade jurídica, que surgiu no direito civil e comercial, determina que os envolvidos preservem com dignidade o ser humano. Na Constituição Federal, são três os responsáveis por esse compromisso: o Estado, a família e a sociedade, porém cabe ao Estado a proteção de todos os integrantes da família, e pela manutenção de relações saudáveis entre os seus cidadãos. O Estado deve assegurar condições básicas para a manutenção digna das famílias, principalmente em relação às crianças, adolescentes e idosos, que dispõem maior atenção. Isso demonstra que os direitos difusos se tornam subjetivos públicos, ou seja, contestável ao Estado, ainda que na Constituição esteja expresso na ordem família, depois sociedade e por último Estado no artigo 227, isso não indicia que em um grau de responsabilidade este estaria por último (BARROS, 2006, p. 6-7).

Quando um fato ocorre na vida social do indivíduo com a incidência da afetividade pode-se dizer que serão reconhecidos pelo Direito. O princípio da afetividade possui duas dimensões, uma objetiva e outra subjetiva. A objetiva indica fatos que se manifestaram demonstrando a afetividade, e o subjetivo que é a manifestação do sentimento em si, anímico. Pode-se dizer que a dimensão subjetiva escapa ao Direito, posto que deve ser presumido através de algum fato onde ocorra a dimensão objetiva, fatos concretos irão demonstrar a presença da afetividade. O princípio da afetividade possui duas facetas capazes de indicar a percepção do seu sentido, a primeira é a de dever jurídico, para as relações que possuem algum vínculo de parentalidade ou conjugalidade, onde vincula as pessoas a condutas recíprocas de afetividade; e a segunda que é a geradora do vínculo familiar, onde o princípio da afetividade materializa o vínculo familiar entre os envolvidos (CALDERÓN, 2013, p. 147).

Em vista disso, é razoável considerar que a afetividade surge e se desenvolve nos relacionamentos e por isso é fundamental ao bom desenvolvimento da

personalidade de crianças e adolescentes e seus genitores. Não é possível exigir afeto de alguém, porém é exigível comportamentos pró-afetivos⁵, ainda que não corresponda ao verdadeiro sentimento encontrado na relação, seria mais exigir condutas que favoreçam ao aparecimento do afeto. Em suma, o afeto não pode ser exigido como obrigação jurídica já que não é subordinado à vontade, porém, sendo a afetividade essencial à existência humana o Direito torna-se ferramenta como proteção a este princípio (SANTOS, 2009, p. 118)

Como o afeto é considerado um princípio, não positivado na legislação, demonstra que possui grande força balizadora para uma correta interpretação jurídica, onde os princípios irão direcionar o intérprete da norma (CARDIN; FROSI, 2010, p.6861).

E não restam dúvidas que a afetividade constitui um código forte no Direito Contemporâneo, gerando alterações profundas na forma de se pensar a família brasileira. Vejamos três consequências pontuais, perceptíveis nos últimos anos. Primeira consequência, a afetividade contribuiu para o reconhecimento jurídico da união homoafetiva, segunda consequência a ser pontuada é a admissão da reparação por danos em decorrência do abandono afetivo, terceira e última consequência da afetividade a ser pontuada é o reconhecimento da parentalidade socioafetiva como nova forma de parentesco, enquadrada na cláusula geral “outra origem”, do art. 1.593 do CC/2002. (TARTUCE, 2012, p.2-3)

Sendo assim, o afeto como valor jurídico aliado aos princípios da solidariedade e da dignidade da pessoa humana mostra-se indispensável para a formação da instituição familiar, sendo portanto base necessária para o desenvolvimento dos seus membros (CARDIN; FROSI, 2010, p.6861).

Nesse progresso, o direito evolui de uma solidariedade passiva e instintiva para uma solidariedade ativa e consciente, que tende ao global quanto aos sujeitos (solidariedade subjetiva) e os objetos (solidariedade objetiva). A solidariedade submete sujeitos e objetos no quanto necessário a preservar com dignidade o gênero humano. É com esse sentido que o afeto se soma a outros fatores para originar e fundamentar a responsabilidade genérica de realizar a existência humana: não de qualquer modo, mas dignamente, conforme os padrões mais avançados já alcançados pela civilização humana (BARROS, 2006, p.8).

Ainda que o princípio da afetividade não se encontre expresso na Constituição é um valor que deve ser preservado como modo de realização do próprio Estado. Como

⁵ [...]comportamento afetivo é aquele que corresponde exatamente ao estado afetivo da pessoa no momento da sua manifestação. Comportamento pró-afetivo é aquele tendente a possibilitar o surgimento e o desenvolvimento dos laços de afetividade, ainda que não correspondam aos estados afetivos ostentados no momento da prestação (SANTOS, 2009, p.118).

está diretamente relacionado ao princípio da solidariedade, deve direcionar intervir nas relações e normas jurídicas. Parte integrante da conduta do ser humano, a afetividade influencia ações jurídicas através dos aspectos afetivos da personalidade (SANTOS, 2009, p. 130).

Por isso, quando se fala sobre dimensões dentro do Direito deve-se ter em mente todos os direitos organizados de forma que se complementam um ao outro, não deve um existir em detrimento do outro, mas ser uma conjugação com a dignidade da pessoa humana como fator preponderante. “É por esse critério que deve ser estabelecida a justa proporção entre os interesses individuais e os deveres sociais, tanto os categoriais, como os difusos. Sob pena de incidir em inconstitucionalidade” (BARROS, 2006, p. 8).

É principalmente nas relações do Direito de Família que se encontra a afetividade, é também vista como um valor jurídico posto que na criança e adolescente está relacionado ao desenvolvimento da sua personalidade, e no adulto a sua estabilidade (SANTOS, 2009, p. 238).

Diante de todos estes aspectos, na qualidade de sujeitos de direito, crianças e adolescentes que possuem pais privados de liberdade têm seus direitos fundamentais postos à prova, tendo o Direito brasileiro ancorado a Doutrina da Proteção Integral é imperioso que seus direitos sejam efetivados posto que a eles são destinada a prioridade absoluta (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 156). Mostra-se imperioso a realização das visitas de modo que a proteção integral seja completamente observada, a convivência familiar seja preservada e o vínculo de afeto mantido.

3 O CONTEXTO DAS VISITAS NO SISTEMA PENAL CATARINENSE

Desde os tempos mais remotos a pena encontra-se inserida entre seres humanos para reparar alguma ofensa, o que sem regulamentação muitas vezes tornava-se desproporcional ao delito cometido. Com a criação do Estado e da sociedade houve a necessidade de organizar as leis penais, as punições, e os estabelecimentos penitenciários, o qual demonstravam seu papel voltado para a segregação dos delinquentes e pessoas indesejadas, o que não difere muito dos dias atuais.

Para a existência da pena de prisão pressupõe-se que haja uma organização humana e social através do Estado, onde retira-se o condenado da convivência livre e estabelece-se tempo e espaço próprio, institucionais (CHIAVERINI, 2009, p. 23).

Ainda que pudesse dizer que houve grande mudança no sistema punitivo e penitenciário no mundo e no Brasil, no país é notório que os estabelecimentos prisionais são locais insalubres e precários, longe de observar a dignidade humana daquele que está preso, que dirá de proporcionar uma reintegração social eficiente.

Destaca-se que a sanção penal não pode passar da pessoa do condenado, a família que acompanha o encarcerado pelo tempo em que permanece na prisão sofre de modo significativo os reflexos da sanção. O estigma, preconceito, dificuldades financeiras e desrespeito à dignidade humana são alguns dos percalços que acompanham o familiar do apenado, dentre eles não se deve olvidar que muitos são crianças e adolescentes com pais encarcerados.

Com o afastamento compulsório a família do apenado resta extremamente fragilizada frente à nova realidade que se apresenta com a ausência de um de seus membros, os familiares direta ou indiretamente acabam por conviver com o universo da criminalidade neste novo cenário. Respeitar os direitos e a dignidade humana da pessoa presa é respeitar aqueles que mesmo à distância cumprem a pena com seu familiar apenado.

Sabe-se que a grande maioria da população carcerária brasileira é de baixa renda e, vivendo em situações precárias, está sujeita ao descaso por parte do Estado que não produz políticas públicas eficientes para a mudança desta perspectiva. Quando se estuda a história do sistema prisional se busca o aprofundamento da

compreensão da sociedade moderna e da ideia de estado (PINHEIRO; GAMA, 2016, p. 158).

Para crianças e adolescentes os moldes que se dá a execução penal de seu familiar é decisivo em suas vidas, e por isso a importância de observar a trajetória dos filhos das pessoas encarceradas e a proteção aos seus direitos fundamentais (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 76).

Para inserir as informações do perfil das pessoas privadas de liberdade nesta dissertação foram utilizados dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) e do Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade, ambos do ano de 2017 e fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional.

Os dados utilizados para traçar o perfil do visitante do sistema prisional de Santa Catarina, incluídas as crianças e adolescentes, são do Sistema de Identificação e Administração Prisional do Estado - Ipen, fornecidos pelo Departamento de Administração Prisional - DEAP do Estado de Santa Catarina.

3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CÁRCERE CATARINENSE

Antigamente o homem agia para preservação de sua espécie através de formas cruéis e sofisticadas de punição, até os dias atuais quando se afirma sua utilização como terapêutica ou reformadora. A pena, portanto, é uma instituição muito antiga onde cada povo e período histórico teve seu questionamento penal. (OLIVEIRA, 1984, p. 21).

Desde a antiguidade pode-se falar que a prisão de custódia⁶ já estava no inconsciente coletivo do homem através dos trabalhos forçados, porém, foi apenas a Igreja no século V que trouxe a ideia de prisão penitência. Após decisivas transformações sociais e um novo discurso humanista, que combatia crueldades na pena, houve a universalização da sanção penal e sua redução à pena de prisão, base até os dias atuais do sistema punitivo (CHIAVERINI, 2009, p.20).

⁶ Custódia – S.f. Ato ou efeito de custodiar; ato de custodiar um preso, exercendo sobre ele guarda e vigilância, quando em sala livre, ou em um estabelecimento, que não é propriamente uma prisão, até a averiguação de algum delito; detenção do delinquente, guardando-o, protegendo-o e vigiando-o constantemente, enquanto cumpre a sua pena determinada legalmente; Disponível em: <<https://roberiosoares.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-juridico.pdf>>

Para evitar a pena de morte, a Igreja já utilizava, no século V, a pena de prisão, punindo o clero através da segregação que estimulava o arrependimento. O faltoso era recolhido à cela para uma reclusão solitária, chamado a esta penitência, “in pacem”. Era visitado somente pelo seu confessor ou diretor espiritual, pois a mesma pena tinha duplo sentido, proporcionar o arrependimento para a reconciliação com Deus ao mesmo tempo em que punia (OLIVEIRA, 1984, p. 35).

Na América Latina em cidades coloniais mais desenvolvidas, como nas metrópoles, existiam espaços prisionais de punição e tortura, neste período ainda não possuíam caráter centralizado na organização punitiva da sociedade, porém tiveram papel importante no trabalho de punir (CESAR, 2013, p. 35).

O modelo prisional voltado para a reintegração social tem origem no final do século XVI quando houve as primeiras criações das casas correccionais na Europa. A exemplo tem-se o Castelo de Bridewell na Inglaterra, próximo a Londres que foi transformado em prisão e na primeira *House of Correction* (1553) voltada para homens. Em 1559 em Amsterdã (Holanda) foi criada a prisão de *Rasphuis* para homens, e em 1597 e 1600 foi criado a *Spinhis* para mulheres. Essas prisões destinavam-se ao abrigo de vadios, mendigos e prostitutas, visto que a sociedade europeia em geral passava por dificuldades e via a necessidade de segregação dessas pessoas. Com o passar dos anos muitas outras prisões foram construídas, porém foram as *workhouses* na Inglaterra que receberam destaque, elas se destinavam à educação da mão de obra para o capital, além dos suplícios aplicado principalmente pelo Tribunal do Santo Ofício aos encarcerados (ALMEIDA, 2009, p. 1-2).

O cárcere e seus diversos espaços de reclusão são instrumentos de castigo amplamente conhecidos, desde as mais antigas civilizações até nossos dias. No entanto, foi só a partir do século XVI, que seu uso passou a ser mais sistemático na Europa, conforme diminuía o apelo às penas de morte e supliciais, paralelamente ao aumento da necessidade de outra racionalidade punitiva, baseada já não em tirar a vida, mas em beneficiar-se dela (CESAR, 2013, p.33).

Mudanças na legislação se tornaram necessárias, a função da lei naquele momento era criar instituições nacionais que serviriam de modelo a ser guiado. Ainda que muitas leis não sejam de fato colocadas em práticas, a criação de casas correccionais foi exemplo de aplicação da lei, onde conforme o Código Criminal de 1830 os condenados a pena de prisão deveriam trabalhar (ANGOTTI, 2011, p 54).

A partir do século XVIII, na Inglaterra, iniciou-se o período de humanização da

pena, onde passa-se a humanizar as regras disciplinares da detenção e o regime prisional da época. Neste período Geremias Bentham apresentou o modelo conhecido como panótico, era um tipo de prisão celular, de forma radial, onde a partir de um ponto de observação era possível exercer a vigilância dos interiores das celas, onde o prisioneiro era observado sem cessar e era impedido de ter contato com seus companheiros. Em 1790, na cidade da Filadélfia se iniciou uma modalidade prisional chamada “*Solitary Confinement*”, com forte influência religiosa católica. Neste modelo era imposto o isolamento absoluto e constante, sem trabalho ou visita, podendo apenas ler a Bíblia. Em Nova York, em 1821, surgiu o modelo auburniano onde existia um regime de comunidade durante o dia e isolamento durante a noite. O modelo da Filadélfia buscava transformar os criminosos em um homem bom e de alma pura, já o sistema de Auburn buscava condicionar o prisioneiro através do trabalho, disciplina e mutismo (OLIVEIRA, 1984, p.46).

O modelo “solitary confinement”, se inspirou no modelo monástico de confinamento, utilizado pela Igreja Católica desde a Idade Média. Parece ter sido uma das primeiras versões de um novo conceito de aplicação de penalidades aos considerados criminosos pela sociedade. Tratava-se de dar um novo enfoque às penalidades numa sociedade em transformação; individualista e na qual a liberdade se apresentava como valor universal da humanidade. Nesse sentido, a privação da liberdade, tomou-se uma penalidade igualitária (ANGOTTI, 2011, p. 18).

Ainda no século XIX apareceu um novo sistema de prisão, chamado progressivo inglês, nele a duração da pena não era baseada apenas na condenação, mas dependia também da conduta do preso, do seu trabalho e da gravidade do delito, onde se recebia vales quando a conduta era positiva e os perdia quando era negativo. Em 1853 este sistema foi adotado na Irlanda com a diferença da preparação para a vida livre, com a suavização do regime de vigilância, objetivando o preparo do condenado para o retorno à sociedade. No Código Penal brasileiro foi adotado o sistema progressivo irlandês, porém sem o sistema de vales, nele no primeiro período o prisioneiro fica em observação, no segundo é submetido ao trabalho diurno com isolamento noturno, no terceiro é enviado ao estabelecimento semiaberto ou agrícola, e no quarto e último período é concedida sua liberdade condicional (OLIVEIRA, 1984, p. 47).

[...] foi a partir de 1790, sob o influxo da reforma penitenciária, oriunda dos Estados Unidos (Filadélfia e Auburn), que se desenvolveu, nas primeiras

décadas do século XIX, tanto na Europa como na América Latina, uma acalorada discussão acerca da inovação de técnicas e procedimentos punitivos que, somados ao panóptico benthamiano (1791), constituíram a pedra de toque do reformismo penal-carcerário oitocentista (CESAR, 2013, p.34).

A construção da primeira penitenciária no Brasil aos moldes da reforma prisional que ocorreu na Europa e Estados Unidos se deu no Rio de Janeiro no ano de 1834 com a Casa de Correção (ARAÚJO, 2009, p.98). Sessenta homens que haviam sido condenados à pena de prisão e a galés⁷ foram levados para a construção, além deles trabalharam também na construção os africanos livres⁸:

Se o Parlamento ainda não havia decidido sobre o estabelecimento de colônias agrícolas no império, ao menos as obras da Casa de Correção atenderiam às expectativas das autoridades policiais em abrigar e explorar um número cada vez maior de detentos que permaneciam ociosos nos cárceres da cidade, servindo também como forma de coerção para as classes populares que tentassem atacar a ordem estabelecida (ARAÚJO, 2009, p.96).

Em Santa Catarina o mais antigo estabelecimento penal construído e ativo até os dias atuais é a Penitenciária de Florianópolis, inaugurada em 1930 (OLIVEIRA, 1984, p. 147). Antes da construção da penitenciária os prisioneiros eram recolhidos na Casa de Câmara e Cadeia, construída entre 1771 e 1780, sendo uma das construções mais antigas da cidade de Florianópolis. Nela funcionava no piso inferior a cadeia e no superior a Assembleia Legislativa Provincial, a área destinada aos presos foi desativada após a inauguração da penitenciária (BRASIL, 2020).

A cidade também vinha passando por reestruturações urbanas e sociais. O centro deveria tornar-se mais salubre para que a burguesia pudesse habitá-lo, mas antes as pessoas ‘indesejadas’ – como mendigos, prostitutas, lavadeiras, capoeiras e vendedores ambulantes – deveriam ser retiradas e colocadas nos seus ‘devidos lugares’. Florianópolis também estava em busca

⁷ Prevista desde as Ordenações Filipinas produzidas no século XVII a condenação a galés foi acrescentada por diversos decretos e leis criados ao longo de três séculos pelo império luso. No Brasil por todo o período colonial e até a entrada em vigor do Código Criminal de 1830, a sentença de prestação de serviços públicos nas galés era destinada aos condenados pelos crimes de homicídio, liderança quilombola, crimes políticos, entre outros (ARAÚJO, 2009, p.108). Segundo o Código Criminal de 1830, a pena de galés era cumprida com “calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos [...]”.

⁸ Africanos livres era uma categoria prevista na Convenção de 1817, quando Portugal aceitou o encerramento do tráfico de pessoas escravizadas pelo Atlântico Norte e passou a integrar a comissão para emancipar os africanos traficados. Os africanos que eram ilegalmente traficados e apreendidos tornavam-se emancipados e foram denominados “africanos livres” ou “mei-cara”. Antes da emancipação eles deveriam servir por um período de 14 anos no serviço público ou particular até adquirirem capacidade e autonomia para serem emancipados (BERTIN, 2006, p. 9).

de 'ordem e progresso', princípios do pensamento positivista que tomara conta do país. Era necessário, então, um moderno aparato policial para controlar a população (REBELO, 2007, p.1218).

No Brasil, já no período colonial, mulheres foram encarceradas em locais onde grande parte dos prisioneiros eram do sexo masculino, não havendo em muitos casos separação entre eles. Mulheres e homens eram confinados no mesmo espaço, deste modo muitos relatos de abandono, abusos sexuais, doenças, promiscuidade, entre outros problemas estiveram presentes no trabalho de penitenciaristas. Com a evidência da precariedade do sistema prisional brasileiro, a partir de meados do século XIX, foi onde o tema mulheres encarceradas passou a fazer parte das demandas dos profissionais que buscavam a melhoria do sistema. Poucos relatórios trazem a realidade vivida por estas mulheres do sistema prisional, que relatam além da precariedade do sistema o pequeno número de mulheres detidas, onde possivelmente foi a justificativa para a falta de atenção (ANGOTTI, 2011, p. 17).

As primeiras instituições para mulheres no Brasil datam de 1937 o Instituto de readaptação Social no Rio Grande do Sul, em 1941 o Presídio de Mulheres de São Paulo, e 1942 a Penitenciária Feminina do Distrito Federal em Bangu. Tanto o Instituto de readaptação Social do Rio Grande do Sul como o Presídio de Mulheres em São Paulo foram adaptações dos espaços existentes para a recepção de mulheres, apenas a Penitenciária para Mulheres de Bangu que foi construída com o propósito de recepcionar o público feminino (ANGOTTI, 2011, p 21).

Em relação aos estabelecimentos prisionais femininos o Brasil encontrava-se em atraso em comparação aos países europeus ou americano. Sabe-se que o primeiro estabelecimento destinado às mulheres data de 1645 na Holanda, chamado de Spinhuis (ANGOTTI, 2011, p. 22).

A primeira unidade prisional destinada às mulheres em Santa Catarina foi o Presídio Feminino de Florianópolis, documentos sobre a sua criação são difíceis de encontrar. Através do Memorial do Presídio Feminino de Florianópolis, segundo Reis de 1992 a 1998 a unidade prisional era conhecida primeiramente como Presídio de Biguaçu e não era destinada exclusivamente para presas mulheres. Apenas em 1999 passou a ser conhecido como Presídio Feminino de Florianópolis, tendo se tornado exclusivo para mulheres e tendo em sua direção pela primeira vez uma mulher, a Coronel da Polícia Militar Maria de Fátima Martins (REIS, 2008, p.20). A primeira

penitenciária destinada exclusivamente para presas condenadas em Santa Catarina foi inaugurada em janeiro de 2018 na cidade de Criciúma (SANTA CATARINA, 2020).

Para a mulher a prisão é algo mais penoso e dolorido do que para o homem, ser criminosa e estar em uma prisão é duplamente estigmatizador para elas. Em algumas circunstâncias para os homens pode servir para contribuir com o aumento do seu prestígio, enquanto para as mulheres significa ser qualificada mal, contrariando a imagem ideal atribuída às mulheres durante toda a história (ANTONY, 2003, p.2).

A prisão para a mulher torna-se opressiva e discriminadora, é um local onde o tratamento entre homens e mulheres é abertamente desigual, somado a isso tem-se as consequências da prisão para sua família, o tratamento da justiça frente ao crime cometido, o julgamento da sociedade, além do significado da prisão para ela própria. O controle social tanto formal quanto informal fazem o cárcere feminino ter um estigma maior em relação à prisão masculina (ANTONY, 2003, p.12).

O aprisionamento feminino no Brasil causa à essas mulheres sofrimento mental que satisfazem plenamente o discurso punitivo do Estado, além dos sentimentos, valores, e conflitos da sociedade, pouco importando as consequências desse sistema. Desta forma percebe-se que a prisão atua com sucesso em seu discurso punitivista e no sentimento de expiação social (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 73).

3.1.1 A Execução Penal

A execução penal tem por escopo tornar efetiva a pretensão punitiva do Estado, havendo para isso o entroncamento entre a atividade judicial e a administrativa, onde o Judiciário é o órgão responsável por ordenar a execução da pena, enquanto o efetivo cumprimento da pena se dá nos estabelecimentos prisionais sendo o executivo o responsável (NUCCI, 2013, p.1019). Ainda que assegurado constitucionalmente o direito do preso ao respeito e à integridade física e moral, na prática o Estado pouca atenção dá ao sistema carcerário, deixando de lado a humanização do cumprimento da pena, permitindo que muitas prisões se transformassem em verdadeiras masmorras (NUCCI, 2013, p.1021).

Conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, o Brasil tinha em 2017⁹ o total de 726.354 pessoas privadas de liberdade em seus estabelecimentos prisionais, destes 37.828 são mulheres. No Estado de Santa Catarina havia na época do levantamento dos dados 21.558 pessoas privadas de liberdade em seu sistema prisional, destes 20.495 são homens e 1.063 são mulheres (BRASIL, 2019, p.11).

De acordo com o Geopresídios¹⁰ (CNJ, 2020), Santa Catarina possui 51 estabelecimentos prisionais espalhados por todas as regiões do Estado. Dentre estes 09 estão marcados por estarem em condições péssimas, 02 em situação ruim, 17 em situação regular, 22 em situação boa e apenas 01 em situação excelente. Além disso, o Estado possui 18.003 vagas, porém com déficit de 20,85% nestas vagas.

Assim como a maioria dos países latino americanos, no Brasil percebe-se o desenvolvimento de uma crise em seu sistema prisional com indicadores alarmantes de crescimento da população carcerária, violência entre os presos, práticas de abusos e maus tratos sobre eles, além da falta de respeito à legislação brasileira e aos princípios dos direitos humanos (ROLIM, 2003, p.1).

De acordo com os dados do Levantamento Nacional de informações Penitenciárias a taxa de aprisionamento¹¹ no Brasil é de 349,78 a cada 100 mil habitantes, entre os anos 2000 e 2017 essa taxa teve um aumento de 150%, entretanto a partir de 2016 ela vem reduzindo gradativamente. Em Santa Catarina essa taxa é de 307,92 para cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2017).

Das pessoas privadas de liberdade no país 43,57% são do regime fechado, 33,29% são provisórios, 16,72% do regime semiaberto e 6,02% em regime aberto. Em Santa Catarina 45,21% estão no regime fechado, 23,53% são provisórios, 21,5% no semiaberto e 9,51% no regime aberto. Em relação aos tipos de estabelecimentos existentes no país o levantamento demonstrou que 754 foram construídos para

⁹ Dados do *World Prison Brief* apontam que o Brasil está em terceiro lugar no ranking dos países com maior população carcerária no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China (List, p.2). Además, de acordo com o Banco Nacional de Mandados de Prisão do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil tem atualmente 869.223 presos em seus estabelecimentos prisionais, dentre esses 45.605 são mulheres (CNJ, 2020).

¹⁰ Geopresídios é uma radiografia do sistema prisional com os dados das inspeções realizadas nos estabelecimentos prisionais do Brasil. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php>

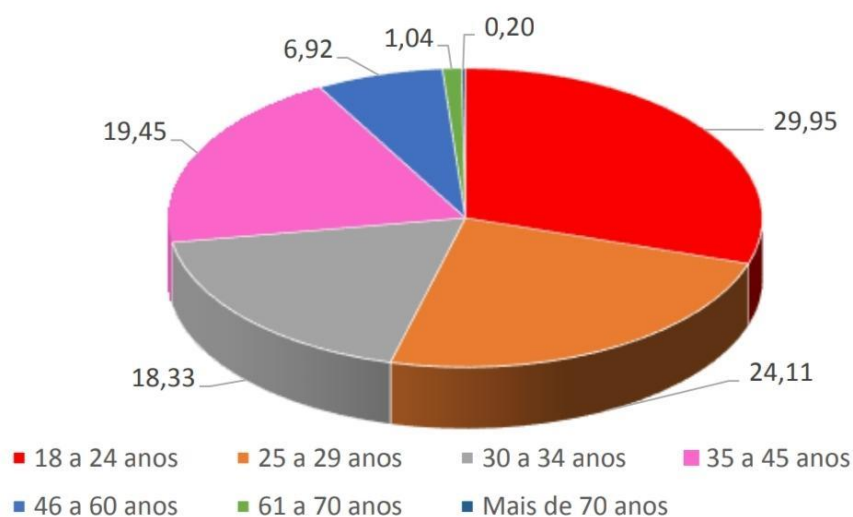
¹¹ A taxa de aprisionamento é calculada pela razão entre o número total de pessoas privadas de liberdade e a quantidade populacional do país, a razão obtida é multiplicada por 100 mil. <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>

receber presos provisórios, 364 para presos do regime fechado, para diversos tipos de regime 177 e 114 para presos do regime semiaberto. Já em Santa Catarina 34 estabelecimentos são para o regime provisórios, 8 para o regime fechado, 1 para diversos tipos de regime e 3 para o regime semiaberto (BRASIL, 2017).

No tocante ao estabelecimento por gênero, nota-se que grande parte foi construída para o público masculino, de todas as unidades 74,8% são para homens, 6,9% para mulheres e 18,1% são mistos, onde a unidade é prioritariamente ocupada homens porém possui alas e celas destinados às mulheres (BRASIL, 2017).

Dados sobre a faixa etária das pessoas privadas de liberdade mostram que 29,9% têm entre 18 a 24 anos, 24,1% têm entre 25 e 29 anos, e 19,4% entre 35 a 45 anos (BRASIL, 2017).

Gráfico 1 - Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil



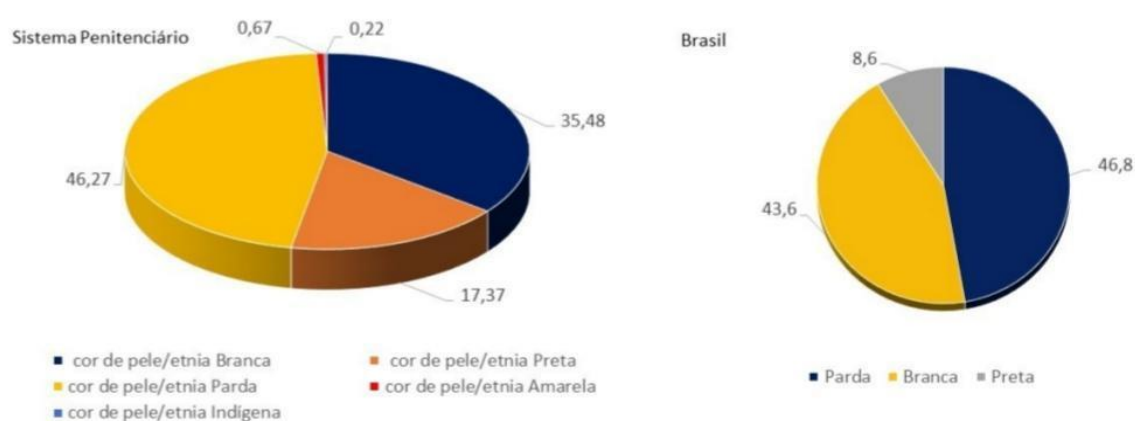
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Infopen, 2017

A privação de liberdade afeta muito particularmente às mulheres já que grande parte delas são as responsáveis pelos lares, possuem filhos, ou são avós, e a prisão significa deixar aqueles por quem são responsáveis desamparados. É preciso lembrar da feminização da pobreza e do problema da irresponsabilidade paterna, em alguns países da América Latina sabe-se que é pequena a porcentagem dos pais que fica responsável pelos filhos após a prisão da genitora (ANTONY, 2003, p.3).

Certos problemas como o abandono por companheiros, a falta dos filhos, a atenção médica inadequada, a invisibilidade da mulher no contexto prisional, além da precariedade do sistema penitenciário acabam por agravar a situação destas mulheres, o que torna a prisão algo mais penoso e difícil (ANTONY, 2003, p.5).

Em relação à raça da população prisional no país 46,2 % são pardas, 35,4% são brancos, e 17,3 são pretas. As pessoas de raça parda e preta somadas representam 63,3% da população carcerária brasileira. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - PNAD Contínua 2017 demonstram que 55,4% da população brasileira é da raça preta ou parda, o que demonstra que no sistema prisional há uma representação maior desta parcela da população. Em Santa Catarina 59,32% da população carcerária é de raça branca, 11,08% preta, 24,66% parda, 2,58% amarelo, 0,02% indígena, e 2,35% não foram informados (BRASIL, 2017).

Gráfico 2 - Raça das pessoas privadas de liberdade e da população total

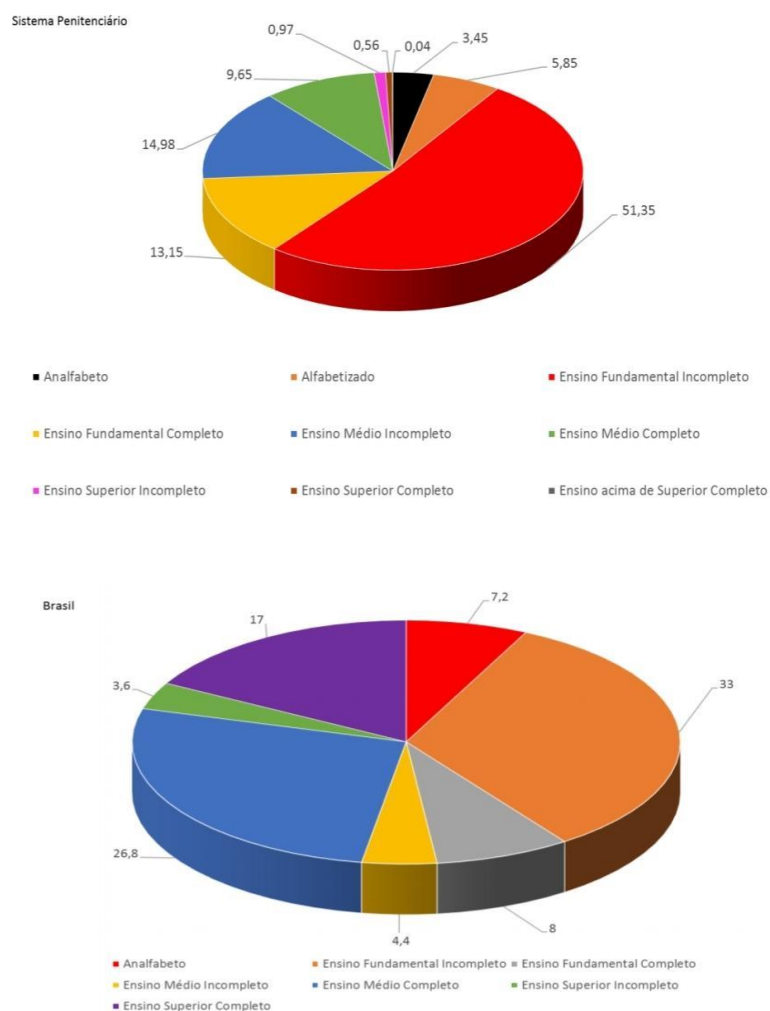


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Infopen, 2017

Dados sobre a escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil mostram que 51,3% possuem Ensino Fundamental Incompleto, seguido por 14,9% que possuem Ensino Médio Incompleto, 13,1% Ensino Fundamental Completo e 0,5% Ensino Superior Completo. Em comparação aos dados do PNAD nota-se que na população brasileira tem-se maior dispersão entre todos os níveis educacionais, enquanto no sistema prisional grande parte possui baixa escolaridade. Na população prisional de Santa Catarina 46,26% possuem Ensino Fundamental Incompleto, 14,15% Ensino Fundamental Completo, 13,96% Ensino Médio Incompleto, 10,4%

Ensino Médio Completo, 1,39% Ensino Superior Incompleto e 1% Ensino Superior Completo (BRASIL, 2017).

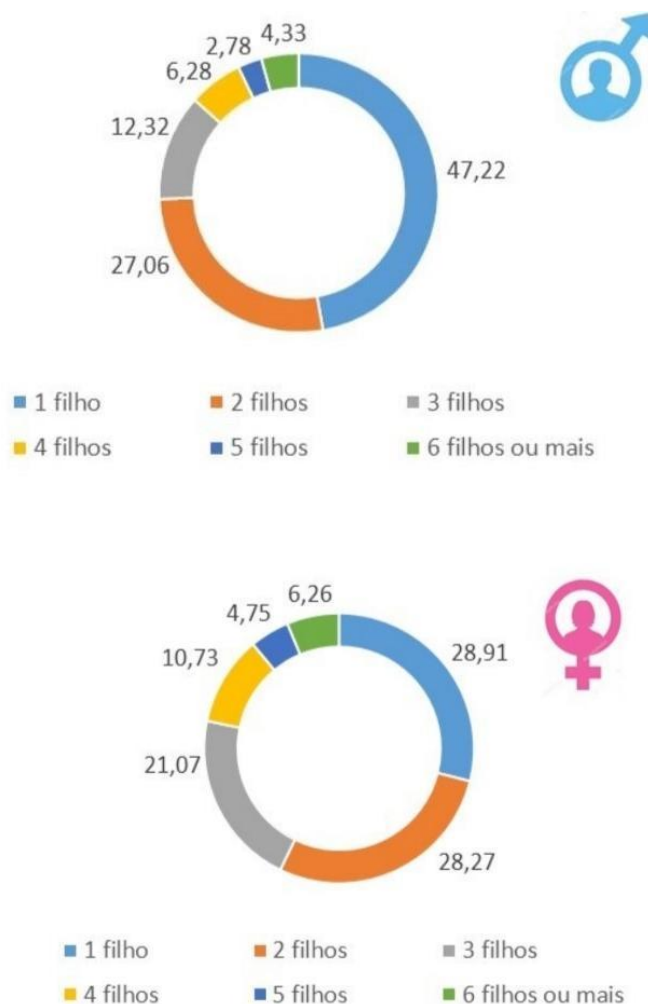
Gráfico 3 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil e da população brasileira em geral



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Infopen, 2017

Em relação ao número de filhos das pessoas privadas de liberdade percebeu-se que entre os homens 47,2% possuem um filho, 27% dois filhos e 12,3% três filhos. Já entre as mulheres 28,9% possuem um filho, 28,7% dois filhos e 21,7% três filhos. Ressalta-se que mulheres que possuem quatro filhos ou mais são 21,6%, ao passo que os homens são 13,2% (BRASIL, 2017).

Gráfico 4 - Número total de filhos das pessoas privadas de liberdade

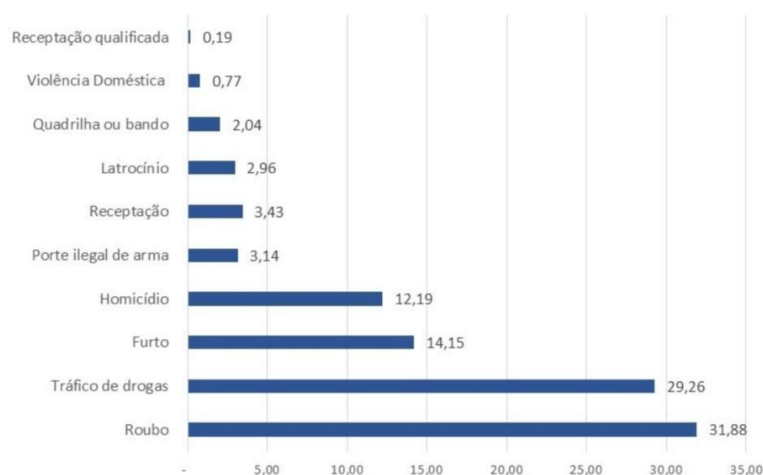


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Infopen, 2017

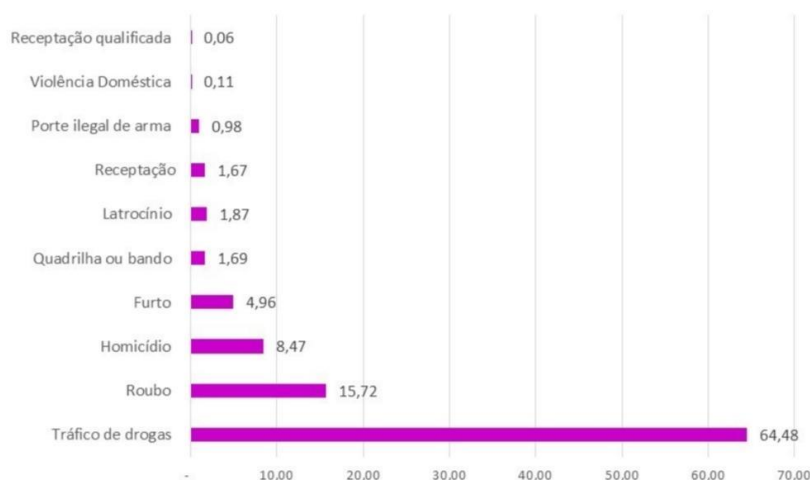
No tocante às ações penais pelo qual respondem as pessoas privadas de liberdade nota-se que os crimes contra o patrimônio são a grande maioria, seguido pelo crime relacionado ao tráfico de drogas e depois pelos crimes contra a vida. Na comparação entre homens e mulheres percebe-se que na prisão feminina o crime relacionado ao tráfico de drogas tem grande destaque.

Gráfico 5 - Distribuição por gênero dos crimes entre os registros de pessoas privadas de liberdade

Homens



Mulheres



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Infopen, 2017

Mulheres presas quase sempre relacionam a sua prisão às relações conjugais, afirmando que em muitos casos sua entrada no cometimento delituoso se deu diretamente por influência do companheiro. Dessa forma, muitas mulheres se posicionam de forma submissa em relação ao homem e por isso acabariam se envolvendo nas relações criminosas. Na trajetória das mulheres traficantes destaca-se as relações sociais estabelecidas ao longo de suas vidas, onde na adolescência ocorre seu contato com o tráfico de drogas, somados à uma desigualdade social acompanhada de violência no seu cotidiano. Além disso muitas mulheres afirmam que a partir da prisão do companheiro sentiram a necessidade de arcar com as despesas

da casa e não tiveram outra alternativa a não ser entrar para o tráfico de drogas (FRANÇA, 2014, p.223).

3.2 O DIREITO À VISITA E A PROTEÇÃO INTEGRAL

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, tratado aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, e ratificado em 1990 pelo Brasil, procurando observar a proteção integral de crianças e adolescentes, em seu artigo 9º trata da separação entre pais e filhos:

1. Os Estados Partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando, sujeita à revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse maior da criança. Tal determinação pode ser necessária em casos específicos, por exemplo, nos casos em que a criança sofre maus tratos ou descuido por parte de seus pais ou quando estes vivem separados e uma decisão deve ser tomada a respeito do local da residência da criança.
2. Caso seja adotado qualquer procedimento em conformidade com o estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, todas as partes interessadas terão a oportunidade de participar e de manifestar suas opiniões.
3. Os Estados Partes respeitarão o direito da criança que esteja separada de um ou de ambos os pais de manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, a menos que isso seja contrário ao interesse maior da criança.
4. Quando essa separação ocorrer em virtude de uma medida adotada por um Estado Parte, tal como detenção, prisão, exílio, deportação ou morte (inclusive falecimento decorrente de qualquer causa enquanto a pessoa estiver sob a custódia do Estado) de um dos pais da criança, ou de ambos, ou da própria criança, o Estado Parte, quando solicitado, proporcionará aos pais, à criança ou, se for o caso, a outro familiar, informações básicas a respeito do paradeiro do familiar ou familiares ausentes, a não ser que tal procedimento seja prejudicial ao bem-estar da criança. Os Estados Partes se certificarão, além disso, de que a apresentação de tal petição não acarrete, por si só, consequências adversas para a pessoa ou pessoas interessadas.

Percebe-se que existe grande preocupação em proteger a criança que por alguma circunstância deve ser separada de seus genitores, demonstra-se que o contato entre pais e filhos deve ser sempre respeitado levando-se em consideração o interesse maior da criança.

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984) em seu artigo 41 traz a questão da visitação às pessoas privadas de liberdade quando diz que “Constituem direitos do preso: ... X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados” (BRASIL, 1984), além da LEP a Resolução nº 14 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) em seu artigo 33 afirma que “O preso estará autorizado a comunicar-se periodicamente, sob vigilância, com sua família, parentes, amigos ou instituições idôneas, por correspondência ou por meio de visitas”.

O art. 19, do ECA, assegura a toda criança e adolescente o direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária, zelando por um ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Além disso, para os genitores privados de liberdade é assegurado o vínculo com filhos crianças e adolescentes através de visitas periódicas, promovidas através dos responsáveis ou da entidade de acolhimento, nos casos de acolhimento institucional, independentemente de autorização judicial (BRASIL, 1990). O artigo 23 do ECA menciona que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, e ainda que a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, excetuando-se situações nas quais ocorre a condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

Segundo a Instrução Normativa do Departamento de Administração Prisional e Socioeducativa de Santa Catarina, o preso poderá receber visita do cônjuge, companheiro, dos ascendentes, dos descendentes e irmãos, pelo período de duas horas em dias e horários previamente agendados pela unidade prisional. Na hipótese em que o preso não receber visitas das pessoas elencadas no artigo anterior, será permitida a visitação de um amigo, devendo ser realizada em parlatório. Para a realização das visitas antecipadamente deverá ser realizada a emissão da carteira de visitante, que será, obrigatoriamente, emitida através do Sistema de Informações Penitenciárias - i-PEN. A entrada de criança ou adolescente somente será permitida quando acompanhado de um dos pais ou responsável legal. O responsável legal é aquele que detém a guarda da criança e do adolescente, ainda que provisoriamente, comprovado por documento subscrito pelo juiz competente. A visita íntima dos

maiores de 14 (quatorze) e menores de 18 (dezoito) anos somente será permitida com autorização judicial. (DEAP, 2019).

Sabe-se que o sistema carcerário brasileiro ainda não se ajustou à programação visada pela LEP, ou seja, a maior parte das unidades prisionais do país não estão adequadas as determinações da lei. Em face da carência nos mais diversos setores nos presídios e penitenciárias, os apenados estão sempre reivindicando melhores condições nas acomodações, e oportunidades voltadas a readaptação à vida social. O retorno à sociedade de apenado que volta a delinquir demonstra que seu encarceramento não foi eficaz, que não houve sua reintegração social (MARCÃO, 2007, p. 94).

Uma pesquisa desenvolvida em uma Penitenciária no interior do estado de São Paulo buscou compreender a relação entre pais presidiários e seus filhos, no ambiente prisional. A pesquisa foi e teve a participação de 7 presidiários, escolhidos aleatoriamente, levando em conta apenas sua condição de pai. O estudo apontou que o período encarcerado do pai preso perpassa por uma série de dificuldades e rupturas que por um lado surgem pelas necessidades e exigências da instituição prisional, por outro, pelas exigências do sistema social. A privação da liberdade acompanha diversas perdas como o vínculo afetivo com os filhos e a supressão parcial ou total de benefícios sociais, que além de afetar a família do pai presidiário, contribui para fragilizar as relações afetivas e os vínculos. Além disso, grande parte dessas famílias se encontram na situação financeira desfavorável, o que ocasiona um distanciamento do familiar com o apenado (SILVA; GUZZO, 2007, p. 57).

Com base nos resultados obtidos na entrevista com os funcionários e nas observações, podemos fazer a seguinte síntese: · O funcionário percebe a importância do vínculo pai-filho mesmo não concordando que o ambiente seja propício para o desenvolvimento da criança e assume uma posição de neutralidade, pois não cabe a ele julgar ou analisar. · O funcionário mostra-se limitado no auxílio ao preso e sua família, assumindo uma postura distante pela própria condição da realidade prisional. · O dia de visita se configura como uma ameaça à segurança do funcionário, diante da possibilidade de rebelião, como ultimamente ocorreu. · O vínculo do funcionário com o preso é dificultado pela própria dinâmica institucional. · Apresentam uma visão estereotipada em relação ao preso e seus familiares, o relacionamento limita-se apenas ao cumprimento das regras e normas institucionais nos dias de visitas (SILVA; GUZZO, 2007, p.57).

Em relação à média de visitas recebidas por pessoa privada de liberdade no primeiro semestre de 2017 no Brasil, ficou demonstrado que em estabelecimentos masculinos a média é de 4,55 visitas e em estabelecimentos femininos é de 4,45

visitas. Em Santa Catarina em unidades masculinas a média é de 4,21 visitas por preso ao passo que em unidades femininas a média é de 3,97 visitas por custodiada.

Quando é feito o julgamento das mulheres presas baseados em princípios morais, considerando falha de caráter, deixa-se de lado um contexto muito mais amplo de que todos pertencemos à mesma cultura. Enquanto a sociedade não olhar para além do estigma que acompanha a pessoa presa é que se percebe o quão esta sociedade ainda é desigual, recusando a enxergá-las em outros contextos. Muitas destas mulheres fazem parte de uma sociedade construída a partir de relações de gêneros bem específicas. É difícil prever os impactos da prisão em suas vidas, uma vez que a violência e a exclusão em que vivem já direcionam negativamente sua reintegração social (FRANÇA, 2014, p.224).

A maternidade torna a reintegração social ainda mais desafiadora, a ausência de programas relacionados à visitação dos filhos às genitoras, a impossibilidade de contato telefônico, e esporádicas correspondências através de cartas, fatos que demonstram uma falta de atenção às mulheres encarceradas, e a falta de políticas públicas voltadas para a reintegração social destas mulheres (FRANÇA, 2014, p.225).

Não é novidade que a incompetência do estado brasileiro vai além da execução penal feminina da pena privativa de liberdade, a prioridade constitucional revela-se omitida frente às especificidades de suas vítimas, “porque crianças não falam, não votam, não questionam, mas choram e sofrem” (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.77).

3.2.1 Perfil dos visitantes do sistema prisional catarinense

As visitas que ocorrem nas unidades prisionais problematizam a limitação espacial, questão das fronteiras sociais e corporais existentes na prisão. Para que ocorram as visitas alteram-se os procedimentos na prisão, exigindo-se métodos de segurança diários para impedir que materiais proibidos adentrem ao estabelecimento (LERMEN; BATISTA, 2020, p.83).

Para entrar nas unidades prisionais de Santa Catarina deve-se seguir todos os procedimentos operacionais contidos na Instrução Normativa n. 001 de 12 de dezembro de 2019. No dia da visita a pessoa presa poderá receber até 3 visitantes, incluídos crianças e adolescentes. Para entrada anteriormente aqueles que desejam

visitar deverão confeccionar sua carteira de visitante através de um cadastro no sistema I-pen. No dia específico de visita, que depende do local onde a pessoa presa está alocada, o visitante deverá estar com as vestimentas indicadas na instrução normativa e deverão ser submetidos à revista pessoal. A revista vexatória, aquela realizada com o desnudamento do visitante, não é mais realizada no Estado de Santa Catarina, as unidades prisionais do Estado possuem outros meios para identificação da possível entrada de materiais proibidos, como portal detector de metal, scanner corporal, raquete detectora de metal, banco detector de metal, entre outros instrumentos e procedimentos utilizados, sempre observado a integridade física, psíquica e psicológica do visitante.

Em relação às crianças e adolescente visitantes é importante destacar:

Art. 141 [...] § 3º As crianças de colo deverão passar pelo portal junto com seu responsável e submetido apenas ao uso de detector de metal tipo raquetes. § 4º A revista nos menores de 12 (doze) anos ocorrerá na presença de seu responsável legal, independente do sexo deste. § 5º A revista nos menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 12 (doze) anos ocorrerá na presença de seu responsável legal, de acordo com o sexo deste. § 6º A revista, obrigatoriamente, será realizada por um funcionário do mesmo sexo do menor [...]

Art. 143. A entrada de menores nas unidades prisionais só será permitida aos filhos, netos e irmãos do preso, acompanhados pelo responsável legal ou pessoa autorizada por ele. Parágrafo único. Será permitida a entrada do enteado do preso desde que, acompanhado pelo responsável legal. Art. 144. Os menores de idade, emancipados ou não, deverão ser acompanhados pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal, independente do gênero. Parágrafo único. Nas unidades que as visitas social e íntima são realizadas no mesmo momento, o menor de 18 (dezoito) anos, emancipado ou não, para realizar a visita, deverá obter autorização judicial (DEAP, 2019).

De acordo com os dados fornecidos pelo Sistema de Informações Penitenciárias do Departamento de Administração Prisional e Socioeducativa de Santa Catarina, atualmente estão cadastradas para realização de visitas 69.078 pessoas, dentre estas 10.222 tem menos de 12 anos. Na tabela abaixo é possível visualizar a quantidade de visitantes homens e mulheres e o grau de parentesco com o apenado:

Tabela 1 – Visitantes atuais¹² do sistema prisional de Santa Catarina divididos por sexo e parentesco com o apenado

PARENTESCO	HOMENS	MULHERES
------------	--------	----------

¹² Dados informados pelo Departamento de Administração Penitenciária de Santa Catarina em 24 de jul. de 2020.

Amigo(a)	333	554
Avô(ó)	117	412
Cunhado(a)	240	214
Enteado(a)	324	348
Esposo(a) ou companheiro(a)	238	8847
Ex esposo(a) ou companheiro(a)	91	4191
Filho(a)	6387	6301
Genro	28	6
Irmão(a)	8656	12358
Madrasta	7	101
Mãe	202	11371
Neto(a)	124	89
Nora	3	25
Padrasto	204	6
Pai	4769	167
Primo(a)	177	209
Sobrinho(a)	493	473
Sogro(a)	32	174
Tio(a)	234	573
Total	22.659	46.419

Fonte: Informações Penitenciárias (Ipen) do DEAP

É importante destacar a diferença no número de visitantes homens e mulheres, o que demonstra uma diferença grande no comportamento masculino e feminino em relação aos seus familiares aprisionados.

Um recorte de experiência de estágio em psicologia realizado em um presídio do interior de Goiás revelou que naquele espaço a maioria dos visitantes era do sexo feminino, sendo as mães ou esposas aproximadamente 76% das visitas. Além disso, os homens foram visitados com mais frequência, e em alguns casos algumas

mulheres não receberam visitas por todo o mês em que foi realizada a pesquisa (SILVA; SOUZA, p.2).

Uma pesquisa intitulada “Corpos em revista: etnografia com visitantes em prisões femininas” realizada por Helena Salgueiro Lermen e Martinho Braga Batista e Silva em duas unidades prisionais da região Sul do Brasil constatou que existem algumas diferenças nas revistas entre visitantes homens e visitantes mulheres, observou-se a resistência das instituições de confinamento em abolir totalmente a prática degradante da inspeção íntima dos corpos femininos, mesmo com toda a tecnologia disponível. Percebeu-se que alguns copos são mais suspeitos e investigados que outros, o modo de revista depende do sexo do visitante, além disso a forma de revista também está condicionada ao sexo da pessoa privada de liberdade que irá ser visitada. No Estado onde o estudo foi realizado, não havia scanners corporais em prisões femininas, eles foram comprados e instalados apenas nas unidades prisionais masculinas, que recebem um número muito maior de visitantes em relação à unidade feminina. pode-se refletir também que esta seria uma questão de gênero, já que o crime e a prisão são espaços masculinizados, e das mulheres espera-se que sejam aquelas que perpetuam o vínculo entre os familiares. Não existe expectativa que as mulheres sejam presas e tampouco visitadas, além disso a inspeção realizadas nos visitantes das unidades femininas é mais severa “Nesse sentido, trata-se da produção de novos desviantes em salas de revista de prisões de mulheres” (LERMEN; BATISTA, 2020,p.86).

3.2.1.1 Crianças e adolescentes visitantes

É importante analisar que nos dias de hoje cada vez mais cresce o número de crianças que entram em contato direto com o sistema prisional, isso devido ao grande número de homens e mulheres encarcerados, inclusive gestantes, além disso é necessário analisar que muitas prisões acontecem envolvendo mais de um membro daquele núcleo familiar causando grande ruptura (VIEIRA. VERONESE, 2016, p. 76).

Em Santa Catarina há um total de 10.222 crianças atualmente cadastradas como visitantes do sistema prisional, segue abaixo tabela com a separação por sexo:

Tabela 2 - Crianças visitantes do sistema prisional de Santa Catarina divididos por sexo

MENINOS	MENINAS
5.129	5.093

Fonte: Informações Penitenciárias (Ipen) do DEAP

É interessante destacar que ao contrário do que se observou em relação aos adultos, onde a grande maioria dos visitantes são do sexo feminino, entre as crianças não se observa esta disparidade, a diferença entre meninos e meninas é muito pequena. É possível que não exista diferença tão significativa entre a quantidade de meninos e meninas visitantes pelo fato das genitoras e avós serem em sua maioria as responsáveis por levar crianças para a visita, mas para compreender esta situação é necessário que existam mais pesquisas relacionadas às visitas e voltadas à compreensão deste paralelo homem/mulher visitante.

A nota técnica n.1 de 2014 da Comissão Permanente da Infância e Juventude do Grupo Nacional dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça versa sobre a entrada e permanência de crianças e adolescentes em presídios, cadeias públicas, ou unidades de internação em razão de visitas. Nela, diante das situações precárias dos estabelecimentos prisionais brasileiros, e embora o custodiado tenha direito à visita e manutenção do seu vínculo familiar, é necessário que seja feita a ponderação de outros direitos fundamentais, como os da criança e adolescente visitante, para que a visita ocorra sempre observando o princípio da proteção integral (BRASIL, 2014).

Para que a visita aconteça respeitando o desenvolvimento físico, psíquico e moral das crianças e adolescentes visitantes são feitos alguns apontamentos tais como: qualificação dos profissionais que atuam na recepção das unidades prisionais, espaço próprio e adequado para a visita (que não sejam em pátios e celas); máximo de 4 horas de visita para respeitar horário de sono e alimentação de crianças; a visita deve preferencialmente ser precedida de avaliação técnica interdisciplinar para analisar se a criança está preparada para realizar a visita, ou ainda se possui vínculos afetivos com o custodiado; avaliação da estrutura dos estabelecimentos para a recepção de visitantes; entre outros apontamentos (BRASIL, 2014).

A submissão dos pais ao Estado, quando cumpre sua função de jurisdicional de execução da pena, não exclui da criança ou adolescente seu direito ao desenvolvimento pleno e proteção integral, esta que deverá ser garantida pelo Estado, sociedade e pais ainda que encarcerados, quando as têm sob seu poder familiar (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.154).

O direito à convivência familiar e comunitária mostra-se como garantia da criança e do adolescente concebida que tem por base outros direitos já conquistados como o princípio da dignidade humana, da prioridade absoluta e da proteção integral. Neste sentido, a convivência familiar e comunitária é identificar a criança e do adolescente como sujeitos de direitos, e assim perceber que seus vínculos afetivos e familiares são fundamentais para seu desenvolvimento como ser humano (LIMA; SOUZA; LINO, 2018, p. 28).

Quando adentram e permanecem nas unidade prisionais, crianças e adolescentes têm seus direitos colocados à prova, não tem como questionar a execução da pena de seus genitores, porém de acordo com o direito brasileiro e a proteção Integral devem ter seus direitos fundamentais efetivados, pois têm prioridade absoluta (VIEIRA, VERONESE, 2016, p.156).

3.3 O LOCAL DE VISITAÇÃO

Segundo as Diretrizes básicas para a arquitetura prisional do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, os locais destinados para visita dos familiares e visita íntima deverão constituir módulo próprio e separado dos demais, com acesso que impeça aos visitantes contato com a população prisional em geral (BRASIL, 2011, p. 47).

Além disso, deverá existir um módulo de recepção e revista de visitantes destinado a controlar a entrada e saída de pessoas, veículos, pertences e materiais, que deve ser localizada na entrada da unidade prisional. Este espaço deverá contar com sala de espera externa à portaria coberta e com bancos¹³, sala de administração

¹³ Antes da existência da sala de espera os visitantes aguardavam fora dos portões dos estabelecimentos e estavam sujeitos às intempéries do tempo.

e controle, setor de revista, sanitários masculino e feminino, além de outros espaços (BRASIL, 2011, p. 52).

De acordo com os dados do Infopen, nem todos os estabelecimentos prisionais possuem local destinado para os visitantes, como salas específicas para visitas, e por isso muitas visitas acontecem dentro do estabelecimento nas mesmas estruturas utilizadas pelos detentos em seu dia a dia. Alguns estados como Sergipe, Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Goiás possuem local apropriado em 100% dos estabelecimentos, em contrapartida Estados como Tocantins, Roraima, Rio Grande do Norte, Bahia, Amapá, Acre, Alagoas e Distrito Federal não possuem local adequado em nenhuma de suas unidades prisionais. No Estado de Santa Catarina existem 50% das instituições prisionais com estruturas específicas para a recepção dos visitantes dos encarcerados (BRASIL, 2017).

Análise dos estabelecimentos prisionais femininos e mistos no Brasil demonstram que a maior parte destes não possuem local destinado exclusivamente para a visita social, o que indica que muitas visitas ocorrem em pátios e celas dos presídios e penitenciárias.

Conforme citado anteriormente, Santa Catarina possui atualmente 51 estabelecimentos prisionais, dentre estes cinco são destinados exclusivamente para mulheres. Cada unidade prisional tem uma arquitetura específica tanto para abrigar os custodiados como para receber as visitas. Foram selecionadas três fotografias dos espaços destinados às visitas em unidades prisionais distintas, 2 masculinas e 1 feminina, assim é possível perceber que ainda que no mesmo Estado federativo há grande disparidade entre as instituições de privação de liberdade.

Foto 1 - Espaço onde ocorre a visita no Centro de Triagem da Trindade - Penitenciária de Florianópolis (Masculino)



Fonte: <<http://sites.unisul.br/nesc/wp-content/uploads/2017/12/PROJETO-DE-RELAT%C3%93RIO-CTT-visita-Agosto-VISITA-TRABALHO-RELIGI%C3%83O-E-ENSINO.pdf>>

Foto 2 - Espaço para visitação da Ala Interna da Penitenciária de Florianópolis (Masculino)



Fonte: <<http://sites.unisul.br/nesc/wp-content/uploads/2017/12/PROJETO-DE-RELAT%C3%93RIO-PENITENCI%C3%81RIA-visita-Agosto-visita-trabalho-religi%C3%A3o-e-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>

Foto 3 - Sala de visitas no Presídio Feminino de Florianópolis



Fonte: <<http://sites.unisul.br/nesc/wp-content/uploads/2017/12/PROJETO-DE-RELAT%C3%93RIO-PRES%C3%8DDIO-FEMININO-agosto-visitas-ensino-trabalho-e-religi%C3%A3o.pdf>>

Os espaços de convívio entre pais encarcerados e filhos são normalmente improvisados dentro do espaço da unidade prisional, faltando um ambiente separado próprio para a visitação de crianças e adolescentes, um local que não remeta à prisão,

salubre. Ao realizar visitas nas instituições penais, crianças e adolescentes não podem ter seus direitos diminuídos em prol de uma segurança prisional, posto que sujeitos merecedores de respeito à sua dignidade humana (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.217).

4 O NASCIMENTO NA PRISÃO: ENTRE A CASA E OS MUROS

Desde a criação dos espaços voltados à prisão no Brasil nota-se que os espaços destinados à figura feminina e suas especificidades quase não são observados, ainda que exista legislação pertinente ao tema. Normalmente as prisões são locais que se destinam aos presos do sexo masculino com alas destinadas às mulheres, as unidades prisionais construídas exclusivamente para mulheres são poucas.

Ainda que na comparação ao número de homens presos o número de mulheres seja bem inferior, não se pode deixar que 37.828 (BRASIL, 2017) mulheres privadas de liberdade no Brasil sejam condenadas para além de sua sentença, ou seja, sejam condenadas ao descaso e ao esquecimento, por isso a importância de um olhar mais cuidado para este público torna-se essencial.

Mulheres gestantes encarceradas e as que têm seus filhos na prisão sofrem uma dupla punição, além da sanção penal elas se veem obrigadas a passar pelas particularidades da maternidade dentro da prisão. Sabe-se que as unidades prisionais não possuem adequação para o acolhimento dessas mulheres e seus filhos, portanto coloca-se em debate se o desenvolvimento destas crianças está em sintonia com a proteção integral.

Não importa o crime que tenha cometido, a mãe mesmo que presa terá sempre o direito de estar com seu filho, o filho, por sua vez, não pode em nenhum aspecto ser penalizado devido à prisão de sua mãe, e ambos têm o direito ao convívio familiar e ao mantimento desse laço afetivo (DOMINGUES; SILVA; MARIN, 2019, p.68).

Mesmo que a condenação penal não possa passar da pessoa do condenado, a família que acompanha o encarcerado pelo tempo em que permanece na prisão sofre de modo significativo os reflexos da sanção. O estigma, preconceito, dificuldades financeiras e desrespeito à dignidade humana são alguns dos percalços que acompanham o familiar do apenado, dentre eles não se deve olvidar que muitos são crianças e adolescentes com pais encarcerados.

Percebe-se que existe uma contradição acerca das políticas penitenciárias na medida de sua elaboração e como são postas em prática, pois ao mesmo tempo em que há uma perspectiva punitivista, o qual seria um populismo punitivista e o aprisionamento em massa, existe uma promessa civilizatória em relação à punição (JARDIM, 2010, p 24).

Políticas públicas voltadas para a figura feminina encarcerada, pautadas na defesa dos direitos e dignidade da pessoa humana, fazem parte das demandas necessárias a serem concretizadas, para isso o tema mulher-prisão-gestação-filhos deve sair da invisibilidade e tornar-se debate para converter-se em efetivo.

Tanto os aspectos biológicos como as dimensões psicossociais são importantes e devem ser observados para a promoção de um cuidado ampliado à gestante. À mulher grávida deve ser promovido bem estar físico, mental e social, o apoio dos familiares, da comunidade e dos profissionais são essenciais para uma gestação saudável (CARNEIRO, 2016, p. 41).

Veronese ensina que “A família se constitui em instituição primeira no cuidado, na administração de todos os componentes indispensáveis ao pleno desenvolvimento de sua prole”. A autora ainda afirma que a sociedade, a comunidade e a família devem assumir seu papel na proteção integral, e cabe ao Estado com políticas sociais, por meio de ações diretas a promoção de projetos ou programas para crianças e adolescentes usufruírem seus direitos (VERONESE, 2017, p.137).

4.1 REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENCARCERADAS: UM DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS

O processo de urbanização pelo qual passaram as grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo alteraram a estrutura patriarcal existente, onde o patriarca tinha amplos poderes em relação aos seus filhos, esposa, concubinas e empregados. Houve um crescimento no modelo burguês de família, com nova dinâmica em relação aos filhos e à mulher, aos poucos a família foi sendo remodelada (ANGOTTI, 2011, p. 92).

Nos espaços públicos ao mesmo tempo em que era cobrado da mulher um certo refinamento e cuidado estético consigo e seus filhos para se expor à sociedade, não se podia cometer excessos já que a futilidade feminina era algo combatida. Publicamente ao mesmo tempo que deveria ser bem cuidada a mulher poderia provocar a futilidade (ANGOTTI, 2011, p. 93).

Às Mulheres foram associados os adjetivos paciente, amável, carinhosa, doce, boa, entre outras características para fazer a descrição da mulher normal. Com isso era possível identificar as mulheres com condutas tidas como desviantes já que não

possuíam essas qualidades. Mulheres sem estas características eram estereotipadas e classificadas, ocupavam os chamados “não-lugares” as prostitutas, lésbicas e “biscates”, “a socialização dos papéis sexuais definidora dos espaços que cada sexo poderia e deveria ocupar” (ANGOTTI, 2011, p. 108).

O próprio Estado incentivava uma estrutura familiar com papéis bem definidos para o homem e para a mulher, assim criava-se uma expectativa e desse modo o controle da população. Os papéis sociais engessavam em locais sociais específicos, homens em mulheres possuíam condutas e deveres bem definidos (ANGOTTI, 2011, p. 97).

[...]no casamento produtivo, as diferenças harmonizavam-se porque homens e mulheres perseguiram um ideal superior, capaz de uni-los não obstante as divergências. Mais que isto, este ideal precisava justamente desta diversidade para ser levado a termo. A educação dos filhos começou, desta forma, a surgir como uma nova maneira de amar. O cuidado das crianças não era mais uma obrigação, mas um ato espontâneo de amor. Amor paterno e amor materno eram o denominador comum entre homens e mulheres. Só este modo de amar conciliava o inconciliável (COSTA, 1999, p. 238).

A maternidade era vista como divina e natural para as mulheres casadas, famílias deveriam reproduzir filhos “legítimos” e saudáveis. Ser mãe valorizava a mulher na sociedade, com a procriação a mulher alcançava seu objetivo, conquistava um espaço nobre. Através da maternidade se explicava os sentimentos de paciência e cuidado que deveriam existir na mulher (ANGOTTI, 2011, p. 106).

Através do controle médico do corpo da mulher via-se um meio para garantir a saúde da sua prole, o nascimento de filhos saudáveis. Regulamentando a sexualidade feminina garantia-se que doenças venéreas não estariam presentes, o que poderiam comprometer a saúde dos filhos (ANGOTTI, 2011, p. 107).

A visão da mulher como fêmea reprodutora influenciou diretamente o olhar da sociedade que passou a encarar o homem como o “plantador de sementes”, onde era o responsável por ir à guerra, pela vida pública, ciência e desenvolvimento. A mulher ficou responsável pela procriação, por cuidar da prole e do lar. “O estigma da mulher é tamanho que, antes de “ser-humano”, é ela esposa, filha, mãe: apêndice. Sendo múltipla, múltiplos também são os reflexos e as dores por ela sentidos quando encarcerada” (RAMPIN, 2011, p. 58).

Demandas inerentes ao universo masculino são priorizadas quando se trata de questões humanas, sempre com um disfarce, deixando de considerar parte das experiências e vivências das mulheres. Essa igualdade disfarçada acaba por aniquilar a diferença entre homens e mulheres e não altera a realidade. Quando se evidencia as diferenças pode-se notar as particularidades de cada um, e por isso se torna importante uma política penal que se diga igualitária onde inclui os direitos das mulheres no rol dos direitos humanos, onde por muito tempo foi considerado apenas os direitos masculinos (FRANÇA, p. 216). Ressalta-se assim a importância de “(...) incorporar a la teoria de los derechos humanos las experiencias y necesidades de los dos géneros.” (FRANÇA *apud* FERNANDÉZ, 1995, p. 345).

Leis impregnadas de valores machistas representam segregação e preconceito e demonstram o oposto do objetivo dos direitos humanos, que tentam incluir todas as pessoas. Para conquista dos direitos humanos houve muita luta social, a dignidade se traduz na essência da condição humana. Porém, existe uma ameaça de mecanismos formais e informais de exclusão, dominação e opressão. É importante reconhecer que o sistema penal trata a mulher de modo preconceituoso, e sob esta perspectiva nota-se que o campo penal soluciona as questões essenciais, porém em algumas circunstâncias reforça velhas discriminações (SILVA, 2011, p. 14).

Para ressaltar a constatação de que o sistema penal reforça preconceitos e desigualdades, alguns conceitos jurídicos comprovam a ótica patriarcal. Um exemplo disso está no delito de atentado violento ao pudor, no qual a vítima poderia ser apenas a mulher honesta. Demonstra-se aí um modelo patriarcal de submissão, onde a mulher é inferiorizada (SILVA, 2011, p.22).

Um paradigma masculino para a elaboração de políticas públicas carcerárias viola a cidadania das mulheres encarceradas e acaba por colaborar com o processo de invisibilidade dessas mulheres, ao ponto de serem negada a sua dignidade. A forma pelo qual o sistema prisional é organizado contribui para essa violação, e institucionaliza essa violência em seu funcionamento (RAMPIN, 2011, p. 30).

Sabe-se que há diferenças entre homens e mulheres, porém têm-se direitos iguais, que devem ser observados. Os responsáveis pelo sistema prisional não podem mais ignorar as demandas femininas ou tratá-las como “questões de homens”. Os mesmos princípios jurídicos que condenam os homens são os usados na condenação das mulheres, porém o tratamento no aprisionamento deve diferir, pela própria diferença de gênero (FRANÇA, 2014, p. 221).

Na execução penal até o ano de 2011 havia poucas referências explícitas sobre as mulheres, o feminino se via sob uma perspectiva androcêntrica, onde o homem era o parâmetro para humanidade e modelo de encarceramento. As legislações sobre o tema caso fossem neutras, de fato trariam violações de direitos das mulheres com uma interpretação ambivalente e com a ausência de marcações de gênero (JARDIM, 2010, p.17).

O aprisionamento feminino no Brasil causa a essas mulheres sofrimento mental que satisfazem plenamente o discurso punitivo do Estado, além dos sentimentos, valores, e conflitos da sociedade, pouco importando as consequências desse sistema. Desta forma percebe-se que a prisão atua com sucesso em seu discurso punitivista e no sentimento de expiação social (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 73).

É, pois, no contexto prisional que a exclusão social manifesta-se e mais do que isto, onde a permuta do papel do Estado de garantidor para violador evidencia-se com absoluta transparência. A pessoa condenada à pena privativa de liberdade é afetada, diuturnamente, em sua dignidade. Se ao Estado foi permitido privar-lhe a liberdade, ao Estado também incumbe resguardar-lhe os direitos que são inerentes à sua dignidade como pessoa (MODESTI, 2011, p.164).

A prisão para a mulher torna-se opressiva e discriminadora, é um local onde o tratamento entre homens e mulheres é abertamente desigual, somado à isso tem-se as consequências da prisão para sua família, o tratamento da justiça frente ao crime cometido, o julgamento social, além do significado da prisão para ela própria. O controle social tanto formal quanto informal fazem do cárcere feminino ter um estigma maior em relação à prisão masculina (ANTONY, 2003, p.12).

A identificação da seletividade penal, uma das bases da criminologia crítica, destaca que em relação à criminalização das mulheres não é só pela condição de ser mulher que ocorre o processo de criminalização, mas existe uma intersecção com a sua classe social, sua etnia, sua sexualidade, entre outros. “A categoria gênero está conectada com intersecções identitárias produzidas na materialidade da vida social”. Historicamente vulneráveis, as mulheres dentro do sistema penal fazem parte dos processos precários da economia vigente (JARDIM, 2010, p. 20).

Percebe-se um quadro comum a todos os presídios brasileiros, sejam femininos ou masculinos, são estabelecimentos superlotados, insalubres, e a mercê de um chefe de facção criminosa líder daquele espaço, o qual exige favores dentro e fora dos muros da prisão (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.70).

França (2014, p. 217) mostrou que em 1989 Rachel Sohiet fez um estudo sobre a mulher e sua relação com violência, crime e poder punitivo, onde apresentou concepções históricas a respeito da natureza da mulher. A autora se utilizou de teorias de Lombroso e Ferrero, grandes influenciadores do meio jurídico e policial do século XIX, os quais se empenharam em provar a inferioridade feminina, para eles a mulher era biológica e intelectualmente inferior ao homem. Existiam as mulheres consideradas normais e a partir das suas características se analisava as consideradas desviantes como prostitutas e criminosas:

[...] separadas em três modalidades: as criminosas natas, que constituíam um tipo mais perverso, em razão da grande quantidade de caracteres degenerativos (evoluíram menos do que os homens). Apesar dos “defeitos genéticos” era a que mais se aproximava das características masculinas, isto é, demonstravam um comportamento mais violento do que muitos homens; as criminosas por ocasião, portadoras de características femininas, porém, de forma dissimulada, demonstrava tendência delituosa em graus variados; e por fim, as criminosas por paixão que agem conforme a intensidade de suas paixões (FRANÇA, 2014, p. 217).

Para ser mulher ideal era exigido uma mistura de características: a mãe piedosa da Igreja, a mãe educadora do Estado positivista e a esposa companheira do aparato médico-higienista, sendo que a união destas três imagens da mulher formavam a imagem da pureza sexual, da castidade. Para ser honesta deveria se casar, e para casar deveria ser virgem (FONSECA, 1997, p. 528).

Uma perspectiva patriarcal associa a mulher a papéis de mãe, esposa e dona de casa, e a partir desta ótica as mulheres que se afastam dessas características tidas como ideais são classificadas segundo preceitos morais da sociedade. São retirados destas mulheres a condição de “legítima mulher” ou “mulher de respeito”, por não estarem de acordo com o que majoritariamente é aceito moralmente (JARDIM, 2010, p. 18).

Sendo as mulheres pequena parte da população prisional, em comparação ao número de homens segregados, acabam ter tratamento indiferente, já que se percebe que o tratamento não é equitativo entre homens e mulheres dentro do sistema. Se para os presos masculinos o tratamento é precário, o cárcere para as mulheres e a reintegração social parece ter maior complexidade (FRANÇA, 2014, p. 219).

Um exemplo de tratamento diferenciado entre homens e mulheres é a visita íntima¹⁴ que até 1999 era permitida apenas aos presos homens. A Resolução nº 01 de 30 de março de 1999 do CNPCP traz: “Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais” (BRASIL, 1999).

A partir disso, unidades prisionais se organizaram administrativamente para garantir a visita íntima também para as mulheres, no entanto nem todos os estabelecimentos proporcionam esta visita, alegando que não possuem estrutura adequada ou segurança suficiente (FRANÇA, 2014, p. 221).

[...] ainda mais importante do que isso é o fim do protecionismo discriminatório direcionado às mulheres presas e a aplicação efetiva, ainda que tardia, do princípio constitucional da igualdade entre os sexos, no que se refere ao exercício do direito à visita íntima, facilitada aos homens encarcerados, mas extremamente dificultado às mulheres, pelo legislador brasileiro e pelas administrações penitenciárias (COLOMBAROLI, 2011).

É necessário que ocorra uma análise das leis penais para compreender sua alta carga moralizante. Não basta apenas um conhecimento das leis, mas uma leitura reflexiva voltada ao entendimento dos valores transmitidos pelas normas (SILVA, 2009, p. 13).

A questão do gênero já define especificidades quando se tem mulheres aprisionadas, isso porque tem-se a presença de crianças filhos das mães aprisionadas, as questões de saúde da mulher, as demandas familiares que o universo feminino traz consigo e que se rompem com o aprisionamento. Quando a figura feminina é presa abre-se uma lacuna na família, onde a mulher tenta preencher mesmo que de dentro da prisão. Diferente do homem que muitas vezes tem o auxílio da companheira ou mãe, a mulher presa tem poucos recursos para continuar a manutenção familiar (WOLF, 2009, p. 10).

As “Regras Mínimas para o Tratamento de Presos” adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955, passaram por uma revisão em 2015 onde as Nações Unidas incorporaram novas doutrinas de direitos humanos para

¹⁴ Segundo a resolução 1/1000 CNPCP “a visita íntima é entendida como a recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas”.

servirem de base ao atual modelo de sistema penal e para uma nova percepção do sistema pela sociedade. Deste modo editou-se as “Regras de Mandela”, que considerou instrumentos internacionais como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo (CNJ, 2016).

Observou-se também a necessidade de maior atenção a crianças, adolescentes e mulheres, especialmente quando encontram-se em situação de privação de liberdade, através das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, e as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para as Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok) (BRASIL, 2016).

Em relação específica das mulheres, nas “Regras de Mandela” ressalta-se que nas unidades prisionais que forem permitidas as visitas conjugais, tal direito deve ser garantido para homens e mulheres sem qualquer discriminação (BRASIL, 2016).

Além disso, mulheres em trabalho de parto, durante e imediatamente após o parto os instrumentos de restrição, como algemas ou marca-passos, não devem ser utilizados (BRASIL, 2016). Unidades prisionais destinadas às mulheres devem dispor de material obstétrico para atendimento das gestantes, parturientes e convalescentes, que não estiverem em condições de serem transferidas para atendimento em unidade hospitalar (BRASIL, 2011).

A portaria interministerial nº 210 de 16.01.2014 instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE). Suas ações orientam para qualificar a assistência às mulheres encarceradas e egressas, além de promover as políticas penitenciárias às especificidades destas pessoas. Os governos estaduais são orientados a promover ações voltadas à atenção à gestação e à maternidade na prisão; assistência material; acesso à saúde, à educação e ao trabalho; assistência jurídica; atendimento psicológico; e capacitação permanente de profissionais do sistema prisional feminino. Através da PNAMPE, o Departamento Nacional de Políticas Penitenciárias confeccionou as Diretrizes para Convivência Mãe-Filho/a no Sistema Prisional, o qual

orienta a permanência de crianças abrigadas com suas mães nas unidades prisionais (BRASIL, 2020).

Em 2011 o DEPEN no âmbito da Diretoria de Políticas Penitenciárias (DIRPP), criou o “Projeto: Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal”, com o objetivo de criar políticas públicas para a população feminina encarcerada, considerando as especificidades do gênero, e assim buscar a igualdade de gênero e trabalhar para combater a invisibilidade das mulheres dentro do sistema prisional. A Comissão Especial do Projeto Mulheres, buscando tornar efetivos os direitos das mulheres, formulou novos indicadores o que resultou na criação do InfoPen Mulheres à elaboração de mecanismos para efetivação dos direitos das mulheres no sistema prisional. A partir daí a referida comissão começou a trabalhar na formulação de novos indicadores, tendo resultado na criação do InfoPen Mulheres. O projeto valorizava o conhecimento e a pesquisa sobre a mulher dentro do sistema prisional; a adequação dos estabelecimentos penais femininos ou mistos às alterações legislativas para promoção da saúde e educação; fortalecer e ampliar as políticas de acesso aos direitos das mulheres; e estruturação de uma rede social com participação de redes governamentais e não governamentais (BRASIL, 2020).

4.2 GESTAÇÃO, NASCIMENTO, PARTO E PÓS-PARTO NA PRISÃO

Uma gestação saudável deve contar com a realização de uma série de acompanhamentos da gestante, sendo imprescindível a realização do pré-natal por profissionais de saúde e cuidados com alimentação, descanso e saúde emocional da mulher grávida. Para um bom desenvolvimento do bebê é necessária uma nutrição adequada baseada em uma alimentação saudável, estimulações conforme a idade, e vacinação atualizada. A prisão não foi estruturada de modo a recepcionar a mulher grávida e tampouco seus filhos, somado a isso tem-se o ambiente hostil e violento que acompanha os espaços prisionais, o que compromete o bom desenvolvimento da gestação e do desenvolvimento infantil. Além disso, sabe-se que as estruturas prisionais no Brasil não tem espaço físico adequado, mobiliária e profissionais especializados (CARNEIRO, 2016, p.2).

A normativa 001 de 2019 do Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina - DEAP, busca regulamentar as questões da mulher gestante aprisionada. Este documento garante que a gestante e lactante deve ser recolhida em local de acordo com sua condição, e deve ser assegurado seu acesso à consulta de pré-natal assim que se tome conhecimento da gravidez. Quando a mulher ingressar na unidade prisional grávida ou lactante os setores da saúde e assistência social devem ser imediatamente informados, no caso de presa estrangeira o consulado deverá ser imediatamente comunicado da prisão, da existência de filhos e a situação da guarda. Quando for necessária a condução de gestantes ou parturientes à unidade hospitalar, o deslocamento deve ocorrer em veículo apropriado, sendo vedado o uso de cofre na parte traseira. Sendo a condução realizada pela unidade prisional, uma agente penitenciária do sexo feminino deverá acompanhar. Durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto deverá ser autorizado um acompanhante da mulher presa, que deverá ser informado do encaminhamento da gestante ao hospital, e que deverá ser indicado anteriormente e estar cadastrado no rol de visitantes do sistema i-PEN. O uso de algemas durante o trajeto até o hospital, ou antes, durante e após o parto durante o período em que encontrar hospitalizada. A criança quando se deslocar da unidade prisional a mãe deve sempre acompanhar, e quando for necessário o deslocamento da mãe da unidade prisional o filho deverá acompanhar. Além de tudo isso, à mulher presa deverá ser garantido o acesso à medicamentos e métodos contraceptivos (DEAP, 2019, p. 60-61).

A infraestrutura prisional para abrigar gestantes e mulheres com seus filhos colabora com a análise de verificação do pleno exercício do direito à maternidade, e dos direitos básicos que devem ser direcionados a esse público. No Brasil cerca de 14,2% das unidades prisionais que recepcionam mulheres têm espaço destinado a gestantes e lactantes, como celas adequadas, berçário e creche (BRASIL, 2017).

Ainda de acordo com o Infopen Mulheres (2017) existiam 705 crianças nos estabelecimentos prisionais do Brasil juntos com suas mães. Destes, 195 possuíam de 0 à 6 meses, 48 de 6 meses à 1 ano, 25 acima de 1 ano até 2 anos, 36 mais de 2 anos até 3 anos e 401 tinham mais de 3 anos. Em Santa Catarina são 11 crianças de 0 à 6 meses, 7 de 6 meses até 1 ano, 5 na faixa acima de 1 ano até 2 anos, 7 na faixa acima de 2 anos até 3 anos, e 39 crianças acima de 3 anos em unidades prisionais (BRASIL, 2020, p. 45).

No contexto prisional brasileiro, de modo geral, as gestantes privadas de liberdade são transferidas, por volta dos oito meses de gestação, para unidade prisional localizada na capital do estado onde, após o parto em hospital público, vão permanecer com seus filhos. Os espaços destinados à convivência mãe-filho diferem bastante entre os estados da federação, encontrando-se tanto unidades prisionais exclusivamente destinadas a este fim quanto alas, galerias ou prédios separados em penitenciárias femininas. O tempo de permanência da criança junto à mãe também difere. Há estados onde as crianças podem permanecer com suas mães depois de um ano de idade e outros em que o tempo permitido varia desde seis meses até um ano. Passada essa faixa etária, caso a mãe não obtenha a liberdade, seus filhos devem ser encaminhados à família, que ficará responsável pela guarda provisória da criança ou, ainda, nos casos em que isso não é possível, à instituição de abrigo (DIUANA; CORREA; VENTURA, 2017, p.728-729).

A maternidade para as mulheres encarceradas, seja com filhos dentro ou fora da prisão, é um momento doloroso. Qualquer conversa que se tenha com essas mulheres demonstra-se um desconsolo pela falta de proteção que são vítimas seus filhos. É importante ver que existem diferentes perspectivas em relação a manutenção do filho junto com sua mãe encarcerada até certa idade, por um lado as mães não têm a angústia de não saber como seus filhos estão sendo cuidados, de outro há um efeito negativo nessa dinâmica da criança/mãe/prisão. Quando a criança permanece na prisão ela socializa no ambiente prisional que possui características violentas e opressoras. Por outro lado, a mãe que permanece com o filho não pode exercer seus direitos de estudo, trabalho e atividades recreacionais já que possui o dever exclusivo do cuidado com o filho, o que pode contribuir para uma dinâmica social contra essas mães (ANTONY, 2003, p. 6).

A resolução n. 252 do CNJ estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade, alguns artigos buscam priorizar os direitos englobados como a efetivação dos direitos fundamentais constitucionais nos estabelecimentos prisionais, respeitadas as especificidades de gênero, cor ou etnia, orientação sexual, idade, maternidade, nacionalidade, religiosidade e deficiências física e mental.

De acordo com esta resolução, a convivência entre mães e filhos em unidades prisionais deve ser garantida, sempre buscando proporcionar o desenvolvimento da criança e os vínculos entre mãe e filhos, com especial atenção ao interesse superior destes. O poder público deve observar ações mínimas para garantia da convivência das mulheres encarceradas e seus filhos como: respeito ao período de amamentação por pelo menos seis meses, podendo ser estendido o tempo de permanência caso necessário; apoio nutricional adequado; notificação aos juízos que possuem

competência na área de execução penal e da infância e juventude para instauração do procedimento de acolhimento da criança junto à genitora na unidade prisional; estabelecer a duração do período de convivência a partir da análise do caso concreto com auxílio de equipes interdisciplinares, sempre observado o interesse superior da criança; obrigatoriedade de manifestação da mãe nos processos de suspensão ou destituição do poder familiar relativamente aos seus filhos e às crianças e adolescentes sob a sua guarda; quando ambos os genitores estão encarcerados deve-se assegurar a interlocução entre as varas com competência na área de família, da infância e juventude, criminal e de execução penal.

Além disso, para a mãe será concedida licença da atividade laboral durante seis meses para as mães encarceradas, período que deverá ser considerado para fins de remição; estimular ações de interação e cuidado ao desenvolvimento psicomotor, afetivo, educacional, de linguagem e cognitivo das crianças; desenvolver práticas que assegurem o direito à convivência familiar; disponibilizar dias de visita exclusiva para os filhos e dependentes em local adequado, diferentes dos dias de visita social, com definição das atividades e do papel da equipe multidisciplinar; proporcionar condições para visita dos pais de crianças acolhidas com suas mães, com escopo de promover o fortalecimento de vínculos e possibilitar a responsabilização do pai quando da saída da criança da unidade; desenvolver ações de preparação da saída da criança do estabelecimento prisional entre outros (CNJ, 2018). Percebe-se que a resolução busca garantir o superior interesse da criança atenta ao objetivo de proteger integralmente a criança e adolescente que têm algum genitor ou ambos encarcerados, e ainda garantir que a visitação tenha um local mais adequado.

A gestação em ambiente prisional pode acarretar violência direta ou velada, profissionais envolvidos com esse público possuem certa dificuldade em enxergar essas pessoas como sujeitos de direitos, já que encontram-se aprisionadas, e a sociedade muitas vezes vê pessoas aprisionadas como merecedores de sofrimento, e por isso ausências de políticas públicas por parte do estado se justificam (CARNEIRO, 2016, p. 43).

Um estudo sobre as vivências de gestantes em situação de prisão realizado com 14 gestantes em uma penitenciária feminina do Estado de São Paulo, através de uma abordagem psicossocial, identificou as seguintes categorias: busca da autoproteção, sentimento de culpa e construção de nova identidade. Mulheres grávidas aprisionadas buscam se autoprotger para sobreviver às perdas e ao rompimento dos laços afetivos

e sociais. Elas possuem carências físicas e emocionais, além disso necessidades básicas como alimentação, sono, segurança e relacionamento social ficam comprometidos com o aprisionamento. Elas demonstraram sentimento de culpa e dor pela ideia de separação do filho e de não poder vivenciar a maternidade, sofrem desgastes físicos e emocionais, e para superação buscam se ajustar à nova realidade, é uma nova realidade com resignação e busca de consolo na religião (FOCHI *et al*, 2017, p.9).

Outro estudo intitulado “Mães e filhos atrás das grades: um olhar sobre o drama do cuidar de filhos na prisão”, que teve como escopo conhecer as condições de saúde relacionadas aos cuidados à puérpera e seu filho em um conjunto penal Feminino da Bahia, identificou ações e cuidados relacionados à puérpera encarcerada e seu filho recém-nascido. Foram determinadas três categorias: cuidados x negligências à mulher no puerpério: a privação da maternidade; cuidados x negligências ao bebê: os pequenos invisíveis e separação mãe-filho: uma segunda penalização. Através do resultado pode-se observar que o sistema penitenciário feminino não possui estrutura para recepção das especificidades femininas, e faltam profissionais capacitados para lidar com as especificidades das gestantes, puérperas e seus filhos dentro do contexto da prisão (AMARAL; BISPO, 2016, p.1).

Em outro estudo sobre mulheres nas prisões brasileiras e as tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade foram realizadas entrevistas em quatro Estados brasileiros com 22 mulheres - gestantes e mães com filhos na prisão - e 19 profissionais que atuam nesse ambiente, além de cinco grupos com gestantes e mães e três grupos com profissionais de saúde. Nele se analisou as interseções das normas de gênero e das relações disciplinares nesse contexto, identificando controvérsias no plano dos valores e das relações de poder que as sustentam. Nesta pesquisa produziram-se três categorias analíticas distintas: maternidade interrompida, maternidade desautorizada e maternidade exclusiva. Ao final concluiu-se que os mecanismos disciplinares característicos do sistema penitenciário vulnerabilizam concretamente as mães aprisionadas, expondo-as e a seus filhos a sofrimentos psíquicos e morais (DIUANA; CORRÊA; VENTURA, 2017, p. 727).

Trata-se, portanto, de um exercício da maternidade tensionado ao extremo por uma dupla ordem disciplinar: por um lado, uma ordem penal que reduz a mulher à condição de infratora que deve ser controlada e docilizada em nome da segurança social; e por outro, normas de gênero que têm na maternidade um dispositivo de distribuição de poderes e de controle dos corpos, da

sexualidade e da vida das mulheres. Os mecanismos de punição, de recompensa e a manipulação de privilégios, característicos do penitenciário, ao se integrar a outras práticas de controle que as mulheres-mães realizam sobre si em função do cuidado e proteção dos filhos, aumentam o controle que a administração penal exerce sobre elas, intensificam assimetrias e vulnerabilizam concretamente estas mulheres, violam seus direitos reprodutivos, expondo-as e a seus filhos a sofrimentos psíquicos e morais perante os quais têm limitados recursos para se defender (DIUANA; CORRÊA; VENTURA, 2017, p. 743-744).

A lei prevê que a separação mãe e filho no contexto prisional de ocorrer de modo gradual, para que o comprometimento de ambas as partes não tome grandes proporções. Porém, não é desse modo que ocorrem as separações, demonstrando que o Estado não vem observando de maneira correta o direito dos envolvidos (AMARAL; BISPO, 2016, p.7).

O Estado é o responsável exclusivo por promover os direitos da mãe encarcerada e da criança. Porém, nota-se uma invisibilidade social, jurídica e administrativa neste segmento, as vivências das crianças e suas mães na prisão são precárias. São necessários que se regulem procedimentos específicos nesta seara, que devem ser adotados por todas as administrações penitenciárias do país.

A legislação é ferramenta essencial para promover os direitos reprodutivos das mulheres encarceradas, ela garante o direito mas não é capaz de efetivá-los, elas devem ser acompanhadas de políticas públicas que responda às demandas da sociedade. São necessárias fiscalizações que garantam a efetivação dos direitos dessa parcela mais vulnerável da sociedade (MARTINS, 2016, p. 134).

A regulamentação acerca do direito das mães e seus filhos durante o aprisionamento apresenta alguns pontos de tensão, principalmente no tocante ao período de permanência e aos critérios adotados para a convivência com as crianças. A ausência de regulamentação específica que estabeleça um procedimento decisório claro, com definição do fluxo, das autoridades competentes e dos parâmetros a serem aplicados homogeneamente em todas as unidades fragiliza a garantia de direitos. Estudos já referidos registram a diversidade de atos arbitrários da autoridade penitenciária, e apontam aspectos negativos dessa desregulamentação, como a dificuldade de responsabilização dos agentes estatais, ausência de medidas preventivas e coibitivas das violências institucionais, entre outras relacionadas à melhoria das condições gerais para a convivência no cárcere (VENTURA; SIMAS; LAUZORÉ, 2015)

O contato familiar é muito importante para que a gestante se sinta capaz de exercer a maternidade no cárcere. A convivência familiar com laços fortalecidos proporcionam apoio emocional no cumprimento da pena, e colaboram com a

aquisição de suprimentos que vão suprir as carências enfrentadas no cárcere. Essas mulheres sabem que com vínculos fortalecidos quando houver a separação de seus filhos a família irá ser responsável pelo cuidado (CARNEIRO, 2016, p. 42).

São várias as preocupações que existem na permanência de crianças no cárcere, os direitos nem sempre são observados ou inexistem. No Brasil as políticas públicas voltadas para o sistema prisional são insuficientes. Observa-se a falta de estrutura e recursos humanos, aliados a tudo isso inexistente vontade política para mudar a realidade somados à má gestão contribui para o comprometimento do desenvolvimento infantil dos bebês que nascem e permanecem nas prisões (CARNEIRO, 2016, p. 47)

4.3 A PERMANÊNCIA DO FILHO COM A MÃE ENCARCERADA

Normalmente quando se trata sobre políticas públicas refere-se às ações do aparelho estatal e seus representantes em um determinado território. Essa percepção que associa política e Estado delimita uma diferença entre governo e governados, sendo o Estado responsável pela organização, ordem e interesses do coletivo. O Estado nem sempre foi organizado desta maneira, antes o soberano e a Igreja tinham pleno poder sobre a organização social, mas com as transformações e contribuições de diversas áreas como filosofia, economia e outros saberes fez-se com que o Estado e a própria humanidade passassem por mudanças que originaram uma organização pautada na liberdade e racionalidade do homem (BAPTISTA; MATTOS, 2015, p.84).

[...] a política pública não pode se restringir ao que se promove a partir dos Estados e seus governos. É preciso considerar os movimentos que podem possibilitar a inclusão, mudança ou entrada de novos temas na agenda decisória do Estado. Sabemos que esta não é a visão mais corrente de política pública. Para muitos analistas, a política pública se restringe ao conjunto de respostas dos Estados aos problemas que são reconhecidos neste âmbito, são as respostas governamentais aos problemas públicos que se apresentam (BAPTISTA; MATTOS, 2015, p.23).

Neste sentido, “a definição sobre políticas públicas está vinculada ao seu aspecto institucional, enquanto ação governamental, mas tendo em vista uma participação política e pluralista da sociedade civil e das minorias” (BRAGA; ALVES, 2015, p.306).

As políticas penitenciárias são práticas voltadas para a execução penal nos estabelecimentos prisionais, com enfoque na reintegração social do apenado, apoio ao egresso entre outros, ou seja, são as práticas do Poder Executivo na administração prisional (BRAGA; ALVES, 2015, p. 308).

Mulheres encarceradas acabam sendo esquecidas nos espaços voltados às políticas públicas, é necessário primeiro perceber a mulher como agressora para implementação de políticas voltadas a elas, assim tem-se o reconhecimento delas no contexto de garantias e defesa dos direitos e na defesa da dignidade da pessoa humana (BRAGA; ALVES, 2015, p.309).

Destarte, políticas penitenciárias voltadas às mulheres presas carecem estar em sinonímia à dignidade da pessoa humana, a fim de garantir direitos básicos. Além das questões gerais que envolvem o sistema prisional, como exclusão, marginalização socioeconômica cultural e estigmatização da clientela negra e pobre, há outras particularidades em matérias de direitos humanos que são colocadas em diversas situações de vulnerabilidade relacionadas às/aos filhas/os, ao período de gestação, subsistência material da família, autonomia do corpo e liberdade para exercício reprodutivo e sexual (BRAGA; ALVES, 2015, p.309).

O art. 19, do ECA, assegura a toda criança e adolescente o direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária, zelando por um ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Além disso, para os genitores privados de liberdade é assegurado o vínculo com filhos crianças e adolescentes através de visitas periódicas, promovidas através dos responsáveis ou da entidade de acolhimento, nos casos de acolhimento institucional, independentemente de autorização judicial (BRASIL, 1990).

Na esfera dos direitos humanos das mulheres, são colocados em debate assuntos que personificam a liberdade, já que às mulheres destina-se os espaços domésticos e da família, e por isso a prisão da figura feminina demonstra um descompasso com seu papel sociofamiliar (PIOVESAN, 2003, p. 65). Os diplomas internacionais que trazem à tona os direitos das mulheres devem ir além dos seus textos, devem incluir no cotidiano de seus signatários esforços para resultados concretos que tragam melhorias para a figura feminina (PIMENTEL, 2018, p. 18).

Ainda hoje, nos Tribunais, universidades, jornais, ou conversas de bar nota-se facilmente que os discursos sobre o suposto lugar da mulher continuam sendo reproduzidos. As mulheres que cometem crimes seguem sendo punidas –pelo sistema e pela sociedade –e suas histórias mantêm-se

silenciadas. Condições como essas demonstram a necessidade de uma epistemologia feminista que não venha a cair nas armadilhas do discurso criminológico masculino que, apenas aparentemente, dirige-se a todas as pessoas e apresenta-se como competente. (HORST, 2018, p. 47).

A Pesquisa realizada com mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal discutiu buscas e acessos dos familiares a estas mulheres como contribuição nas estratégias para a promoção de saúde para a população feminina encarcerada. Observou-se que os dias de visita na prisão podem ter elementos essenciais na qualidade de vida tanto na família como da mulher encarcerada, “a manutenção de laços sociais pode ser pensada em termos de determinantes sociais de saúde”. As políticas públicas, de assistência social e saúde, aparecem como um fator de dificuldade, gerando um sentimento de cansaço no familiar, que seria a negação de obter ações e serviços fora da rede de relações, principalmente do Estado (PEREIRA, 2016, p. 2132).

Antes mesmo do nascimento o desenvolvimento integral da criança que está para nascer já se iniciou, isso porque o desejo dos pais de gerar um filho, as condições físicas e emocionais da gestante, as relações com as famílias e amigos dos genitores, tudo isso irá influenciar o desenvolvimento do feto no ventre materno e as primeiras relações desta criança com as pessoas a sua volta. A fase de gestação é o período em que há a preparação da família para assumir novos papéis frente a chegada do novo membro, o ambiente será preparado para a recepção da criança. A família é o núcleo principal para a criança, há uma dependência daqueles que a cuidam, sua relação familiar é fundamental para sua constituição como sujeito. As relações afetivas que são estabelecidas, principalmente nos primeiros anos de vida terão importantes consequências em seu desenvolvimento físico e psicológico (BRASIL, 2006, p.27).

A Constituição assegura às mulheres encarceradas a permanência com seus filhos durante todo o período de amamentação (BRASIL, 1988). Além disso a LEP traz que os estabelecimentos destinados às mulheres deverão ter berçário para cuidados com seus filhos e garante a amamentação até no mínimo os 6 meses de vida (BRASIL, 1984). O Estatuto da Criança e Adolescente declara que deverão ser criadas condições adequadas para o aleitamento materno, ainda que a mulher esteja presa, o que demonstra uma preocupação com a saúde e desenvolvimento da criança e com a manutenção do vínculo familiar (BRASIL, 1999).

Além da legislação nacional, o Brasil é signatário dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. As regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres

presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, mas conhecida como “as Regras de Bangkok”, editadas pela ONU em 2010 e no Brasil em 2016, trouxe a questão das mulheres gestantes, com filhos e lactantes na prisão. Para a tomada de decisões deve ser sempre levado em conta o melhor interesse da criança, “crianças na prisão com suas mães jamais serão tratadas como presas” (BRASIL, 2016).

Além disso, às mulheres presas que estão com seus filhos na prisão deve ser dada a oportunidade de passar o maior tempo possível com eles, a estas crianças deve ser oferecido atendimento permanente de saúde, e o ambiente de educação oferecido para elas deverá ser o mais próximo possível do ambiente fora da prisão. A separação de mãe e seu filho deverá ser fundada no melhor interesse da criança e apenas quando identificadas alternativas de cuidado fora da prisão. Após a separação deverá ser oferecido o máximo possível de oportunidades para o contato mãe e filho, baseado no melhor interesse da criança e respeitada a segurança pública (BRASIL, 2016).

São nos primeiros anos de vida que a criança aprende diversos comportamentos, dos mais simples aos mais complexos, constrói seu “eu”, desenvolve autonomia, coordenação motora, linguagem, afeto, pensamento, cognição e aprende a socializar. Durante seu desenvolvimento será ampliada sua capacidade de relacionar-se com o ambiente ao seu redor, começará a perceber os papéis familiares e sociais, diferenças de gênero, vai aprender a compreender regras, discernimento entre fantasia e realidade, cooperação, competir, compartilhar, entre outras particularidades necessárias ao convívio social (BRASIL, 2006, p. 27).

Em grande parte dos Estados brasileiros a gestante aprisionada é transferida para unidade que possui estrutura para receber mães e seus filhos a partir do terceiro mês de gestação. Esse local geralmente é localizado nas capitais ou regiões metropolitanas, para o parto as gestantes são levadas para algum hospital público da região e retornam para as unidades com seus filhos. O tempo de permanência com o filho geralmente dura entre 6 meses e um ano, na maioria dos casos depois desse período a criança fica sob responsabilidade da família da genitora, e a mulher retorna para a unidade prisional de origem (LEAL *et al.*, 2016, p. 2062).

Um estudo realizado através do projeto “Saúde materno-infantil nas prisões”, censo de base institucional realizado entre agosto de 2012 e janeiro de 2014, feito nas unidades prisionais que abrigavam mulheres com seus filhos, abrangeu 24 Estados

brasileiros e o Distrito Federal. Nele traçou-se o perfil da população feminina encarcerada que vivem com seus filhos na prisão, e as condições em relação à gestante e ao parto. Para o estudo incluiu-se 241 mães de crianças até 1 ano que pariram enquanto estavam detidas. Em relação às características demográficas constatou-se que 67% tinham entre 20 e 29 anos de idade, 57% eram pardas, 13% eram pretas, e o nível de escolaridade era baixo (de 1 a 7 anos de estudo), além disso 56% declararam-se solteiras e um terço o chefe da família. Em relação à história reprodutiva, mais de um terço tiveram quatro ou mais gestações, 20% tinham 5 filhos ou mais, e 8% já haviam parido anteriormente enquanto estavam encarceradas (LEAL *et al.*, 2016, p. 2061).

Um estudo realizado por Santa Rita (2006) que objetivou analisar as ações institucionais voltadas para as mulheres encarceradas e seus filhos, com entrevista semiestruturada das mães aprisionadas, demonstrou que as ações dos Estados não possuem qualquer diretriz de política pública que diminua a violação dos direitos humanos, principalmente se tratando das genitoras encarceradas. A prisão é um reflexo da sociedade que reproduz comportamento discriminadores em relação às mulheres, onde se prioriza segurança e disciplina em detrimento de direitos (SANTA RITA, 2006, p.148).

A fala das mães aprisionadas demonstra a necessidade da resignificação da maternidade na prisão, sendo que sofrem uma dupla penalização, onde por um lado a presença do filho serve para o abrandamento da pena, e por outro traz grande sofrimento no momento da separação mãe/filho. Na pesquisa, através do contato com a mãe encarcerada foram levantadas questões significativas como: a quebra dos vínculos familiares se dá de maneira mais efetiva, além da liberdade a mulher perde seu papel de esposa, mãe e filha; a permanência com o filho é visto como forma de abrandamento da pena, com ganho de alguns benefícios como ficar longe das galerias prisionais; a separação dos filhos é visto como uma das piores perdas na prisão, apesar do conforto de ter o filho presente elas sabem dos efeitos deletérios que pode haver sobre a criança; existem dificuldades acerca da maternidade na prisão, como o banho de sol para crianças; o exercício da maternidade intramuros vincula ao desejo do retorno à sociedade, ao papel sociofamiliar (SANTA RITA, 2006, p. 151).

Outra pesquisa sobre vivências da maternidade em uma prisão feminina do Estado Rio Grande do Sul realizada na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, fez diversos levantamos em relação às mulheres aprisionadas gestantes a partir do oitavo

mês de gestação e mulheres com filhos. Os dados mostraram que estas mulheres têm em média 25,7 anos, 61,3% são solteiras e possuem em média 3,06 filhos. A maioria possui Ensino Fundamental Incompleto (64,5%), muitas não exercem atividade laboral ou exercem atividade de pouco status social, e 77% cometeram crimes relacionados ao tráfico de drogas. Os resultados demonstraram também que estas mulheres tinham algum problema de saúde mental antes da prisão, pois utilizavam algum tipo de substância lícita ou ilícita mesmo grávidas. Outro dado levantado na pesquisa que merece destaque é que 46,2% das crianças possuem algum tipo de problema de saúde, sendo a doença que mais prevalece ser a asma e bronquiolite (MELLO; GAUER, 2011, p.116).

São importantes as aquisições para o desenvolvimento do comportamento nos primeiros anos de vida da criança, ela desenvolve a autonomia, aprende a socializar, desenvolve coordenação motora, linguagem, afeto, pensamento e cognição. A criança relaciona-se com o ambiente em que vive e a interação com outros adultos e crianças contribuem para o processo de socialização e na identificação dos papéis familiares. Aprende a compreender regras, controlar agressividade, cooperação, compartilhar além de outras habilidades para o convívio social (BRASIL, 2006).

Percebe-se um quadro comum a todos os presídios brasileiros, sejam femininos ou masculinos, são estabelecimentos superlotados, insalubres, e a mercê de um chefe de facção criminoso líder daquele espaço, o qual exige favores dentro e fora dos muros da prisão (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.70).

As unidades prisionais não estão preparadas estruturalmente para as necessidades das mulheres encarceradas e para as peculiares femininas como gestação e filhos recém-nascidos. Além disso, as mulheres que trabalham nas unidades prisionais não recebem treinamento adequado para tratar das singularidades das presas, especialmente no processo de constituição da subjetividade feminina, demonstrando uma necessidade de capacitação e sensibilização do sistema prisional como um todo (BARCINSKI; ALTENBERND; CAMPANI, 2014).

5 A PRISÃO DOMICILIAR COMO ALTERNATIVA À PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SISTEMA PRISIONAL

A Lei n. 12.403 de 2011, acrescentou a prisão domiciliar ao Código de Processo Penal Brasileiro (CPP), concedendo o benefício de converter a prisão preventiva em prisão domiciliar em algumas circunstâncias. Além disso, o *Habeas corpus* coletivo 143641/SP do Supremo Tribunal Federal, impulsionado pelas Regras de Bangkok, determina a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar buscando a proteção necessária à maternidade e às crianças que são filhos das mulheres encarceradas.

Posteriormente, a Lei 13.257 de 08 de março de 2016, o Marco Legal da Primeira Infância, acrescenta ao CPP a possibilidade da concessão do benefício à gestante e às mulheres com filhos até 12 anos incompletos, e a Lei 13.769 de 19 de dezembro de 2018 altera não apenas o Código de Processo Penal, mas a Lei de Execuções Penais e a Lei de Crimes Hediondos, no sentido de substituir a prisão preventiva pela domiciliar e disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.

Ainda que o legislador e diversas unidades prisionais demonstrem a preocupação em manter os laços afetivos de mãe e filho dentro das unidades prisionais, essa realidade traz reflexos psicológicos profundos diante da ausência de espaços adequados, sempre sob vigilância, o que demonstra uma interpretação errônea do paradigma da proteção integral (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 222). Por isso a prisão domiciliar surge como uma alternativa ao encarceramento dessas mulheres e seus filhos, trazendo uma perspectiva de cuidado materno no lar.

Mulheres gestantes possuem uma vulnerabilidade e necessidade de cuidado para uma gestação saudável e desenvolvimento do feto, além disso é importante perceber que crianças que permanecem no cárcere com suas mães vivem em prisões insalubres, sob constante vigilância em prol da segurança do estabelecimento prisional, o que demonstra todo um contexto de desenvolvimento infantil incompatível com um crescimento harmonioso.

Existe um dualismo na mulher criminosa e mãe, quando essa mulher comete um crime ela rompe com a conduta esperada pela sociedade, e quando se tornam mães lhes são novamente atribuídas expectativas sociais, ou seja, construiu-se uma

perspectiva de que quando a mulher tem uma conduta vista como problemática, ela rompe com o papel social que lhe foi atribuído (BRAGA; FRANKLIN, p. 351).

A abordagem desse tema complexo exige uma análise das respostas emanadas pelo Poder Judiciário na garantia dos direitos destes sujeitos. Para tanto, a pesquisa jurisprudencial surge como caminho adequado para se compreender a eficácia das normas ao concretizar sua aplicação. Considerando-se que a jurisprudência no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina representa o posicionamento do Poder Judiciário de Santa Catarina, é possível identificar através de sua análise a resposta jurisdicional, e observar se a concessão da prisão domiciliar de acordo com a Lei está de fato ocorrendo.

Para as buscas jurisprudenciais e com o intuito de filtrar as decisões de segundo grau relativas ao pedido de domiciliar decorrente da maternidade, utilizou-se a ferramenta de busca do site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina com as seguintes expressões de busca: “prisão domiciliar gestante”, no período entre 01 de março de 2018 e 01 de março de 2020.

Voltados à Proteção Integral da criança, e à proteção da maternidade das mulheres privadas de liberdade, alguns projetos se propuseram a auxiliar dando apoio e proteção social às mulheres que foram beneficiadas com a prisão domiciliar e sua inserção social. Busca-se, desta forma, a diminuição da vulnerabilidade dessas famílias com mães privadas de liberdade.

5.1 A PRISÃO DOMICILIAR: CAMINHOS PARA A GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Quando se faz uma análise dos contextos em que as crianças nascem, vivem ou visitam unidades prisionais no Brasil demonstra-se que a recepção destas crianças não tem sido um processo fácil. Fica em evidência que no Brasil a execução penal feminina da pena privativa de liberdade não se conhece a teoria da proteção integral, ou existe uma compreensão que leva a interpretação equivocada. Essa ausência da proteção integral é refletida na falta de assistências básicas, como inexistência de médicos, remédios ou locais de atendimento tanto para a mãe como para a criança (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 220).

Diante da realidade das cadeias brasileiras o legislador, através da Lei n. 12.403 de 2011, acrescentou a prisão domiciliar ao Código de Processo Penal Brasileiro, trazendo a alternativa para a prisão preventiva em residência. O Art. 317 do CPP explica que a prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em seu domicílio, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial (BRASIL, 1941).

Não há de fato qualquer provimento judicial e mesmo qualquer ato dos poderes públicos que desperte tanto medo e insegurança e solape a confiança no direito quanto o encarceramento de um cidadão, às vezes por anos, sem processo. É um mísero paralogismo dizer que cárcere preventivo não contradiz o princípio *nulla poena sine iudicio* – ou seja a submissão à jurisdição em sentido mais lato -, pois não se trata de uma pena, mas de outra coisa: medida cautelar, ou processual, ou, seja como for, não penal. [...] O imputado deve comparecer livre perante seus juízes, não só porque lhe seja assegurada a dignidade de cidadão presumido inocente, mas também – e diria acima de tudo – por necessidade processual: para que ele esteja em pé de igualdade com acusação; para que, depois do interrogatório e antes da audiência definitiva, possa organizar sua defesa; para que a acusação não esteja em condições de trapacear no jogo, construindo acusações e deteriorando provas pelas suas costas[...] (FERRAJOLI, 2002, p. 511).

A Lei 13.257 de 08 de março de 2016, Marco Legal da Primeira Infância, trouxe alterações significativas para a concessão da substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar quando incluiu a possibilidade de concessão para gestantes, mulheres com filhos até 12 anos incompletos, e homem no caso em que for o único responsável por filho de até 12 anos.

No que tange a Lei 13.769 de 19 de dezembro de 2018, também trouxe alterações para o Código de Processo Penal no tocante às mulheres encarceradas, ela incluiu a possibilidade da concessão da prisão domiciliar substituindo a prisão preventiva para mulheres gestantes ou mães ou responsável por pessoa com deficiência, desde que o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça ou contra seu filho ou dependente.

Sendo assim, após as alterações trazidas pelas leis o do Código de Processo Penal Brasileiro passa a ter a seguinte redação:

Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: I - maior de 80 (oitenta) anos; II - extremamente debilitado por motivo de doença grave; III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; IV - gestante; V- mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; VI - homem,

caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa; II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente (BRASIL, 1941).

Assim, é possível que a prisão domiciliar ocorra com a aplicação concomitante de outras medidas cautelares diversas da prisão (BRASIL, 1984). Para Nucci (2013, p. 639), como trata-se de prisão cautelar, onde o réu presumidamente é inocente, o juiz não deve beneficiar qualquer réu apenas porque na Comarca não há vagas na unidade prisional, neste caso seria mais acertado revogar a prisão preventiva, “mais adequado ter um réu solto do que um ficticiamente preso”.

A questão da concessão da prisão domiciliar para mulheres aprisionadas em situação de maternidade ganhou destaque depois que o Superior Tribunal de Justiça, em 2017, concedeu o benefício para Adriana Anselmo que é esposa de Sergio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro. Baseada nas Regras de Bangkok, a decisão chamou a atenção principalmente diante da realidade social vivida pelas mulheres aprisionadas por todo o Brasil, que cotidianamente tinham o mesmo direito negado, ainda que utilizados os mesmos fundamentos no pedido (NUNES, 2020, p. 32-33).

No *habeas corpus* coletivo 143641/SP de 20 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal através do relator Ministro Ricardo Lewandowski, concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP, de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda. Segue trecho da decisão:

Há, como foi reconhecido no voto, referendado por todos os ministros da Corte, uma falha estrutural que agrava a “cultura do encarceramento”, vigente entre nós, a qual se revela pela imposição exagerada de prisões provisórias a mulheres pobres e vulneráveis. Tal decorre, como já aventado por diversos analistas dessa problemática seja por um proceder mecânico, automatizado, de certos magistrados, assoberbados pelo excesso de trabalho, seja por uma interpretação acrítica, matizada por um ultrapassado viés punitivista da legislação penal e processual penal, cujo resultado leva a situações que ferem a dignidade humana de gestantes e mães submetidas a uma situação carcerária degradante, com evidentes prejuízos para as respectivas crianças (BRASIL, STF, 2018).

No habeas corpus coletivo nº 143641/SP o STF deu credibilidade à palavra da mulher mãe e guardiã de seus filhos quando for necessário apurar a situação. Não há necessidade de comprovação de poder familiar, e cabe ao Estado produzir prova capaz de motivar o impedimento da concessão do benefício. Ao juiz é facultado a elaboração de laudo social para eventual reanálise do benefício, sem prejuízo ao cumprimento da ordem. Nos casos de suspensão ou destituição familiar que não sejam relacionados à prisão, o benefício não será concedido (NUNES, 2020, p. 42).

Em 28 de outubro de 2018 o Ministro Ricardo Lewandowski, em acompanhamento da ordem concedida pelo STF ao HC coletivo 143641/SP esclarece pontos importantes que vinham sendo utilizados como justificativa para negar o pedido de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar. Desta forma, os tribunais ficam orientados que o crime de tráfico de drogas realizado pela mulher mãe não pode ser óbice para concessão da prisão domiciliar acreditando-se que ela não é digna de tal concessão, tampouco a suspeita que ela volte a traficar em sua residência pode ser utilizada como impedimento para aplicação da legislação (BRASIL, STF, 2018).

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal quando não sopesa o passado escravista e colonial do Brasil sem a conexão com o encarceramento e para a constituição da maternidade, acaba por não especificar para quem se dirige a decisão, e sendo assim universaliza-la e por final igualando todas as mulheres, todas as formas de criminalização e toda a maternidade. Desta maneira abre-se a oportunidade para que os tribunais causem o desaparecimento da mulher encarcerada quando delibera suas decisões sem analisar a realidade social de cada uma (NUNES, 2020, p. 44-45).

Os estudos realizados Franklin e Braga, (2016) que teve por objeto analisar a maneira como as questões relacionadas à efetivação de direitos de presas grávidas e mães estão sendo tratadas pelo sistema de justiça criminal. As autoras, buscaram compreender, por meio da análise de acórdãos do TJ/SP, como se deu a efetivação de direitos de gestantes e mães presas pelos julgadores através da aplicação do instituto da prisão domiciliar trazido pela lei 12.403/2011 em casos de gestação e maternidade. Os resultados apresentados, apontam que a lei não estava sendo cumprida por múltiplos fatores, mas “a discriminação negativa que incide sobre o gênero feminino, fazendo com que as figuras de “mãe” e “criminosa” sejam socialmente irreconciliáveis” foram aspectos importantes para compreender a não concessão da prisão domiciliar como forma de possibilitar uma maternidade sadia a estas mulheres (FRANKLIN; BRAGA, 2016, p.351).

Nas decisões de concessão da prisão domiciliar analisadas foi evidente que não era a presa “o sujeito de direito”, mas a criança. Importante pontuar, que não está se contestando aqui a legitimidade de se atender ao interesse da criança, mas como no discurso jurídico essa defesa é feita a partir de julgamentos morais e de padrões sócio-familiares rígidos; e sob um raciocínio binário que associa à criança à pureza e inocência, em contraponto da mulher culpada (FRANKLIN; BRAGA, 2016, p. 357).

Percebe-se que existe por parte dos julgadores preocupação em relação ao desenvolvimento das crianças dentro das prisões, ainda assim não deve-se olvidar que existe direito da mãe também envolvido, onde deve ser proporcionado uma maternidade digna. Nas decisões percebeu-se que para argumentação a mãe não foi mencionada, tendo ela o direito ao benefício da domiciliar por causa do filho e não devido a sua condição mulher-mãe (FRANKLIN; BRAGA, 2016, p. 358).

Outra pesquisa realizada por Dani Rudnicki e Joana Coelho da Silva analisou a aplicação do direito à substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar para mães em casos apreciados após o julgamento do HC nº 143641 pelo Supremo Tribunal Federal no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Para a análise foram utilizadas as expressões: “prisão preventiva”, “prisão domiciliar” e “HC 143641” no campo de pesquisa por jurisprudência no endereço eletrônico do TJRS. As pesquisadoras observaram que não houve nenhuma decisão onde foi deferida a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar (RUDNICKI; SILVA, 2020, p.552).

Os principais argumentos, para justificar a “excepcionalidade” dos casos, foram a gravidade abstrata do delito, a ausência de comprovação da imprescindibilidade dos cuidados maternos em relação aos filhos, suposto envolvimento em facções, tráfico realizado no endereço residencial e cuidados das crianças por terceiros (RUDNICKI; SILVA, 2020, p. 553).

Além disso, as pesquisadoras observaram que para fundamentar as decisões os julgadores utilizaram-se de “uma perspectiva de maternidade e mãe diferente da realidade social em que vivem as mulheres encarceradas, deslegitimando a substituição da prisão preventiva pela domiciliar” (RUDNICKI; SILVA, 2020, p. 553). Além disso, constatou-se que para argumentação o crime de tráfico de drogas já foi suficiente para caracterização de uma mãe ruim, incompatibilizando a maternidade com a criminalidade, que tem por consequência os cuidados dos filhos por terceiros (RUDNICKI; SILVA, 2020, p. 554).

A Constituição Federal em seu artigo 229 atribui aos pais a obrigatoriedade para a criação dos filhos menores de idade. Não se pode negar que são diversas as formas de famílias e no vínculo que se constitui mais por afeto do que pelo traço biológico (NUNES, 2020; p. 33). Porém, a obrigatoriedade do Estado em proteger a maternidade é fato constitucionalmente garantido, e havendo alguma divergência entre os tribunais dos Estados e a Corte Suprema sobre a imprescindibilidade da manutenção da mãe com os filhos, a ordem do STF vai prevalecer (NUNES, 2020, p. 42).

O STF elencou três exceções à concessão da substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar para mulheres encarceradas em condição de maternidade. São eles os casos de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, no caso dos crimes praticados contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deveriam ser fundamentadas pelos juízes no momento do indeferimento do benefício da prisão domiciliar. Ainda que exista a ordem para cumprimento das diretrizes proferidas pelo STF, muitos magistrados se utilizam da possibilidade de indeferimento em razão das “condições excepcionais” para o indeferimento dos pedidos de prisão domiciliar (NUNES, 2020, p.31-32).

Para as mulheres já condenadas a Lei 13.769 previu, além das alterações referentes a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, alterações à Lei de Execuções Penais para a progressão para o regime menos gravoso às mulheres gestantes, ou mães e/ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência. Prevê o artigo 112 da LEP:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

...

§ 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente:

I - não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente;

III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior;

IV - ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento;

V - não ter integrado organização criminosa

§ 4º O cometimento de novo crime doloso ou falta grave implicará a revogação do benefício previsto no § 3º deste artigo (BRASIL, 1984).

A prisão albergue domiciliar, possível através da Lei de Execução Penal em seu artigo 117, elenca em quais situações será concedida o regime aberto em residência

particular, as circunstâncias em que se concede o benefício são: o condenado ser maior de 70 anos; estar acometido de doença grave; mulher com filho menores de idade ou deficiente físico ou mental; e mulheres gestantes (BRASIL, 1984).

Com a ausência de casa de albergado passou-se a conceder a todo e qualquer condenado, sujeito ao regime aberto, o cumprimento de pena em residência (prisão albergue domiciliar, o que não é objetivo da Lei de Execução Penal, mas “fruto da política desastrosa do Estado no trato da questão” (NUCCI, 2013).

Um estudo multidisciplinar sobre a jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão realizado em 2015, no âmbito do macroprojeto Saúde Materno-Infantil nas Prisões do Brasil, e desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Osvaldo Cruz, teve como abrangência todo o território nacional. Para a pesquisa foram analisados os bancos de dados do STF, STJ, e dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2002 a 2012. Foram analisados os componentes jurídicos, estudos relacionados à atenção à saúde da mulher e da criança, bem como os aspectos psicossociais e arquitetônicos das condições prisionais. O estudo analisou criticamente as decisões, e de modo geral, foram observamos certa constância de assuntos e argumentos utilizados durante o período pesquisado. Percebeu-se que foram baixos os números de decisões diretamente relacionadas ao objeto deste estudo, tendo em vista que o período de pesquisa foi relativamente longo, 10 anos. Através dos resultados da pesquisa, percebeu-se que a jurisprudência dos tribunais tratou de reafirmar o discurso da segurança e manutenção da ordem em face do direito indisponível e irrenunciável da criança à alimentação, à saúde e à convivência com sua mãe, e a argumentação teve por fundamento o caráter de hediondez associado ao delito. O resultado da pesquisa evidenciou a existência de dificuldades de acesso à justiça por parte das mulheres presas e seus filhos, além da invisibilidade social enfrentada por essas mulheres (SIMAS *et al.*, 2015, p.549).

É importante destacar que a pesquisa foi realizada entre os anos de 2002 e 2012, ou seja, anteriormente ao HC nº 143641 do Supremo Tribunal Federal, ao Marco Legal da Primeira Infância e à Lei 13.769 de 19 de dezembro de 2018, e por isso a realidade atual pode trazer números diversos em relação ao tema, demonstrando a importância de uma nova pesquisa.

As consequências do aprisionamento materno são inevitáveis aos filhos, qualquer proposta para a proteção dos direitos da criança revela-se um belo discurso,

sem existir de fato a proteção integral a essas crianças, o que se traduz por um comprometimento no seu desenvolvimento pleno (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 222).

A alternativa da prisão domiciliar para mulheres gestantes e mães, não havendo a substituição da pena privativa de liberdade por outras medidas alternativas diversas da prisão, como orienta as Regras de Bangkok, acaba sendo ineficaz. A mulher acaba sendo cerceada em sua locomoção o que a restringe de exercer com plenitude seu direito à maternidade e à criança em sua infância (NUNES, 2020, p. 57).

5.2 AS REGRAS DE BANGKOK

As Regras das Nações Unidas para tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, mais conhecida como Regras de Bangkok, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2010, e traduzido e publicado no Brasil em 2016, “propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade” (BRASIL, 2016, p.10).

Além das Regras de Bangkok, que têm um olhar mais específico para o gênero feminino e suas especificidades em matéria de prevenção ao crime e justiça criminal, fazem parte dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos outros instrumentos como a Recomendação Geral n. 35 – Violência de Gênero contra as mulheres do Comitê para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; as Regras Mínimas para Tratamento de Reclusos (Regras de Mandela), Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores (Regras de Pequim), Regras Mínimas das Nações Unidas Sobre Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio), e Regras internacionais para o enfrentamento da tortura e maus-tratos.

As “Regras mínimas para o tratamento de reclusos” (Regras de Mandela) e as “Regras mínimas das Nações Unidas sobre medidas não privativas de liberdade (Regras de Tóquio)” não tratavam das especificidades da mulher encarcerada, questões como saúde da mulher, disposições dos espaços penitenciários, procedimentos de revistas e as responsabilidades maternas não haviam sido

pontuadas, e por isso foi necessária uma norma específica capaz de evidenciar a situação dessas mulheres (NUNES, 2020, p. 60).

Em 1989 a ratificação por parte do Brasil da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamento Cruéis, Desumanos ou Degradantes, foi um marco na incorporação dos tratados internacionais pelo país. A partir disso, outros instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos foram abarcados pelo direito brasileiro, sempre protegidos pela Constituição Federal de 1988 (PIOVESAN, 2017).

A partir de 1955 aconteceram congressos quinquenais das Nações Unidas sobre a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente onde tinham por base alguns temas gerais tais como regras mínimas para o tratamento de presos, qualificação dos profissionais que trabalham em penitenciárias, estabelecimentos abertos, trabalho na prisão, e prevenção da delinquência de menores de 18 anos. As Regras Mínimas para o Tratamento de Presos é o documento mais importante relacionado ao tema da área penitenciária, foi cancelado pela Sociedade das Nações em 1933 e adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1943.

Destaca-se que a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos é o conjunto de documentos formado pela Declaração Universal e os dois pactos de 1966: o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (SORTO, 2002, p. 25).

A recepção dos tratados internacionais pelo ordenamento jurídico brasileiro inspira e orienta o Direito interno, o que traz harmonia entre a norma brasileira e àquelas que se comprometeu internacionalmente. Os tratados internacionais de direitos humanos reforçam as garantias constitucionalmente asseguradas, tornando o Brasil responsável nacional e internacionalmente (PIOVESAN, 2017).

Após a Segunda Guerra Mundial e as atrocidades que nela ocorreram, a humanidade compreendeu a necessidade de valorizar a dignidade da pessoa humana. Diante disso, em 10 de dezembro de 1942 a Declaração Universal, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas, e a Convenção sobre a prevenção e punição do crime de genocídio marcam historicamente os direitos humanos (COMPARATO, 1999).

A Declaração Universal é inteiramente voltada para a pessoa: os direitos humanos são, antes de tudo, os direitos do indivíduo e a Declaração é endereçada aos indivíduos e não aos Estados ("Todo o indivíduo, ou toda a pessoa, tem direito [...]"). Os pactos são dirigidos aos Estados e não aos indivíduos ("Os Estados se obrigam à [...]") e a dimensão social do indivíduo

é a pedra de toque a ser considerada. O homem não pode encontrar a realização dos seus direitos senão no interior de uma sociedade livre de toda contenção externa (colonização) ou interna (opressão): o interesse do indivíduo se confunde com aquele da sociedade em que vive. (BICUDO, 2003, p.226).

A Declaração de 1948 como citado anteriormente, não vincula juridicamente os Estados, contudo é importante destacar que seu conteúdo se encontra em textos da legislação interna como em textos do Direito Internacional dos direitos humanos (SORTO, 2002, p. 24).

No sentido da proteção das crianças e adolescentes existe grande importância no processo histórico da construção dos seus direitos e na consolidação dos seus espaços emancipatórios (VIEIRA; VERONESE, 2016, p.83). Em 1919 foi formada a Organização Internacional do Trabalho - OIT com o intuito de promover a justiça social, organizando uma legislação internacional do trabalho frente às preocupações econômicas, morais e humanas trazida pela Revolução Industrial, período este de expressivo crescimento econômico às custas da exploração humana (ANJOS, 2014, p.231).

Na Convenção número 5 da primeira reunião da Conferência Internacional do Trabalho de 1919, que entra em vigor no plano internacional em 13 de junho de 1924, e no Brasil passa a ter vigência em 26 de abril de 1935, trata da idade mínima de admissão nos trabalhos industriais, e por isso vem a ser a primeira legislação que fala sobre os direitos das crianças e adolescentes:

Art. 2 — As crianças menores de 14 anos não poderão ser empregadas, nem poderão trabalhar, em empresas industriais públicas ou privadas ou em suas dependências, com exceção daquelas em que unicamente estejam empregados os membros de uma mesma família (OIT, 2020).

Porém, a mesma Convenção traz em seus textos exceções em relação à idade mínima quando autoriza o trabalho infantil em escolas técnicas, e em determinadas situações no Japão e na Índia (OIT, 2020). Para Veronese (2019, p.16) “o tempo nem sempre foi favorável às nossas crianças, vez que por séculos, civilizações inteiras não tinham compromisso, um olhar, atitudes respeitosas com as crianças”.

Aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança entrou em vigor no Brasil em 02 de setembro de 1990, e é o diploma internacional com maior

número de ratificações por Estados-parte (SOUZA; SERAFIM, p. 50). Atualmente é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história, sendo ratificado por 196 países (UNICEF). É o principal diploma coercitivo sobre os direitos da criança, o qual obriga aos Estados que o ratificaram a entregar relatórios relacionados às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e proteção infanto-juvenis, visando ao alcance dos direitos firmados (SOUZA; SERAFIM, 2019, p. 23-24).

O documento é composto por 54 artigos, divididos em três partes e precedido de um preâmbulo. Em seu artigo 1 ele define o conceito de criança como todo ser humano com menos de 18 anos (excetuando-se casos em que por lei a maioridade seja alcançada antes) e estabelece parâmetros de orientação e atuação política de seus Estados-partes voltados para um desenvolvimento infantil saudável. Nele evidencia-se que a família é elemento fundamental da sociedade, importante para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, principalmente das crianças, devendo receber proteção e assistência voltados para contribuir com sua atuação plena dentro da comunidade que fazem parte. Reconhece-se que para o desenvolvimento da personalidade infantil a criança deve crescer no seio de sua família, em um ambiente harmonioso, dotado de felicidade, amor e compreensão (BRASIL, 1990).

A prisão feminina expõe especificidades correlacionadas ao gênero – como questões de saúde reprodutiva e infantil, de proteção e assistência social à maternidade e à infância nesse ambiente – que refletem, no contexto ético-jurídico contemporâneo, direitos humanos reconhecidos no âmbito internacional e nacional (SIMAS *et al*; 2015, p. 548).

É importante assimilar que as mulheres aprisionadas possuem necessidades específicas, e que historicamente existe um controle do corpo feminino e que cria-se uma expectativa em relação aos seus vínculos familiares. Nesse sentido, as Regras de Bangkok trazem a necessidade de encarar a realidade das mulheres e impulsionar políticas públicas criminais dentro e fora das prisões (NUNES, 2020, p. 29).

As Regras de Bangkok são um compilado de 70 regras voltadas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Considerou-se que as mulheres presas fazem parte de um grupo vulnerável com necessidades específicas, e que as unidades prisionais foram construídas inicialmente para a recepção de presos homens, não havia a perspectiva de que o número de mulheres encarceradas iria crescer consideravelmente nos últimos anos.

Nas observações preliminares salienta-se que algumas regras são destinadas a homens e mulheres, tendo em vista que ambos são responsáveis pelo pleno desenvolvimento dos filhos há a necessidade de se aplicar algumas regras a ambos os genitores (BRASIL, 2016, p. 18).

Algumas regras citam especificamente os filhos de mulheres aprisionadas, nelas é orientado que no momento do ingresso da mulher na prisão deve ser permitido que elas tomem as providências necessárias em relação às crianças que possuem a guarda, inclusive havendo a possibilidade de suspensão da medida privativa de liberdade quando tratar-se do melhor interesse da criança. Na entrada da unidade prisional deverão ser registrados o número de filhos e seus dados pessoais, além disso as mulheres devem permanecer em unidades prisionais próximas ao seu meio familiar. Nos estabelecimentos penitenciários deve haver local adequado para as mulheres gestantes, pós-parto e para as convalescentes, quando a criança nascer em momento que a mãe está aprisionada o fato não deve constar em seu registro de nascimento, também deverá haver materiais para satisfazer as necessidades de higiene das mulheres e crianças (BRASIL, 2016, p.20).

Quando a mulher que adentrar à unidade prisional estiver acompanhada de uma criança ambas deverão passar por acompanhamento médico, devendo a criança ser atendida preferencialmente por um pediatra para diagnóstico de eventual tratamento ou necessidade médica. Os profissionais que trabalham nas unidades prisionais deverão demonstrar competência e profissionalismo, e no momento da revista deverão tratar com dignidade as crianças que visitam (BRASIL, 2020, p. 22).

Quando houver sanção disciplinar elas não se aplicarão às mulheres gestantes, lactantes ou com filhos, além disso as sanções não podem incluir a proibição de contato com a família, principalmente crianças. Instrumentos de contenção, tais como algemas e marcapassos, não deverão ser usados nas mulheres em trabalho de parto, durante o parto e logo após. Mulheres presas que engravidaram devido à abuso sexual deverão contar com acompanhamento médico e psicológico, além do apoio jurídico (BRASIL, 2016, p.26).

O contato das mulheres aprisionadas com seus familiares deverá ser incentivado, principalmente com os filhos, e também com aquele que detém a guarda dos seus filhos, além disso serão adotadas medidas para a permanência da mulher em instituição próxima a sua residência. As visitas realizadas por crianças deverão acontecer em ambiente propício com contato direto entre pais e filhos. Em locais onde

a criança permanece junto à mãe encarcerada os funcionários deverão receber treinamento básico sobre atenção à saúde da criança (BRASIL, 2016, p.28).

Gestantes e lactantes deverão receber orientações sobre dieta e saúde com supervisão de um profissional qualificado, deverá haver local para façam exercício físicos regularmente. Mulheres presas não devem ser desestimuladas na amamentação. Nas decisões que concederem a permanência dos filhos com as mães nas prisões deverão ser embasadas sempre no melhor interesse da criança, que jamais poderão ser tratadas como presas (BRASIL, 2016, p. 33).

A decisão pela separação do filho da mãe encarcerada deverá ser realizada baseado na legislação nacional e sempre observando o melhor interesse da criança. Quando colocadas para viver com familiares e parentes deverá sempre ser oportunizado para o encontro entre mães e filhos, sempre levando-se em conta o melhor interesse da criança e quando a segurança não for comprometida. Será preferível sempre a pena não privativa de liberdade para mulheres gestantes, com filhos ou dependentes, e serão organizadas pesquisas sobre o número de crianças com mães encarceradas e o impacto dessa prisão em suas vidas, com o intuito de formular políticas públicas voltadas para o melhor interesse da criança (BRASIL, 2016, p. 36).

A realidade do encarceramento feminino e os discursos permissivos diante da permanência dessas mulheres em instituições prisionais acabam por demonstrar uma tendência jurisprudencial de não se aplicar as Regras de Bangkok. Assim, deve-se analisar se caso exista a concessão da prisão domiciliar para as mulheres gestantes e mães deve-se verificar se estará atendendo o direito à maternidade e ao melhor interesse da criança (NUNES, 2020, p. 56).

A estruturação jurídica não é estática, a evidência da realidade das crianças no cárcere cria a possibilidade do Estado, que formula e aplica as regras jurídicas, as políticas públicas e é o executor da pena privativa de liberdade, de reformular as estruturas para transformar as realidades dessas crianças. Existe uma pressão para a proteção dos direitos e interesses da criança que está com sua mãe aprisionada, sendo necessário um funcionamento da realidade na execução da pena que atenda esta realidade prisional (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 224).

A prisão domiciliar em certas situações não permite que a mulher saia a procura de um trabalho com a finalidade de subsistência da família, ou para exercer tarefas cotidianas, ou ainda para levar o filho ao lazer em espaço público e no meio ambiente,

ela e sua família acabam por ser cerceados de rotinas cotidianas simples comuns a todas as famílias. Dessa forma, uma análise da prisão domiciliar nestes termos demonstra que não são aplicadas efetivamente as regras de Bangkok, no sentido de garantir os direitos básicos das crianças, mas servem de garantia mínima para a dignidade da mulher aprisionada. Diante disso, os tribunais estaduais e superiores devem enxergar a realidade desse grupo e pôr em prática o texto internacional e o Marco Legal da Primeira Infância (NUNES, 2020, p.59).

É necessário enxergar que diante da realidade que se apresenta não há humanidade nas prisões brasileiras, tampouco humanidade no sistema punitivo, sendo a prisão um local de estigmatização, subalternidade e criminalidade. Qualquer alternativa que aperfeiçoe o modo de punir ajuda a perpetuar as formas de punição e opressão social.” Os esforços para humanizar o desumano é inútil e devem ser dirigidos para pensar novas formas de organização social que não sejam construídas com base em estruturas classistas, racistas e patriarcais” (NUNES, 2020, p. 65).

5.3 A APLICAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR PARA MULHERES, GESTANTES E RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS: UMA ANÁLISE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A pesquisa jurisprudencial propõe um caminho adequado para se compreender a eficácia das normas e para realizar uma análise da sua aplicação. Através da jurisprudência no endereço eletrônico do TJSC que representa o posicionamento do Poder Judiciário de Santa Catarina, é possível verificar se de fato está sendo concedida a prisão domiciliar para mulheres em determinadas circunstâncias, e evidenciar quais argumentos são utilizados pelo tribunal quando indeferem a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar.

Com a finalidade de filtrar as decisões de segundo grau relativas ao pedido de domiciliar decorrente da maternidade, utilizou-se a ferramenta de busca do site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina com as seguintes expressões de busca: “prisão domiciliar gestante”, no período entre 01 de março de 2018 e 01 de março de 2020. No recorte foram encontrados 63 acórdãos que contém as expressões, porém a partir

de uma leitura inicial dessas ementas foram selecionados somente os documentos que diziam respeito especificamente ao objeto desta dissertação, que dentre essas apenas 24 decisões interessam à presente. Nessas 24 decisões foram encontrados um total de 6 agravos de execução penal, 17 *Habeas Corpus* criminal e um embargo infringente e de nulidade.

Analisando as decisões do tribunal de justiça de Santa Catarina constatou-se que entre os agravos de execução penal nenhum concedeu o benefício de prisão domiciliar para a mulher, entre os 17 *habeas corpus* criminal houveram 04 decisões que concederam a prisão domiciliar, e o único embargo infringente e de nulidade existente também concedeu o benefício.

Nos agravos de execução, diante de todos os indeferimentos de substituição da prisão privativa de liberdade pela prisão domiciliar nos casos em que já existe a condenação e por isso já se fixou o regime de cumprimento, percebe-se um entendimento baseado naquilo que aponta a legislação. Nesse sentido o art. 117 da Lei de Execuções Penais apenas prevê a possibilidade de concessão de prisão domiciliar para os apenados que cumprem pena em regime aberto. Todavia, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que em casos excepcionais há a possibilidade de concessão da prisão domiciliar a presos que cumprem pena em outros regimes:

Situação diversa é o deferimento de prisão domiciliar durante a execução. Nos termos do art. 117, caput e inciso II, da LEP, a providência é admitida em hipóteses taxativas, mas a melhor exegese, extraída da evolução e do aperfeiçoamento das instituições na proteção aos direitos e às garantias fundamentais, permite inferir a viabilidade do recolhimento em residência em qualquer momento do cumprimento da pena, ainda que em regime fechado ou semiaberto, desde que a realidade concreta assim o recomende (AgRg no HC 517.011/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 15/10/2019).

Porém, percebe-se que a argumentação para a não concessão do benefício da prisão domiciliar ainda segue baseado apenas no texto da lei, como é o caso na ementa a seguir:

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – INDEFERIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR PARA LACTANTE – RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR COM FUNDAMENTO NO HC N. 143.641 E NO ART. 318 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – INVIABILIDADE – SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE JÁ TRANSITOU EM JULGADO – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS COMANDO LEGAIS DISPOSTOS NO ART. 117 DA LEP – APENADA EM REGIME SEMIABERTO – NENHUMA EXCEPCIONALIDADE DEMONSTRADA – DECISÃO MANTIDA. I – As hipóteses de concessão da prisão domiciliar elencadas no art. 318, V, do Código de Processo Penal e no HC n. 143.641

são, exclusivamente, para presas provisórias. II – A prisão domiciliar, em regra, só será admitida àquele que cumpre pena em regime aberto quando se tratar de condenado maior de 70 anos, ou acometido de doença grave, e condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental ou gestante. E, em situações excepcionais, aos apenados em regime semiaberto ou fechado, como quando comprovada a debilidade extrema por doença grave e a impossibilidade de recebimento do tratamento, ou, ainda, pela falta de estabelecimento penal adequado (STF, Súmula n. 56). RECURSO DESPROVIDO (Agravado de Execução Penal n. 0007908-05.2019.8.24.0033 Relator: Desembargador Zanini Fornerolli).

No Agravado de Execução Penal n. 0008379-60.2019.8.24.0020, da comarca de Criciúma Vara de Execuções Penais em que é Agravante Mônica Cristina Lamim e Agravado Ministério Público do Estado de Santa Catarina a Quinta Câmara Criminal decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento. A agravante cumpre pena privativa de liberdade de 5 (cinco) anos de reclusão em regime semiaberto pela prática do delito descrito no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. Existe a possibilidade de concessão de prisão domiciliar, mesmo no regime fechado, porém, ainda que seja possível a concessão da benesse em regimes diversos do aberto para os desembargadores há necessidade de comprovação de que causa excepcional para justificar a concessão, que não ocorreu no caso em questão. A decisão de primeiro grau apontou que a Penitenciária Feminina de Criciúma tem condições de acolher e fornecer cuidados a gestantes, e por isso, ainda que se saiba que a gestação é fase peculiar para gestante e para o feto, com necessidade de maiores cuidados, o pleito não foi concedido (Agravado de Execução Penal n. 0008379-60.2019.8.24.0020, de Criciúma Relator: Desembargador Antônio Zoldan da Veiga).

Em algumas circunstâncias de concessão da benesse em 1º grau, o Ministério Público inconformado recorre da decisão que havia concedido a prisão domiciliar:

RECURSO DE AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE DEFERE PRISÃO DOMICILIAR. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RECOLHIMENTO DOMICILIAR. 1. FILHOS MENORES (LEP, ART. 117, III). FAMÍLIA AMPLIADA. IMPRESCINDIBILIDADE DA PRESENÇA. 2. MULHER COM FILHO MENOR DE DOZE ANOS (CPP, ART. 318, V). TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO. CONDENAÇÃO RECORRIDA. ARMAZENAMENTO DE DROGAS EM CASA. ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTE. 1. Se o estudo social informa que os filhos menores de idade estão sob os cuidados de outros familiares e, ainda que existentes dificuldades naturalmente advindas da situação que foi criada pela postura ilícita da mãe, não há prova nos autos de que esta é imprescindível aos cuidados deles, os quais não estão em condição de vulnerabilidade social, é inviável a concessão de prisão domiciliar somente em razão da condição objetiva da maternidade. 2. Não é devida a concessão de prisão domiciliar na hipótese de mulher com filho menor de 12 anos de idade se ela foi condenada em Primeira Instância a mais de uma década de reclusão em razão da prática de tráfico e associação para tal finalidade, tendo sido apreendida na residência em que morava com sua

prole mais de um 1kg de maconha e de cocaína, mais de 200g de crack e quase duas centenas de comprimidos de droga sintética, e se tais condutas envolveram diretamente adolescente e era praticada à vista das crianças da vizinhança. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (Agravado de Execução Penal n. 0009037-30.2019.8.24.0038, de Joinville Relator: Des. Sérgio Rizelo).

Neste agravo de execução o Ministério Público argumenta que apenas ser mãe de filhos com menos de 12 anos não justifica a concessão da benesse, acrescenta que na casa da reeducanda existiam materiais que comprovam seu envolvimento com o tráfico de drogas, e ainda que a mesma não era imprescindível aos cuidados dos filhos. A Segunda Câmara Criminal decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso e, por maioria, dar-lhe provimento, vencida a Desembargadora Salete Silva Sommariva que em seu voto argumenta que a lei não traz a exigência de que a mulher seja a única responsável pelos filhos, bastando para tanto que tenha com menos de 12 anos e que o crime não seja cometido com violência ou grave ameaça (Agravado de Execução Penal n. 0009037-30.2019.8.24.0038, de Joinville Relator: Des. Sérgio Rizelo).

Apesar de constar no Habeas corpus coletivo da Corte Suprema a ordem de concessão da benesse de prisão domiciliar independentemente do crime ter relação com o tráfico de drogas, nota-se que em algumas decisões é o argumento utilizado para a o indeferimento do pedido, segue ementa do habeas corpus :

HABEAS CORPUS. PACIENTE DENUNCIADA PELA PRÁTICA EM TESE DO CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES (ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/06). PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR PARA A PACIENTE GENITORA DE 2 FILHOS MENORES DE 12 ANOS, COM FULCRO NO ART. 318, V, DO CPP. NORMA NÃO APLICADA AUTOMATICAMENTE. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO QUE NÃO AUTORIZAM A CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR. OBSERVÂNCIA AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE. ORDEM DENEGADA. - Não se desconhece as alterações do Código de Processo Penal (realizadas pela Lei n.º 13.769/2018) sobre a possibilidade de a prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência seja substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça, bem com o não tenha praticado o delito contra seu filho ou dependente. In casu, a paciente foi denunciada por tráfico de drogas. A isso, ainda, se soma o fato de que os entorpecentes e os materiais destinados a mercancia foram apreendidos na residência, na qual viviam os menores. (TJSC, Habeas Corpus (Criminal) n. 4012269-96.2019.8.24.0000, de Urubici, rel. Júlio César M. Ferreira de Melo, Terceira Câmara Criminal, j. 14-05-2019).

Através das decisões percebe-se um ciclo de violência institucional que se perpetua quando um pedido de substituição de prisão preventiva por prisão domiciliar

é negado em razão da natureza do crime estar relacionado ao tráfico de drogas, desse modo, “apenas se retroalimentam as consequências nefastas do encarceramento para a família” (SIMAS et al, 2015, p. 567).

É pertinente analisar que a argumentação utilizada pelos desembargadores para negar o pedido de prisão domiciliar é que a lei não obriga a concessão da medida, ainda que a mulher tenha se enquadrado nas situações em que é autorizada a benesse. Os julgadores acreditam que deve ser analisado cada caso concreto, porém ao se utilizar da discricionariedade conferida a eles por lei, muitas mulheres têm seu pedido negado (BRAGA; FRANKLIN, p. 367).

É imperioso destacar que das 24 decisões analisadas 18 têm relação com o crime de tráfico ilícito de entorpecentes, e por isso argumentar que o indeferimento do benefício se deu em virtude do crime cometido pela mulher demonstra um descompasso com a realidade prisional brasileira, tornando a ordem da Corte Suprema, a legislação nacional e o texto internacional ineficaz, já que recairiam sobre uma ínfima parcela das mulheres aprisionadas que não possuem ligação com o tráfico de entorpecentes.

O acompanhamento em outubro de 2018 do cumprimento da ordem concedida pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF em habeas corpus coletivo orientou que o entendimento de que a mãe que trafica põe sua prole em risco e, por este motivo, não é digna da prisão domiciliar, não encontra amparo legal e distoa do ideal do *habeas corpus* coletivo. “não há razões para suspeitar que a mãe que trafica é indiferente ou irresponsável para o exercício da guarda dos filhos, nem para, por meio desta presunção, deixar de efetivar direitos garantidos na legislação nacional e supranacional” (BRASIL, STF, 2018, p. 6).

A apenas Rosângela Silva Bortollo, condenada pelo delito de tráfico ilícito de entorpecentes na comarca de Itajaí, interpôs embargos infringentes contra decisão proferida pela Primeira Câmara Criminal nos autos do Agravo em Execução Penal n. 0009443-37.2017.8.24.0033 que negou provimento ao recurso no sentido de indeferir pleito relacionado à prisão domiciliar. Ela alegou que preenche os requisitos para a concessão da benesse, já que é mãe de filhos com menos de 12 anos. É importante destacar que a paciente é mãe de 7 filhos menores de idade, dois deles contando com menos de 6 anos, que foram separados em 3 núcleos familiares distintos, além disso a requerente é gestante. Diante da realidade aqui exposta seguem trechos da decisão que concedeu o benefício da prisão domiciliar:

No mais, deve-se ter em mente que o deferimento do benefício em questão se revela muito mais como forma de proteção ao infante – longe da coexistência com seu ente querido mais próximo por razões que fogem ao seu conhecimento –, resguardado-se seus direitos enquanto ainda em etapa de crescimento físico e intelectual, do que um privilégio à genitora, a qual sofre não só em face do distanciamento da prole, mas em razão das condições insalubres dos presídios atuais.

Ressalta-se, no mais, que não se está a minimizar a prática delitiva atribuída à embargante, pois condenada pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes, entretanto, por suas condições pessoais e com escopo nos direitos dos menores de idade envolvidos nos desdobramentos dos fatos, há que se fazer um melhor juízo, principalmente em se tratando de 8 (oito) filhos ainda em estágio primitivo de vida (Embargos Infringentes e de Nulidade n. 0000616-05.2018.8.24.0000, de Itajaí Relatora: Desa. Salete Silva Sommariva).

Piovesan (2017) destaca que para ter sucesso a recepção dos tratados internacionais dos direitos humanos no Brasil é necessário que, nas palavras da autora, exista “ampla sensibilização dos agentes operadores do Direito”, o torna concreto o exercício do direito à cidadania.

Em uma outra decisão de agravo de execução, não incluída entre as especificadas na presente dissertação, porém interessante no aspecto de visualizar a argumentação utilizada nas decisões traz a seguinte frase:

A vulnerabilidade da criança não pode ser usada como subterfúgio para a concessão de prisões domiciliares, o benefício representa uma clemência aos frágeis dependentes de genitoras em confronto com a lei, e não anuência à vida criminosa ativa dessas mães (Agravo de Execução Penal n. 0007318-67.2019.8.24.0020, de Criciúma Relator: Desembargador Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva).

O debate de gênero já está conectado ao tema maternidade, nos julgamentos criminais onde envolvem mulheres mães ou gestantes essa conexão fica evidente. Foram identificadas duas tendências no julgamento de mulheres gestantes ou puérperas, uma que concede a prisão domiciliar e que acredita que a maternidade é uma espécie de salvação que irá retirar a mulher da vida criminosa, e outra que nega o pedido e se sustenta de que a conduta criminosa da mulher não condiz com uma maternidade imprescindível para o cuidado com os filhos (BRAGA; FRANKLIN, p. 351).

5.4 PARA ALÉM DA PRISÃO DOMICILIAR: ALTERNATIVAS PARA CRIANÇAS COM MÃES ENCARCERADAS

O exercício da maternidade para mulheres aprisionadas é obstaculizado e negligenciado, isso devido a sobreposição da pretensão punitiva em detrimento dos direitos maternos garantidos às mulheres presas (BRAGA; FRANKLIN, p. 370). Por isso, ainda que à mulher seja concedido o benefício da prisão domiciliar, é necessário que exista um acompanhamento no sentido de diagnosticar as necessidades daquele núcleo familiar e colaborar com a formação e manutenção de um ambiente saudável para a mulher e seus filhos.

O projeto Amparando Filhos “Transformando Realidades com a Comunidade Solidária” surgiu em 2015 através do Poder Judiciário do Estado de Goiás pela iniciativa do juiz Fernando Augusto Chacha de Rezende, o projeto baseia-se nos princípios da intervenção precoce, no princípio da proteção integral e melhor interesse da criança, além disso tem como norte as Regras de Bangkok (regras mínimas para mulheres presas).

Com a percepção dos efeitos prejudiciais que podem trazer o encarceramento das mulheres mães o projeto volta-se para tentar proteger os filhos das mulheres que se encontram recolhidas em unidades prisionais. O objetivo é acompanhar o desenvolvimento e apoiar as crianças e adolescentes com mães encarceradas incentivando o processo de desenvolvimento das habilidades individuais, interpessoais, comunitárias, psicológicas e sociais, fortalecendo suas vidas para afastar o histórico de crime dentro da família.

São objetivos específicos do projeto:

- Articular/promover junto à rede de proteção, ações que estimulem a participação e o protagonismo das crianças e adolescentes na construção de mecanismos para o fortalecimento da resiliência;
- Garantir assistência biopsicossocial a esses menores, no sentido de fortalecê-los para o enfrentamento dos problemas sócio familiares, escolar e comunitário advindos da situação vivenciada;
- Estimular a criação de espaços de encontros e socialização mãe/filhos em ambiente favorável (não constrangedor) para as visitas e encontros (regras nº 26 e nº 28 das Regras Mínimas de Bangkok da 65ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas);
- Evitar situação de vulnerabilidade prevenindo, assim, possíveis, condutas infratoras futuras;
- Regularizar, se o caso recomendar, a guarda de fato, durante o período em que a mãe permanece encarcerada, visando possibilitar mecanismos legais de atuação em todos os níveis (educacional, assistencial, moral, dentre outros) para o responsável de fato;
- Estimular a participação da comunidade solidária quanto ao apadrinhamento material das crianças/adolescentes. (TJGO, 2020).

Para justificar sua realização, o projeto baseia-se nos efeitos prejudiciais do encarceramento materno no desenvolvimento de seus filhos nascidos na prisão, já que o primeiro vínculo afetivo familiar da criança é com a mãe presa, e é a família a primeira instituição onde a criança deve encontrar suporte para o desenvolvimento saudável.

Veronese (2017, p.137) assinala que “a família se constitui em instituição primeira no cuidado, na administração de todos os componentes indispensáveis ao pleno desenvolvimento de sua prole”. A autora ainda afirma que a sociedade, a comunidade e a família devem assumir seu papel na proteção integral, e cabe ao Estado com políticas sociais, por meio de ações diretas a promoção de projetos ou programas para crianças e adolescentes usufruírem seus direitos (VERONESE, 2017, p.137).

As etapas para implementação do projeto são:

1. Identificar entre a população carcerária feminina as que são mães e, após, seus filhos.
2. Em seguida, determinar, nos termos do art. 153 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, visita da equipe multidisciplinar da Rede de Proteção à residência da criança ou adolescente e observar as Regras Mínimas para Mulheres Presas (65ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas).
3. Sequencialmente, estabelecer o plano de atendimento e, se o caso recomendar, as medidas específicas de proteção estipuladas nos incisos do parágrafo único do art. 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
4. Articular com a Rede de Proteção o amparo pedagógico, psicológico, afetivo e financeiro – com a sociedade civil organizada – para que o menor continue saudável e em pleno desenvolvimento físico, mental, social e moral.
5. Regularizar, se o caso recomendar, a “posse de fato” do menor, para que o guardião passe a responsabilizar-se pela definição e contornos atinentes à assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente.
6. Buscar parcerias para amparar os adolescentes quanto à formação profissional;
7. Solidificar a participação da sociedade civil organizada, inclusive, no que diz respeito ao apadrinhamento material (TJGO, 2020).

O projeto conta com apoio de qualquer pessoa ou instituição interessada em ajudar, podem contribuir tanto empresas como entidades filantrópicas, clubes de serviços, entidades de classes e associações.

Para o aperfeiçoamento da justiça o projeto já demonstra alguns resultados como restauração de imóvel que estava com telhado quebrado onde morava filha e mãe de detenta; acompanhamento psicológico integral para os filhos e responsáveis de fato; vistas humanizadas com a ausência do elemento prisão ressaltando o vínculo mãe e filho; construção de brinquedoteca na lateral de unidade prisional visando o encontro entre filhos e genitores presos (mulheres e homens); relatórios psicossociais

com apontamento de significativa melhora através do fortalecimento do vínculo materno-infantil; nas visitas são realizadas atividades lúdicas; as mães sabem que os filhos estão sendo bem cuidados durante a permanência no cárcere; diminuição da reincidência no crime e não inserção dos filhos da vida criminosa; parceria com Sesc e Sesi para realização de cursos profissionalizantes; entre outros (INOVARE, 2020).

O juiz Fernando Augusto Chacha de Rezende do Tribunal de Justiça de Goiás destacou que pesquisas recentes demonstraram que três fatos importantes como a desestruturação familiar, ausência da cuidadora primária (mãe) e estigmatização dessas crianças e adolescentes influenciam negativamente no seu desenvolvimento (REZENDE, 2019).

Outro projeto, o Programa Mulheres Livres, foi criado pelo Departamento Penitenciário Nacional - Depen, órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, e possui o escopo de desencarcerar mulheres gestantes e mães de crianças de até 12 anos. A estratégia é diminuir a vulnerabilidade das famílias com mulheres (mães e gestantes) encarceradas criando oportunidades de reintegração social. O projeto propõe que após a liberação da unidade prisional exista um apoio do Sistema Único de Assistência Social, rede formada por CRAS e CREAS, além de centrais de alternativas penais e serviços de referência aos egressos, onde se buscará proporcionar a essas mulheres abrigo, documentação e alguns benefícios relativos à assistência social (MJ, 2020).

Santa Catarina foi um dos primeiros Estados a implantar o Projeto em seu sistema prisional que funciona do seguinte modo: a mulher quando adentra a unidade prisional deve preencher um formulário com informações sobre quantos filhos possuem, idade dos filhos, delito cometido, entre outros. Quando a mulher é beneficiada com a liberação do estabelecimento prisional é feito um contato telefônico para obter informações se existe alguma necessidade de acompanhamento. Se a mulher informar que não há necessidade de auxílio um outro contato telefônico deverá ser feito em 6 meses, caso ela precise de algum acompanhamento será feito um encaminhamento para auxílio de emprego, educação, CRAS, CREAS, defensoria ou advogado, dependendo da necessidade daquele momento (SAP, 2020).

O Projeto Mulheres Livres, o único instituído pela Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa de Santa Catarina, percebe-se uma conduta ainda muito tímida por parte dos seus executores. As mulheres encarceradas fazem parte de um grupo vulnerável da sociedade, é necessário antes de tudo conhecer a realidade social

de cada uma para realizar uma proposta eficiente e que dê dignidade a elas e a suas famílias.

No Brasil não existe uma perspectiva no âmbito da execução penal ou órgãos correlatos no sentido solucionar os problemas da “criança encarcerada” buscando-se a proteção integral, existem experiências pontuais no país que confirmam a regra (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 264). Ao final existe um receio de que os filhos das mulheres encarceradas continuem “cuidados” com base em uma política voltada à segurança e disciplina, em ambientes violentos, permanecendo a violação dos direitos da criança e à margem da proteção integral (VIEIRA; VERONESE, 2016, p. 292).

Os projetos, ainda que não implementados em todos os Estados brasileiros, demonstram um pequeno passo em relação a todo o caminho que o poder público deveria percorrer no sentido de trazer dignidade às mulheres aprisionadas e seus filhos. Ainda assim, representam uma tentativa de reintegração social dessas mulheres e uma busca pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Mesmo muito longe do ideal, estes projetos podem significar muito para a vida destas mulheres. Saber que os filhos estão amparados mesmo quando não estão por perto é um alento às aprisionadas, e saber que quando estiverem em liberdade existirá uma oportunidade de vida digna é uma esperança.

CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou traçar algumas considerações sobre o tema que o originou, voltado principalmente ao direito à convivência familiar dos filhos das pessoas privadas de liberdade, e especialmente no sentido de demonstrar que as violações de direitos tanto da pessoa presa como de seus filhos trazem consequências para a vida familiar.

Cotidianamente crianças e adolescentes são levados pelos seus familiares ou responsáveis às unidades prisionais de todo o país para visitar seus pais presos, assim os filhos têm garantido seu direito à convivência familiar e o direito da pessoa presa em receber visitas fica assegurado.

A compreensão da trajetória dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo foi um longo percurso percorrido para a superação da doutrina da situação irregular e do direito menorista para finalmente ocorrer a instituição da doutrina da proteção integral. Nesta nova perspectiva há o elo entre família, sociedade e Estado onde todos conjuntamente ficam responsabilizados pela garantia de desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes.

Na seara da convivência familiar debruçou-se sobre a perspectiva que direitos humanos e convivência familiar se entrelaçam. É no seio familiar que ocorre o desenvolvimento de seus indivíduos, a família é a base de apoio material e humano. Quando se abordou o princípio da afetividade percebeu-se que ele precede questões biológicas ou patrimoniais, ou seja, relações familiares são norteadas pelo afeto, é dentro da família que a criança e adolescentes percebem seu papel dentro dela própria e da comunidade em que está inserida.

As visitas às instituições prisionais garantem a manutenção do vínculo familiar dos filhos com seus genitores presos, posto que os laços de afeto dentro de um núcleo familiar são originados da convivência entre os seus membros. A existência do afeto na família é evidente fator de desenvolvimento harmonioso para as crianças e adolescentes, responsável pela construção de sua personalidade.

Mesmo dentro de estabelecimentos prisionais a manutenção do vínculo afetivo entre pais e filhos traz grandes reflexos para ambos. A afetividade surge através dos relacionamentos e influencia o bom desenvolvimento de todos os membros daquele

núcleo familiar. Por isso torna-se evidente que a manutenção do vínculo familiar entre pais e filhos mesmo dentro das prisões é essencial.

No sentido de preservar a convivência familiar entre pais presos e seus filhos não há aspectos negativos quando o ambiente envolvido é de cuidado, harmonia e amor entre todos os seus membros. O problema surge quando as crianças e adolescentes são levados aos estabelecimentos prisionais para a manutenção desse vínculo familiar, visto que prisões são lugares conhecidos por seus ambientes violentos, insalubres, incapazes de observar a dignidade humana daqueles lá segregados.

Percorrer a história do cárcere catarinense demonstrou que as estruturas prisionais foram construídas para a recepção de presos masculinos, como o número de mulheres presas em relação ao número de homens é bem inferior, a elas foi dado pouca visibilidade e importância para construção das estruturas penitenciárias.

Demonstrou-se que apenas metade dos seus estabelecimentos prisionais possuem local destinado à visitação, ou seja, não existem espaços para a visita, sendo assim elas ocorrem dentro de suas estruturas, nos pátios utilizados para banho de sol. Este cenário demonstra um total descompasso com a proteção integral das crianças e adolescentes visitantes, realizar a visita no precário ambiente prisional por si só já demonstra uma violação de direitos, não ter um local apropriado para a recepção das crianças e adolescentes demonstra um total descaso por parte do Estado para garantia do melhor interesse dessas crianças.

Em relação ao perfil do visitante no cárcere catarinense nota-se que é composta majoritariamente por mulheres, elas são um total de 46.419, enquanto os homens são 22.659, ou seja, mais que o dobro. Nesse sentido, as mulheres demonstram grande preocupação com o seu familiar aprisionado, as dificuldades cotidianas, a rotina de filas e revista nas entradas dos estabelecimentos, permanecer horas dentro de uma unidade prisional durante a visita, nada disso impede que no dia específico elas estejam prontas para a visitação. Além disso, percebe-se que o número de crianças também é alto, são 10.222 cadastradas no sistema Ipen, porém quando comparamos o sexo notamos que não existe nenhuma disparidade entre meninos e meninas. Os dados demonstram que as mulheres são as verdadeiras responsáveis pela manutenção da convivência familiar entre os membros do seu núcleo familiar, elas realizam a visita e levam os filhos para a manutenção do vínculo afetivo com os pais encarcerados.

Assim, na representação das mulheres encarceradas, constatou-se que há um julgamento duplo que recai sobre elas, um advém da construção do modelo de mulher ideal idealizado pela sociedade, e outro pelo Direito devido ao seu desvio da lei penal. Além da prisão e do estigma enfrentado pela conduta oposta da mulher e mãe ideal, pesa sobre elas a questão da maternidade já que muitas são mães.

As prisões são espaços insalubres com muitos relatos de violência e violação de direitos. São em sua grande maioria espaços masculinos adaptados para a recepção de mulheres, longe do ideal para abrigar qualquer ser humano. Existe uma invisibilidade das mulheres na construção de políticas públicas voltadas para o sistema penitenciário deixando de observar as especificidades femininas, nesse sentido, abrigar gestantes nos estabelecimentos prisionais mostra-se uma violação de direitos humanos, além disso os poucos locais construídos especificamente para abrigar as gestantes e as mulheres puérperas e seus filhos demonstram que a organização desses espaços contribui para uma violação institucionalizada. Crianças acompanhando suas genitoras aprisionadas são um exemplo de entendimento limitado da proposta da proteção integral, não há como falar em dignidade sem existir uma maternidade e desenvolvimento infantil livre dos muros da prisão.

Por fim, vislumbra-se nas Regras de Bangkok influenciou na decisão do Supremo Tribunal Federal quando concedeu *habeas corpus* coletivo a todas as mulheres gestantes e mães de filhos com até 12 anos que estão presas preventivamente, com algumas exceções, e a legislação nacional no sentido de normatizar a concessão do benefício da prisão domiciliar como uma alternativa ao alcance da proteção integral.

Fazendo uma análise das decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, constatou-se que a grande maioria não concede a substituição da prisão restritiva de liberdade pela prisão domiciliar, o encarceramento tem predominado mesmo quando há opções de outras alternativas que não a prisão. A argumentação em grande parte é devido à falta de comprovação de prescindibilidade da mãe com o filho, reforçando a ideia da mulher criminosa que não serve de bom exemplo no lar.

Nessa direção apenas se concretizam as violências institucionais que trazem grandes consequências para a família da mulher aprisionada. A prisão da mulher repercute em seus filhos, principalmente naqueles que nascem e permanecem na prisão, implicando grave violação de direito fundamental.

No sentido de auxiliar a manutenção do convívio familiar sadio foram criados projetos que auxiliam uma visita que não remeta à prisão, e que propõem colaborar sanando as necessidades da mulher que sai da prisão com encaminhamento para estudo e trabalho, por exemplo. Os projetos demonstram um interesse dos envolvidos em auxiliar a mulher e sua família na construção de uma vida mais digna, porém ainda são muito limitados.

Antes de mais nada é necessário debater o tema da mulher encarcerada e que possui filhos, é necessário dar visibilidade a elas para então construir políticas públicas voltadas às suas especificidades. Deve-se repensar o modelo social vigente.

Uma proposta de projeto que busque ser eficaz inicialmente deve procurar saber as necessidades específicas da mulher aprisionada que possui filhos. No momento da prisão da mulher deve haver um acompanhamento jurídico, psicológico e social que busque diagnosticar a realidade em que está inserida ela e seus familiares, desse modo é possível traçar situações de vulnerabilidade que devem ser trabalhadas.

Caso a mulher permaneça encarcerada seus familiares não devem ficar desamparados, principalmente quando há crianças e adolescentes envolvidos. Os laços afetivos devem permanecer através de visitas periódicas em locais salubres que não remetam à ideia de prisão, além disso deve haver um acompanhamento que faça o diagnóstico das necessidades da família já que a prisão de um membro traz consequências psicológicas e financeiras para todo o núcleo familiar.

Quando a mulher que possui filhos não permanece presa e recebe o benefício da prisão domiciliar não termina a responsabilidade do Estado. Desse modo deve haver um diagnóstico do ambiente familiar para identificar as vulnerabilidades daquele núcleo e assim oferecer um auxílio que seja efetivamente eficaz. O acompanhamento desta mulher e seus filhos deve ser presencial e contar com apoio jurídico, psicológico e social capaz de realizar o diagnóstico das reais necessidades e oferecer auxílios no campo da moradia, alimentação, vestuário, educação e trabalho digno para todos. Assim pode-se dizer que os direitos de todos os envolvidos foram observados, que foi oferecida uma alternativa digna para a mulher mãe permanecer com seus filhos e o mais importante, se criou a oportunidade para a família, a sociedade e o Estado possibilitarem à criança e adolescente um desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gelson Rozentino de. A Crise do Sistema Penitenciário: Capitalismo, Classes Sociais e a Oficina do Diabo. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História: Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1416.pdf>> Acesso em: 14 de out de 2020.

ANGOTTI, Bruna. Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo - SP. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-1106_2012-145419/pt-br.php> Acesso em: 21 de jun. de 2020.

ANTONY, Carmen. Panorama de la situación de las mujeres privadas de libertad en América Latina desde una perspectiva de género. Dentro del Seminario Taller Violencia Contra las Mujeres Privadas de Libertad en América Latina. Fundación para Debido Proceso Legal. Actualizado, v. 12, n. 13, p. 04, 2003. Disponível em: <<https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/2970/panorama-sin-libertad.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 26 de set. de 2020.

ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de. Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro: seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861. 2009. 328 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280976>>. Acesso em: 12 de ago. de 2018.

ALMEIDA, Suellen Santos Lima de. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): Análise documental e percepção dos profissionais do Município de Nova Lima – MG. Tese em Saúde Coletiva. Instituto René Rachou, 2017. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/33927/2/T_2017_SuellenAlmeida.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2020.

AMARAL, Maísa Feliciano; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. Mães e filhos atrás das grades: um olhar sobre o drama do cuidar de filhos na prisão. Revista Enfermagem Contemporânea, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/836>> Acesso em: 20 de out. de 2020.

ANGELUCI, Cleber Affonso. O valor do afeto para a dignidade humana nas relações de família. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Divisão jurídica, n. 44, Faculdade de Direito de Bauru, set.-dez. 2005.

AROUCA, Ana Carolina Bergamaschi et al. A união de vidas em nome do afeto e o direito. 2018. Tese em Direito Civil Comparado PUC - SP Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/20800/2/Ana%20Carolina%20Bergamaschi%20Arouca.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2020.

BARCINSKI, Mariana; ALTENBERND, Bibiana; CAMPANI, Cristiane. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 2245-2254, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014000702245&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 22 de out de 2020.

BARROS, Sérgio Resende de. Direitos humanos da família: dos fundamentais aos operacionais. 2003. Disponível em: <<http://www.srbarros.com.br/pt/direitos-humanos-da-familia--principiais-e-operacionais.cont>> Acesso em: 15 de maio de 2020.

BARROS, Sérgio Resende de. A tutela constitucional do afeto. *Anais: Família e dignidade humana*. Belo Horizonte: IBDFAM : IOB Thompson, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001788772>> Acesso em: 25 de maio de 2020.

BERTIN, Enidelce. Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-120222/pt-br.php>> Acesso em: 16 de set. de 2020.

BICUDO, Hélio. Defesa dos direitos humanos: sistemas regionais. *Estud. av.*, São Paulo , v. 17, n. 47, p. 225-236, Apr. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100014&lng=en&nrm=iso> Acesso em 29 de nov. de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 de maio de 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei. 8.069. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 03 de maio de 2020.

BRASIL. Orientações técnicas sobre o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília: Ministério da Assistência Social, 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf> Acesso em 20 jul. de 2020.

BRASIL, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/PNCFC%20%2028_12_06%20%20Documento%20Oficial%20_2_.pdf/view> Acesso em 10 de ago. de 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Diretrizes básicas para arquitetura prisional. Revisão técnica (ortográfica e metodológica): Gisela Maria Bester. - Brasília: CNPCP, 2011. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-cnpcp-construcao-prisoas.pdf>> Acesso em 22 de out. de 2020.

BRASIL. Comissão Permanente da Infância e Juventude do Grupo Nacional dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça. Nota técnica n. 001 de 2014. Disponível em: <<http://crianca.mppr.mp.br/2014/04/11786,37/>> Acesso em: 23 de jul. de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Biblioteca. Disponível em: <[ibge https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catálogo.html?id=441169&view=detalhes](https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catálogo.html?id=441169&view=detalhes)> Acesso em: 03 de jul. de 2020.

BRASIL, Lei de Execução Penal. Lei n 7.210 de 11 de Julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm> Acesso em: 31.07.2020.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 20 de jul. de 2020.

BRASIL. Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/ Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça – 1. Ed – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf>>. Acesso em: 6 de maio de 2020.

BRASIL. Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Conselho Nacional de Justiça. Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016. Disponível em < <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>> Acesso em 12 de maio de 2020.

CABRAL, Vera Monteiro Larica. Política de estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3203_Vera_Monteiro_Larica_Cabral.pdf> Acesso em: 17 de maio de 2020.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. Princípio da afetividade no direito de família. Rio de Janeiro: Renovar, 2013. Disponível em: <<https://unicorp.tjba.jus.br/wp-content/uploads/2020/01/12-Principio-da-Afetividade-no-Direito-de-Familia.pdf>> Acesso em: 11 de maio de 2020.

CARNEIRO, Zaira Severino; VERÍSSIMO, Maria de La Ó. Ramallo. Gestação e desenvolvimento de beb es em situação de cárcere. Extensão em A  o, v. 2, n. 11, p. 39-49, 2016. Disponível em <<http://periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/11829>> Acesso em 26 de out. de 2020.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; FROSI, Vitor Eduardo. O afeto como valor jurídico. XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010. Disponível em:<<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/Manaus/arquivos/anais/fortaleza/3911.pdf>> Acesso em: 19 de abr. de 2020.

CESAR, Tiago da Silva. Estado, sociedade e o nascimento da prisão na América Latina. *MÉTIS: história & cultura*, v. 12, n. 23, jan./dez. 2013. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1713>> Acesso em: 28 de jun. 2020.

CHIAVERINI, Tatiana et al. Origem da pena de prisão. 2009. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em:<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/8885/1/Tatiana%20Chiaverini.pdf>> Acesso em: 18 de jul. 2020.

COLOMBAROLI, Ana Carolina de Moraes. Violação da dignidade da mulher no cárcere: restrições à visita íntima nas penitenciárias femininas. Brasil; Presidência da República; Secretaria de Políticas para Mulheres. (Org.). 7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Brasília: Presidência da República, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. Saraiva Educação SA, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCCP). Diretrizes Básicas da Arquitetura Prisional.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Geopresídios - Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais. Disponível em:<<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/geopresidios-page/>> Acesso em: 29.06.2020.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Natureza e implantação do novo direito da criança e do adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069.90: estudos sociojuridicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

COSTA, Mariana Amoedo; BARBOSA, Anália da Silva. Mulheres encarceradas e o exercício da maternidade: discutindo o trinômio mulher, criança e rede familiar. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277859738_ARQUIVO_Trab.Oral-17junho.pdf> Acesso em: 18.05.2020.

CUSTÓDIO, André Viana. Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do direito da criança e do adolescente. In: Revista do Direito, v. 29, p.22-43, 2008. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/657>> Acesso em 12 de maio de 2020.

ELIAS, Roberto João. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva, 2005.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Instrução Normativa n.01 de 12 de dezembro de 2019. Disponível em:<<http://www.deap.sc.gov.br/index.php/downloads/legislacao-e-normativos>> Acesso em: 27.07.2020.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) Jun. 2017. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>> Acesso em: 20.07.2020.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade. Brasília: Ministério da Justiça: 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf> Acesso em: 25.06.2020.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 66.

DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena CDV; VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, p. 727-747, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/physis/2017.v27n3/727-747/>> Acesso em: 17.09.2020.

DOMINGUES, Cecília Barchi; DA SILVA, Elizete Mello; MARIN, Maria Angélica Lacerda. Mães encarceradas e filhos do crime: a realidade de uma geração invisível. Disponível em: https://www.fema.edu.br/index.php/noticias-pagina_/894-not-fema-transex. Acesso em: 01.10.2019.

FOCHI, MCS; HIGA R; CAMISÃO AR; TURATO ER; LOPES MHB. Vivências de gestantes em situação de prisão. *Rev. Eletr. Enfermagem*. vol. 9, 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.5216/ree.v19.46647>> Acesso em: 02.10.2020.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Ártemis*, v. 18, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/532dbcf758d86f0d369228fde9f7959c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4708196>> Acesso em: 28.09.2020.

FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves; BRAGA, Ana Gabriela. Quando a casa é a prisão: uma análise de decisões de prisão domiciliar de grávidas e mães após a lei 12.403/2011. *REVISTA QUAESTIO IURIS*, v. 9, n. 1, p. 349-375, 2016. Disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/18579>> Acesso em 06 de nov. de 2020.

FURTADO, Antônia Gomes; DE MORAIS, Klênia Souza Barbosa; CANINI, Raffaella. O direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: construção histórica no Brasil. *Serviço Social em Revista*, v. 19, n. 1, p. 131-154, 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/novaes/Downloads/23712-127870-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/novaes/Downloads/23712-127870-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 25.05.2020.

GRAZIOSI, Mariana. *Infirmitas sexus: La mujer en el imaginário penal*. Nueva Doctrina Penal, Buenos Aires, p. 55-95, 1999. Disponível em < <https://docplayer.es/61782978->

Infirmas-sexual-la-mujer-en-el-imaginario-penal.html> Acesso em 22 de ago. de 2020.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Os contornos jurídicos da responsabilidade afetiva na relação entre pais e filhos—além da obrigação legal de caráter material. Repertório de Jurisprudência IOB.[SI], v. 3, n. 18, 2006. Disponível em: <http://conversandocomoprofessor.com.br/artigos/arquivos/os_contornos_juridicos_da_responsabilidade_afetiva.pdf> Acesso em: 14 de maio de 2020.

INNOVARE. Projeto Amparando Filhos “Transformando Realidades com a Comunidade Solidária”. Edição XIII de 2016. Disponível em <<https://www.premioinnovare.com.br/pratica/projeto-amparando-filhos-transformando-realidades-com-a-comunidade-solidaria/print>> Acesso em 17 de jul. de 2020.

INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES. World prison brief. 2018. Disponível em:<<https://www.prisonstudies.org/>> Acesso em: 03 de jul. de 2020.

JARDIM, Ana Caroline Montezano Gonsales. Famílias e prisões: (sobre)vivências de tratamento penal. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/files_websites/dev6/websites/417/anexos/ANA_CAROLINE_GONSALES_JARDIM_1878.pdf> Acesso em: 30 de nov. de 2020.

JUNIOR, João Paulo Roberti. Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. Revista da UNIFEFE, v. 1, n. 10 Jan/Jul, 2012.

LERMEN, Helena Salgueiro, BATISTA, Martinho Braga. Corpos em revista: etnografia com visitantes em prisões femininas. Teoria e Cultura 15.1 (2020). Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/27658>> Acesso em: 28.06.2020.

LIMA, Fernanda da Silva, SOUZA, Ismael Francisco de, LINO, Pâmela Guimarães. Infância, discriminação e adoção: o direito à convivência familiar e comunitária às avessas no Brasil [recurso eletrônico] /— Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2018.

LÔBO, Paulo. Princípio da solidariedade familiar. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, p. 144-159, 2007. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/img/congressos/anais/78.pdf>> Acesso em: 20.05.2020.

LÔBO, Paulo. Socioafetividade: o estado da arte no Direito de família brasileiro. Revista Jurídica Luso Brasileira, n. 1, p. 1.743-1.759, 2015. Disponível em:<<https://blook.pt/publications/publication/92489ee9ed83/>> Acesso em: 11.05.2020.

MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 5 ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. Revista USP, n. 37, p. 46-57, 1998. Disponível em <

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27026>> Acesso em 17 de de jun. de 2020.

MARTINS, Maria Aparecida da Silva. Filhos concebidos no cárcere: mães apenas do Complexo Penitenciário Anísio Jobim – COMPAJ. 2016. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5838> > Acesso em 12 de nov. de 2020.

MADALENO, Rolf. Curso de direito de família. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MICHAELIS, Dicionário. Disponível em:< <http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 25 de abr. de 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E AEGURANÇA PÚBLICA. Departamento Penitenciário Nacional. Mulheres e Diversidades. Disponível em <<https://www.gov.br/depen/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/mulheres-e-diversidades/mulheres-e-diversidades>> Acesso em 15 de jan. de 2021.

MODESTI, Marli Canello As mulheres aprisionadas e os reflexos familiares decorrentes do cárcere: as drogas e as dores da privação da liberdade. Dissertação Mestrado UFSC Florianópolis, SC, 2011. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94782>> Acesso em 03 de maio de 2020.

NUNES, Clarissa do Rego Barros. Maternidade Desviante: prisão domiciliar para mulheres encarceradas grávidas ou mães nos tribunais de justiça de Pernambuco e do Distrito Federal e Territórios. 71 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 10 ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Prisão: um paradoxo social. Florianópolis: UFSC, 1984.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirCrian.html>> Disponível em: 15 de jul. de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. C005 – Idade Mínima de Admissão de Trabalhos Industriais. <https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_234872/lang--pt/index.htm> Acesso em 12 de jan. de 2021.

PEREIRA, Éverton Luís. Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 21, n. 7, p. 2123-2134, July 2016 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702123&lng=en&nrm=iso> Acesso em 12 de out. de 2020..

PEREIRA, Rodrigo da Cunha; SILVA, Cláudia Maria. Nem só de pão vive o homem. Soc. estado. Brasília, v. 21, n. 3, p. 667-680, Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000300006&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 19 de abr. de 2020.

PEREIRA, Tânia da Silva. O princípio do “melhor interesse da criança”: da teoria à prática. Revista Brasileira de Direito de Família, n. 6, p. 36, 2000. Disponível em: <https://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Tania_da_Silva_Pereira/MelhorInteresse.pdf> Acesso em 23 de maio de 2020.

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. Saraiva Educação SA, 2017.

PINHEIRO, Luci Faria; GAMA, Taíza da Silva. As Origens do Sistema Penitenciário Brasileiro: uma análise sociológica da história das prisões do Estado do Rio de Janeiro. Sociedade em Debate, v. 22, n. 2, p. 157-190, 2016. Disponível em <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1438>> Acesso em 23 de set. de 2020.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Direito da criança e do adolescente: por uma propedêutica jurídico-protetiva transdisciplinar. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2007. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/12287>> Acesso em 02 de out. de 2020.

RAMPIN. Sistema penal e gênero: tópicos para a emancipação feminina. Paulo César Corrêa Borges organizador – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109196/ISBN9788579832208.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 13 de jul. de 2020.

RENON, Maria Cristina. O princípio da dignidade da pessoa humana e sua relação com a convivência familiar e o direito ao afeto. Dissertação UFSC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92963/267427.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 de maio de 2020.

REBELO, Fernanda; CAPONI, Sandra. A medicalização do crime: a penitenciária de Florianópolis como espaço de saber e poder (1933-1945). Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 11, p. 193-206, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832007000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 28 de abr. de 2020.

REIS, Camila Azevedo dos et al. Saúde das mulheres no presídio de Florianópolis: Uma discussão de direitos sexuais e direitos reprodutivos. Trabalho de Conclusão de Curso. 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/183556>> Acesso em 15 de maio de 2020.

RESOLUÇÃO Nº- 04, DE 15 DE JULHO DE 2009 Dispõe sobre a estada, permanência e posterior encaminhamento das (os) filhas (os) das mulheres encarceradas.

REZENDE, Fernando Augusto Chacha. Projeto Amparando Filhos será estendido aos pais. EBC, Programa Revista Brasil. 30 Abril, 2019. Disponível em:

<<https://radios.ebc.com.br/revista-brasil/2019/04/projeto-amparando-filhos-sera-estendido-aos-pais>> Acesso em: 20.11.2019.

ROLIM, Marcos. Prisão e Ideologia: limites e possibilidades para a reforma prisional no Brasil. Revista de Estudos Criminais, n. 12, Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/marcosrolim/rolim_prisao_e_ideologia.pdf>. Acesso em 13 de out. de 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. Cadernos de pesquisa, v. 40, n. 141, p. 693-728, 2013. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000300003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 12 de jul. de 2020.

RUDNICKI, Dani; DA SILVA, Joana Coelho; VEECK, Matheus Oliveira. O HC Nº 143641/STF E A PRISÃO DOMICILIAR DE MÃES NO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/5/2020_05_0529_0556.pdf> Acesso em: 10 de nov. de 2020.

SANTA CATARINA. Agravo de Execução Penal n. 0007908-05.2019.8.24.0033 Relator: Desembargador Zanini Fornerolli Disponível em <http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/#resultado_ancora> Acesso em 29 de nov. de 2020.

SANTA CATARINA. Agravo de Execução Penal n. 0009037-30.2019.8.24.0038, de Joinville. Relator: Desembargador, Relator: Des. Sérgio Rizelo. Disponível em <http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/#resultado_ancora> Acesso em 29 de nov. de 2020.

SANTA CATARINA. Habeas Corpus (Criminal) n. 4012269-96.2019.8.24.0000, de Urubici, Relator: Júlio César M. Ferreira de Melo, Terceira Câmara Criminal, j. 14-05-2019. Disponível em <http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/#resultado_ancora> Acesso em 29 de nov. de 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa. Vice-governador e Ministro da Justiça inauguram primeira penitenciária feminina do Estado. 30 de jan. de 2018. Disponível em <<https://www.sc.gov.br/index.php/component/acymailing/listid-3/mailid-3285-vice-governador-e-ministro-da-justica-inauguram-primeira-penitenciaria-feminina-do-estado?tmpl=component&tmpl=component>> Acesso em 22 de nov. de 2020.

SANTA RITA, Rosangela Peixoto. Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6377/1/2006_Rosangela%20Peixoto%20Sant%20Rita.pdf>. Acesso em: 03 de dez. 2020.

SANTOS, Romualdo Baptista dos. Direito e afetividade: estudo sobre as influências dos aspectos afetivos nas relações jurídicas. 2009. Tese de Doutorado. Universidade

de São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-25042011-093721/en.php>> Acesso em: 14 de maio de 2020.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2009.

SILVA, Lidiane Ferreira da; SOUZA, Ana Paula de Melo Juiz. A espera do encarcerado: caracterização dos visitantes de um presídio do interior de Goiás. Disponível em: <file:///D:/User-PC/Downloads/A%20ESPERA%20DO%20ENCARCERADO%20CARACTERIZACAO%20DOS%20VISITANTES%20DE%20UM%20PRESIDIO%20DO%20INTERIOR%20DE%20GOIAS%20(2).pdf> Acesso em: 27 de jul. 2020.

SILVA, Lillian. Ponchio e. Sistema Penal: campo eficaz para a proteção das mulheres. Sistema penal e gênero: tópicos para emancipação feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 11-27, 2012. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109196/ISBN9788579832208.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 24 de jul. de 2020.

SILVA, Mônica Ferreira da; GUZZO, Raquel S L. Presidiários: percepções e sentimentos acerca de sua condição paterna. Rev. bras. Crescimento desenvolv. hum, São Paulo , v. 17, n. 3, p. 48-59, dez. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 de jul. de 2020.

SIMAS, Luciana et al. A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. Rev. direito GV, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 547-572, Dec. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200547&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de nov. de 2020.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Psicol. Soc., Florianópolis , v. 23, n. 2, p. 262-271, Aug. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de maio de 2020.

SOHIET, Rachel. (1989). Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária. THORNE, B. (1992). "Feminism and the Family: Two Decades of Thought". In: THORNE, B; YALOM, M. The family: some feminist questions. Boston: Northeastern University Press, pp. 23-45.

SOUZA, Ismael Francisco de. SERAFIM, Renata Nápoli Vieira. As recomendações do Comitê para os Direitos da Criança, da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança (1989): uma análise de sua aplicação nas políticas públicas brasileiras. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2019.

SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. Verba juris, p. 9-34, 2002. Disponível em <<https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/vj/article/view/14882>> Acesso em 13 de nov. de 2020.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ. AgRg no HC 517.011/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 15/10/2019. Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/891277897/habeas-corpus-hc-517011-sp-2019-0179964-0/decisao-monocratica-891277921?ref=juris-tabs> Acesso em 22 de nov. de 2020.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. Serviço Social e Sociedade. N. 71, ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002

TARTUCE, Flávio. O princípio da afetividade no Direito de Família: breves considerações. Revista Jurídica Consulex. São Paulo, 2012.

TAVARES, José de Farias. Comentários ao Estatuto da Criança e Adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos das Crianças. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em 16 de jan. de 2021.

VENTURA, Miriam; SIMAS, Luciana; LAROUZÉ, Bernard. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, p. 607-619, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2015.v31n3/607-619/pt/> Acesso em: 18 de set. de 2020.

VERONESE, Josiane Rose Petry. A proteção integral da criança e adolescente no direito brasileiro. Rev. TST, Brasília, vol. 79, no 1, jan/mar 2013. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/38644/003_veronese.pdf > Acesso em: 01.12.2019.

VERONESE, Josiane Rose Petry. SILVA, Roseane Leal da. A Criança e seus Direitos: entre violações e desafios. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2019.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Direito da criança e do adolescente. vol. 5. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral, VERONESE, Josiane Rose Petry. Crianças encarceradas: a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

WOLF, Maria Palma. A prisão. Uma instituição destinada a segregar, excluir e até a eliminar. São Leopoldo, Revista do Instituto Humanitas. Usininos, Ed. 293, maio, 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao293.pdf>>. Acesso 01 de out. 2020.

